

UNESP  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GIZELMA GUIMARÃES PEREIRA SALES

AGENTE MEDIADOR DA CIRCULAÇÃO DE SABERES
PEDAGÓGICOS: O BIBLIOTECÁRIO DA ESCOLA NORMAL
PAULISTA

Marília,
2013

GIZELMA GUIMARÃES PEREIRA SALES

**AGENTE MEDIADOR DA CIRCULAÇÃO DE SABERES
PEDAGÓGICOS: O BIBLIOTECÁRIO DA ESCOLA NORMAL
PAULISTA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
apresentada ao programa de Pós-Graduação
em Educação da Faculdade de Filosofia e
Ciências da Universidade Estadual Paulista –
UNESP, *Campus* de Marília, para obtenção
do título de Mestre.

Área de Concentração 2 – Políticas Públicas
e Administração da Educação Brasileira,
Linha 02 – Filosofia e História da Educação
no Brasil.

Orientadora: Prof^ª. Dr^a. Ana Clara
Bortoleto Nery

**Marília
2013**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação
UNESP - Campus de Marília

Sales, Gizelma Guimarães Pereira.
S 163 a Agente mediador da circulação de saberes pedagógicos:
o bibliotecário da Escola Normal paulista / Gizelma
Guimarães Pereira Sales. – Marília, 2013.

144 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de
Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2013.

Bibliografia: f. 103-109

Orientador: Profa. Dra. Ana Clara Bortoleto Nery

1. Escolas normais – São Paulo. 2. Bibliotecas
escolares. 3. Bibliotecários. 4. Formação de
professores I. Autor. II. Título.

CDD 370.710981

GIZELMA GUIMARÃES PEREIRA SALES

**AGENTE MEDIADOR DA CIRCULAÇÃO DE SABERES
PEDAGÓGICOS: O BIBLIOTECÁRIO DA ESCOLA NORMAL
PAULISTA**

Banca Examinadora:

**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Clara Bortoleto Nery
(UNESP – FFC – Marília – SP)**

**2^a. Examinadora: Prof^a. Dr^a. Marta Maria Chagas de Carvalho
(USP – FE – São Paulo – SP)**

**3^a. Examinadora: Prof^a. Dr^a. Helen de Castro Silva Casarin
(UNESP – FFC – Marília – SP)**

**Marília
2013**

Dedico
esta Dissertação de Mestrado
Aos meus tesouros Bruna, Lucas e Rob
Não existe valor no mundo que os defina e os substitua.

AGRA DECO

A Deus,
Pois tenho a certeza que “tudo posso N'aquele que me fortalece”!

Aos meus filhos Lucas e Bruna
Que sobreviveram às turbulências e desafios da minha vida
de mãe-pós-graduanda.

Ao meu esposo Robson
Pelo apoio, colaborações e revisões neste trabalho, especialmente por
compreender minha ausência.

À professora Ana Clara
Pelo acolhimento no momento mais difícil, por sua orientação e respeito
acima de tudo.

Às professoras Marta Carvalho e Helen de Castro
Por aceitarem participar da banca de qualificação e da defesa deste
trabalho e por suas contribuições tão preciosas.

Aos meus queridos professores, tanto da graduação em Pedagogia,
quanto do Mestrado que me foram exemplo de conduta e
profissionalismo, especialmente a Rosane Michelli, que muito mais que
professora, tornou-se uma grande amiga!
Obrigada, pois vocês me ensinaram a aprender.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa “GEPAEFE” - Especialmente Angélica,
pelas revisões, ajudas e contribuições preciosíssimas, desde a elaboração
do Projeto até a versão final deste texto. À Leila, Valéria, Emerson,
Velooso e William pelos incentivos e trocas de experiências.

Aos funcionários da Biblioteca de Marília,
pelo excelente atendimento e respeito.

Aos funcionários da Seção de Pós-graduação pelos serviços prestados,
pela eficiência e cordialidade sempre presentes.

Ao Programa de Pós-graduação e ao CNPq
Pela concessão da bolsa que permitiu o desenvolvimento dessa pesquisa
e a participação em eventos nacionais e internacionais.

Àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que tudo fosse
possível;

Aos amigos e aos familiares distantes, muito obrigada!

*Aula de leitura mediada pelo Bibliotecário
da Escola Normal de Piracicaba – Fernando Paes de almeida
(1925)*



Fonte: Acervo da Escola Estadual Sud Mennucci

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado tem como tema o papel do Bibliotecário na Escola Normal paulista, compreendido como agente mediador da circulação de saberes pedagógicos considerados hegemônicos e necessários ao exercício da profissão docente. Ele é o responsável pela seleção, organização e disponibilização das obras que compõem o acervo da Biblioteca Escolar. O objetivo desta dissertação consiste em compreender aspectos ainda pouco explorados sobre a formação de professores primários no Estado de São Paulo, partindo da revisão bibliográfica sobre a Escola Normal paulista e do estudo da legislação específica sobre a implantação da Biblioteca e a função desempenhada pelo Bibliotecário nas Escolas Normais paulistas. A delimitação cronológica para a investigação inicia-se no ano de 1911 - quando, por meio do *Decreto 2025* ocorre a transformação das Escolas Complementares em Escolas Normais Primárias e tanto a Biblioteca quanto a função do Bibliotecário passam a ser normatizadas – e finaliza-se no ano de 1933, quando é publicado o *Decreto 5884* que institui o Código de Educação do Estado de São Paulo, que atribui uma função mais pedagógica ao Bibliotecário. Com a finalidade de subsidiar o desenvolvimento da pesquisa e para alcançar os objetivos propostos, essa investigação parte dos pressupostos de análise da História Cultural, o que permite visualizar uma realidade e dela obter distintos olhares. Para Chartier, principal referência neste trabalho, é preciso compreender o ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito que dele se apropria e por meio de suas apreensões como constrói sua percepção do real. Por meio da leitura de bibliografia especializada sobre o tema e desenvolvimento de pesquisa documental no acervo da Biblioteca da antiga Escola Normal de Piracicaba, foi possível elaborar reflexões sobre a relação entre a circulação de saberes pedagógicos e o papel do Bibliotecário da antiga Escola Normal paulista. Os resultados da pesquisa permitiram compreender o papel relevante desse agente na disseminação de determinado conjunto de saberes necessários à manutenção de uma cultura pedagógica voltada à formação do professor primário, considerando as atribuições e responsabilidades inerentes à sua função. A análise das fontes documentais, assim como a articulação com os textos dos autores de referência dão suporte para conduzir a pesquisa à luz do referencial teórico proposto.

Palavras-chave: Circulação de saberes pedagógicos. Escola Normal. Bibliotecário Escolar.

ABSTRACT

This Master Dissertation has as its theme the role of the librarian at the Normal School in São Paulo, understood as a mediator in the circulation of pedagogical knowledge considered hegemonic and needed for practicing the profession. He is the responsible for the selection, organization and availability of works that make up the school library collection. The objective of this dissertation is to understand not yet too explored aspects on the training of teachers in the state of São Paulo, based on the literature review on the Normal School and on the study of the legislation that regulates the function of librarians and library. The chronological boundaries for research begin in 1911, when the library and the librarian function become normalized – and end up in 1933, when it published the *Education Code of the State of São Paulo* that assigns to the librarian a pedagogical function. In order to support the development to the research to achieve the proposed objectives, this research part from the assumptions of analysis of Cultural History, which enables you to view and obtain different look form the reality. For Chartier, main reference in this work, it is necessary to understand the point of articulation between the world of the text and the world of the subject that it appropriates and through their apprehensions how they build their perception of reality. Through the professional literature on the topic and the development of documentary research in the Library of the old Normal School of Piracicaba, it has been possible to reflect on the relationship between the movement of pedagogical knowledge and the role of Normal School Librarian. The survey results allowed to understand the role of the Librarian of the Normal School in the dissemination of certain set of knowledge necessary to maintain an educational culture focused on primary teacher training, considering the duties and responsibilities of their role. The analysis of the documentary sources, as well as liaison with the texts of the author references gave the support to conduct the research in the light of the proposed theoretical framework.

Keywords: Circulation of pedagogical knowledge. Normal School. School librarian

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Fachada do prédio d antiga Escola Normal de Piracicaba	p. 58
FIGURA 2	Fachada atual do prédio da antiga Escola Normal de Piracicaba, Atualmente, Escola Estadual Sud Mennucci	p.59
FIGURA 3	Honorato Faustino – Diretor da antiga Escola Normal de Piracicaba	p. 60
FIGURA 4	Placa comemorativa da implantação da Escola Normal Sud Mennucci	p.61
FIGURA 5	Fachada atual (ainda conservada) da antiga Escola Normal de Piracicaba	p.62
FIGURA 6	Porta de entrada da sala da Biblioteca da antiga Escola Normal de Piracicaba	p.67
FIGURA 7	Acervo permanente da antiga Escola Normal de Piracicaba	p.68
FIGURA 8	Livros de Registros escolares	p.68
FIGURA 9	Armário da atual Biblioteca da Escola Estadual Sud Mennucci	p.69
FIGURA 10	Armários do acervo histórico da biblioteca da antiga Escola Normal de Piracicaba	p.72
FIGURA 11	Armários do acervo histórico da biblioteca da antiga Escola Normal de Piracicaba	p.73
FIGURA 12	Aula de leitura na biblioteca da Escola Normal de Piracicaba	p.76
FIGURA 13	Aula de leitura na biblioteca com alunos da Escola Normal e Escola Modelo.	p.86
FIGURA 14	Livro Termo de Compromisso da Escola Complementar de Piracicaba	p.88
FIGURA 15	Livro Ponto da Escola Complementar de Piracicaba (1911)	p.90
FIGURA 16	Livro Ponto da Escola Complementar de Piracicaba (1925)	p.91
FIGURA 17	Carimbo da Escola Complementar	p.92
FIGURA 18	Carimbo da Escola Normal Primária	p.92
FIGURA 19	Carimbos da Escola Normal Primária e biblioteca da Escola Normal de Piracicaba	p.94
FIGURA 20	Carimbos da Escola Normal de Piracicaba e Escola Normal Sud Mennucci	p.94
FIGURA 21	Matéria de Jornal sobre a biblioteca da Escola Normal	p.95
FIGURA 22	Livro doado para a Biblioteca da Escola Normal	p.95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	p. 10
2 ESCOLA NORMAL PAULISTA: CENTRO DE PRODUÇÃO, DIVULGAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS.....	p. 24
3 BIBLIOTECA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	p. 40
3.1 – Compreendendo a Biblioteca para formação de professores	p. 44
3.2 – Conhecendo a Biblioteca da antiga Escola Normal de Piracicaba	p. 58
4 O BIBLIOTECÁRIO DA ESCOLA NORMAL PAULISTA: AGENTE MEDIADOR DA CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS E PRÁTICAS DE LEITURA	p. 76
4.1 – O Bibliotecário e suas atribuições	p. 79
4.2 – O exemplo do Bibliotecário da Escola Normal de Piracicaba	p. 86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 99
REFERÊNCIAS	p. 103
APÊNDICE	p. 110

1 – INTRODUÇÃO

Compreender aspectos relacionados à história da formação docente tem despertado o meu interesse ao longo da minha trajetória na universidade, desde que cursei a graduação em Letras¹, e, mais recentemente, no curso de Pedagogia². Ao eleger esse tema como objeto de minhas reflexões, com o objetivo de compreender tais aspectos, no ano de 2009, passei a desenvolver pesquisa de Iniciação Científica, por meio de abordagem histórica, que resultou em Trabalho de Conclusão de Curso³ (TCC) intitulado *Um estudo sobre Metodologia da Linguagem (1949), de J. Budin* (SALES, 2009a). Por meio desse estudo realizei análise do manual de ensino/pedagógico⁴ mencionado, o qual destinado ao uso nos cursos de formação de professores, especialmente Escolas Normais e Institutos de Educação, tinha como objetivo orientar o futuro professor primário no desempenho de suas funções. O contato com a pesquisa em História da Educação despertou o meu interesse em dar continuidade aos estudos na área, dessa forma, ingressei, em 2010, na condição de aluna especial no Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP – Marília e, em 2011, ingressei, efetivamente, como aluna regularmente matriculada no mesmo programa, vinculada à linha “Filosofia e História da Educação no Brasil⁵”.

¹ De 1993 a 1996, na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em Macapá.

² De 2006 a 2009, na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília.

³ Com bolsa PIBIC/CNPq/UNESP, sob orientação da professora Maria do Rosário L. Mortatti. Como resultado dessa pesquisa participei de eventos científicos nacionais e internacionais, nos quais publiquei os seguintes textos: (SALES, 2009 a ; SALES, 2009 b; SALES, 2009 c; SALES, 2009 e; SALES, 2010 a; SALES, 2010 b; e SALES, 2011).

⁴ “Manual de ensino” no sentido aqui empregado equivale a outros termos como: “compêndio”; “tratado”; “livro didático”; e, ainda, a “manual pedagógico”, que, de acordo com Silva (2002, p. 3), refere-se a “[...] escritos que ordenam o conjunto de saberes a serem transmitidos aos normalistas, além de definirem com isso, determinados modos de transmissão e apreensão desses conhecimentos”.

⁵ Como requisito parcial do mestrado cursei as cinco disciplinas obrigatórias e mais três disciplinas complementares, as quais destaco a seguir: (na condição de aluna especial programa de Pós-graduação-UNESP-Marília) “**História da escola no Brasil**” ministrada pela professora Ana Clara Bortoleto Nery; “**História da leitura e escrita no Brasil**”, ministrada pela professora Maria do Rosário L. Mortatti; cursei, também (na condição de ouvinte), a disciplina “**Formação de professores no Brasil: história e perspectivas filosóficas**”, ministrada pelos professores Pedro Ângelo Pagni e Ana Clara B. Nery; como aluna regular no mesmo programa cursei as seguintes disciplinas: “**Filosofia da educação**” ministrada pelos professores Pedro Ângelo Pagni, Sinésio Ferraz Bueno e Rodrigo Pelloso Gelamo; “**Pesquisa e educação no Brasil: objetos de estudo e procedimentos metodológicos**” ministrada pelas professoras Lurdes Marcelino Machado e Graziela Zambão Maia; “**Tópicos especiais: Proposta educacional em Cuba, da educação infantil ao ensino superior, das práticas à pesquisa**”, ministrada pelo professor Guilherme Arias Beatón, da Universidade de Havana – Cuba e, ainda, a disciplina “**As ideias de Lev Vygotsky na educação. Teoria da atividade de estudo e educação para o desenvolvimento**”, ministrada pela professora Elina Lampert-Shepel, Mercy College – EUA; e, como aluna especial do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP) cursei a disciplina

Como aluna do Mestrado, passei a fazer parte do “Grupo de Estudos e Pesquisa em Administração Escolar e Formação de Educadores” – GEPAEFE, coordenado pela Professora Ana Clara Bortoleto Nery e reformulei meu projeto inicial de pesquisa em função das pesquisas desenvolvidas pelo grupo.

Temas como circulação de saberes pedagógicos, práticas culturais, cultura escolar, biblioteca escolar e bibliotecário escolar passaram a despertar o meu interesse e subsidiaram a minha escolha por continuar a desenvolver pesquisa sobre essa temática, durante o Mestrado. Considerando minha experiência anterior com análise de manuais de ensino e estudos sobre circulação de saberes pedagógicos, em conjunto com minha orientadora, defini como tema da pesquisa o papel do Bibliotecário nas Escolas Normais paulistas, buscando compreender a atuação desse agente, como mediador dos saberes pedagógicos e sua contribuição nos cursos de formação de professores nessas instituições. Com isso, passei a elaborar o projeto para o desenvolvimento da pesquisa, aqui apresentada.

Com o objetivo de contribuir para a produção do grupo de pesquisa GEPAEFE e ampliar a abrangência das pesquisas que fazem parte do projeto integrado *Biblioteca Histórica da Escola Normal de Piracicaba: cultura pedagógica e circulação de impressos*⁶, coordenado pela Professora Ana Clara B. Nery, passei a analisar o caso da biblioteca da antiga Escola Normal de Piracicaba, para compreender aspectos ainda pouco explorados sobre a formação de professores primários nas Escolas Normais paulistas e a importância da biblioteca escolar nesse contexto. Com isso, busquei enfocar especialmente a atuação do Bibliotecário e sua contribuição para a circulação de saberes pedagógicos entre professores e alunos dessas Escolas⁷.

“Produção e circulação de saberes para professores e alunos: livros e manuais escolares”, ministrada pela professora Vivian Batista da Silva.

⁶ O Projeto de Pesquisa apresentado tem por finalidade propor a realização de um estudo sobre o acervo histórico presente na biblioteca da antiga Escola Normal de Piracicaba, constituído principalmente entre os anos de 1911 e 1980. Na perspectiva deste projeto, “[...] as bibliotecas de escolas de formação profissional podem ser tomadas como estratégias específicas de produção e circulação de impressos de formação na medida em que constituem repertórios, selecionam, classificam e dispõem diferente materiais para a realização da formação de novos leitores especializados” (NERY, 2009).

⁷ Em decorrência do desenvolvimento da pesquisa, no ano de 2012, participei de eventos internacionais importantes para a área de História da Educação como o **IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação** (COLUBHE), realizado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa – Portugal; do **X Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana** (CIHELA), realizado Faculdade de Educação da Universidade de Salamanca – Espanha; do **18º. Congresso de Leitura do Brasil** (COLE), realizado na Universidade de Campinas (Unicamp); e do **VII Encuentro Iberoamericano de Educación** (EIDE), realizado na Universidade Metropolitana de Ciências da Educação, em Santiago – Chile, nos quais apresentei resultados da pesquisa, por meio dos textos (SALES, 2012 a; SALES, 2012 b; SALES, 2012 c).

Essa pesquisa, de certa forma, pode ser considerada como pioneira, uma vez que não foi possível localizar estudos pontuais com essa abordagem. Assim, considero que focar o papel do Bibliotecário, aqui compreendido como agente mediador das práticas de leitura dos professores e normalistas e também responsável pela seleção, aquisição e organização do acervo da biblioteca escolar, pode trazer grandes contribuições para compreender como se constituíam e se instalavam determinados saberes pedagógicos que permearam a formação do professor primário no Brasil, nas Escolas Normais, especialmente nas décadas iniciais do século XX.

Após situar a temática e definir o objeto de pesquisa, passei a realizar buscas em catálogos de bibliotecas de universidades, bancos de teses e dissertações e bases de dados sobre pesquisas acadêmicas, buscando fazer um levantamento bibliográfico a respeito do tema da pesquisa. Nessa fase exploratória, constatei a escassez de estudos relativos à história das bibliotecas escolares nas Escolas Normais paulistas, especialmente abordando o papel do Bibliotecário e a sua influência para a circulação de saberes e a disseminação da cultura pedagógica.

Como etapa inicial para o desenvolvimento da pesquisa, e com o objetivo de fazer um levantamento das fontes e documentos relacionados com o objeto da pesquisa, visitei o arquivo permanente da “Escola Estadual Sud Mennucci”, antiga “Escola Normal de Piracicaba” e pude perceber que muitos documentos de relevância histórica têm se deteriorado pela ação do tempo, pela falta de um local adequado e condições de conservação. Muitos documentos, como Livros de Registro de alunos, professores e funcionários, Atas de Reuniões, e demais livros de escrituração escolar já estavam em estado avançado de deterioração em virtude da umidade e da ação de traças e cupins. Também constatei a falta de documentos institucionais importantes, pois, dentre alguns Livros de registros encontrados não foram localizados os correspondentes a algumas datas.

Importante destacar que a maior dificuldade encontrada para o desenvolvimento da pesquisa consistiu em localizar documentos específicos dessa biblioteca, especialmente documentos que evidenciassem a atuação do Bibliotecário – o que permitiria uma análise mais criteriosa e aprofundada do papel desempenhado por esse profissional –, com vistas a desvelar aspectos pouco conhecidos da sua rotina de trabalho e de como atuava no desempenho de suas funções como agente mediador do conhecimento científico e pedagógico no contexto da escola para formação profissional.

Durante a visita ao arquivo permanente, assim como à biblioteca atual da Escola Estadual Sud Mennucci não foi possível localizar livros ou documentos específicos da antiga biblioteca da Escola Normal de Piracicaba, referente ao período abordado por esta pesquisa, uma vez que todo o acervo pertencente à antiga Escola Normal – considerado como acervo histórico – foi transferido e passa por um processo de reorganização e preservação, como uma das etapas do Projeto Fapesp denominado “*Biblioteca histórica da Escola Normal de Piracicaba: constituição do acervo, circulação de modelos culturais e formação do leitor*”, coordenado pela professora Ana Clara B. Nery.

Dentre as etapas previstas nesse Projeto, iniciado em 2008, todo o acervo bibliográfico da antiga Escola Normal de Piracicaba (acervo histórico), o qual ficava separado do acervo atual da Escola Sud Mennucci, foi recolhido para passar por um processo de recuperação, catalogação e organização, assim como para digitalização e montagem de um banco de dados que permita a consulta desse acervo, posteriormente. Dessa forma, devido ao processo de acondicionamento e transporte para o local específico, até o momento de encerramento da pesquisa o material encontrava-se indisponível para consulta.

Apesar de não ter tido acesso a esse “acervo histórico” de forma física, foi-me disponibilizado pelo GEPAEFE, um banco de dados com parte dos livros desse acervo digitalizados, o que me permitiu visualizar alguns aspectos constitutivos dessa biblioteca, como os principais títulos, autores e, especialmente a atuação do Bibliotecário na organização dessa biblioteca.

Diante de tal situação foi necessário concentrar os esforços mais em compreender e interpretar os indícios da atuação desse profissional, buscando evidenciar seu papel e sua contribuição para a constituição da biblioteca e para a circulação dos saberes pedagógicos, por meio do entrecruzamento entre os poucos documentos localizados e as fontes secundárias.

Para tentar sanar as dificuldades encontradas pela falta de documentos específicos, optei por aprofundar a pesquisa investigando os documentos oficiais da Instrução Pública Paulista relativos à biblioteca e bibliotecário das Escolas Normais. Tal procedimento me levou à constatação da existência de uma vasta legislação educacional com determinações específicas sobre a implantação das bibliotecas, criação do cargo de bibliotecário, assim como a previsão de suas atribuições. Essa legislação, publicada na forma de Leis e Decretos, regulamenta os atos decisórios da Instrução Pública Paulista,

subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Secretaria do Interior ou Secretaria de Estado da Educação e Saúde (de acordo com a denominação de cada época) e consta da *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*.

Em consulta à *Coleção de Leis e Decretos*, elaborei uma compilação da legislação que menciona a “Biblioteca Escolar” nas Escolas Normais e as atribuições do “Bibliotecário”, abrangendo o período entre 1890 e 1933⁸. Esse documento constituiu importante fonte de consulta durante toda a pesquisa, uma vez que permitiu perceber qual a relevância que a biblioteca escolar possuía no âmbito das políticas públicas no Brasil, naquele momento histórico, assim como evidenciou a necessidade da criação do cargo de Bibliotecário, que seria o profissional responsável pela condução, organização e mediação dos saberes pedagógicos disponibilizados, especialmente aos alunos em formação.

Denominado *Compilação da legislação sobre Biblioteca da Escola Normal e Complementar e Bibliotecário escolar*, esse documento encontra-se como apêndice desta dissertação e nele estão contidas as legislações educacionais pertinentes à criação da Biblioteca e do cargo de Bibliotecário, organizadas por ordem cronológica de publicação, selecionados os artigos que tratam do objeto de pesquisa aqui abordado.

Devido à pluralidade de sentidos que a temática suscita, a biblioteca escolar vem sendo tomada aqui como objeto de estudo da História da Educação sob a perspectiva da História das Instituições Escolares e História Cultural dos Saberes Pedagógicos, para tanto, o objetivo incide em empreender diferentes olhares para tentar compreender aspectos de uma dada realidade passada, vivenciada por determinados atores, dentre eles o Bibliotecário, que, por meio de suas apropriações, atribuíram sentidos às suas práticas, e contribuíram, de certo modo, para a instauração de uma cultura pedagógica hegemônica no ambiente de formação do futuro professor primário.

Assim, com base na investigação empreendida sobre a temática, destaco que no âmbito dos estudos na área de Educação que tratam da biblioteca escolar, não localizei estudos pontuais em História da Educação enfocando o papel do Bibliotecário das Escolas Normais paulistas. Devido a essa escassez de estudos sobre o tema, optei por investigar e buscar compreender qual a influência do profissional responsável pela biblioteca para o processo formativo dos futuros professores primários e de que maneira

⁸ Embora o recorte cronológico da pesquisa seja os anos de 1911 a 1933, considerei relevante investigar qual a primeira menção feita ao Bibliotecário na legislação referente às Escolas de formação de professores, o que foi constatado ser o ano de 1890.

esse profissional contribuiu para que os saberes pedagógicos circulassem em meio ao professorado, chegando a constituir uma cultura pedagógica hegemônica nas primeiras décadas do século XX.

Dessa forma, com esse estudo pretendo contribuir para a compreensão de aspectos da história da formação de professores primários no Brasil, enfocando o papel de um dos atores envolvidos nesse processo, o Bibliotecário da Escola Normal paulista, por constatar, conforme mencionado anteriormente, a escassez de estudos que visam a detectar sua contribuição para a circulação de saberes e para disseminação da cultura pedagógica formativa do professor. Destaco, portanto, a relevância e pertinência dessa pesquisa com vistas a contribuir para a compreensão de aspectos da formação de professores primários ainda pouco explorados.

Para tornar mais precisas as escolhas teóricas que fiz na construção desta dissertação e a fim de proporcionar um melhor entendimento dos objetivos da pesquisa, apresento a seguir conceitos fundamentais da pesquisa.

O termo **biblioteca** pode ser compreendido tanto como um lugar físico, organizado segundo os objetivos da instituição que a abriga, quanto pode representar um conjunto de escritos sobre uma temática específica que sintetiza os saberes próprios de uma determinada área, e, com isso pode ser entendido como um conjunto de saberes, que não necessariamente precisa existir física e materialmente.

No primeiro caso, segundo Nery (2009), biblioteca para formação docente se refere a um espaço de atividades de formação do professor e do futuro professor, em que se sistematiza a produção, circulação e constituição de uma cultura pedagógica. Para autora, “[...] a biblioteca escolar [compreendida] como um conjunto de materiais, em especial, de livros que, destinados ao uso dos professores e à leitura escolar [...]” (p. 123), tornam-se essenciais à formação do professor e do aluno-mestre. No segundo caso, de acordo com Carvalho (2007) as bibliotecas específicas para formação do professor “[...] organizam e constituem a cultura pedagógica representada como necessária ao desempenho escolar do seu destinatário, o professor”. (p. 18). Essas

bibliotecas também podem se chamadas de coleções. A esse respeito Nery (2009, p. 26) também afirma que

[...] como coleção de livros e impressos, toda biblioteca guarda as marcas de seu processo de constituição, desde o projeto que lhe deu origem ao processo peculiar de composição ou recomposição que os acervos sofrem ao longo do tempo: a definição do público, os critérios de seleção de saberes e materiais para sua composição; os princípios que ordenam suas coleções; as classificações e as estratégias de acessibilidade aos materiais colecionados; a imposição de políticas de gestão, recomposição e conservação dos acervos etc. são passíveis de reconstituição pela análise atenta de seu próprio conjunto.

A denominação **Bibliotecário** está sendo utilizada neste texto para designar o profissional responsável pela biblioteca da Escola Normal, que não tinha essencialmente formação específica para o cargo, uma vez que, no período enfocado por esta pesquisa existiam poucos profissionais formados em Biblioteconomia/Ciência da informação⁹ no país. O Bibliotecário que atuava na Escola Normal, em geral, era nomeado dentre os professores da instituição, e na maioria das vezes, ocupava pelo menos duas funções. Segundo a legislação da época, cabia a esse profissional organizar o acervo, selecionar e solicitar os livros a serem adquiridos, cuidar e guardar os livros, além de orientar tanto os alunos quanto os professores nas consultas ao acervo e, ainda, conduzir os alunos nas aulas de leitura (SÃO PAULO, 1911; 1912; 1933).

O conceito de **mediação** na compreensão da história da leitura e história do livro, segundo Chartier (2002) está sempre permeado por fatores que ultrapassam a sua intencionalidade *a priori*. Segundo o autor, os processos de mediação que um texto sofre desde a sua origem, ou seja, da escrita pelo autor até chegar ao seu leitor final, trata-se de um processo pelo qual os atores envolvidos, nessa mediação “[...] dão sentidos aos textos que transmitem, imprimem e lêem” (CHARTIER, 2002, p. 61). Com isso, Chartier afirma que “[...] os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são os veículos. É preciso lembrar que as formas que permitem suas leituras participam profundamente da produção do seu significado” (CHARTIER,

⁹ O primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil foi criado a partir do *Decreto nº. 8.835*, de 1911. E teve seu início em 1915, na Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro. Foi seu primeiro diretor, Manuel Cícero Peregrino Silva. Disponível em: < http://www.cfb.org.br/historico/historico_02.htm >. Acesso em: 25 jan. 2013.

2002, p. 61). A compreensão de que o texto é, em síntese, historicamente construído implica também em considerar que, em face aos processos de leitura e apropriação “[...] a um texto, é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação” (CHARTIER, 2002, p. 121).

A partir desse pressuposto, é possível inferir que existe uma infinidade de mediadores entre o autor de determinado texto – que para o nosso objetivo, caracteriza-se como os autores dos livros pedagógicos – e o leitor final, que pode ser compreendido como o professor e/ou futuro professor. Por meio desse processo de mediação, o texto vai sofrendo interferências até chegar ao leitor. Dentre esses processos de mediação estão: os editores, que definem as configurações materiais e suportes específicos para aquele determinado texto, como tipo de papel, capa, tamanho, tipografia, número de páginas, texto de apresentação etc.; a partir daí outras mediações também vão acontecendo, como as realizadas nas livrarias, quanto às estratégias de divulgação, exposição e venda; tal mediação também é realizada no contexto da biblioteca, uma vez que é, em geral, o Bibliotecário que seleciona, escolhe, indica e, na maioria dos casos, adquire ou solicita. Uma vez no interior da biblioteca, o Bibliotecário é quem organiza, disponibiliza e ainda em muitos casos intermedeia na escolha do livro adequado a atender a cada leitor e seus objetivos.

No contexto da biblioteca escolar, essa mediação assume algumas especificidades inerentes ao processo de apropriação conhecimento. Para Almeida Junior (2008, p. 46), mediação é

toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta, consciente ou inconsciente, singular ou plural, individual ou coletiva, que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

O Bibliotecário, enquanto agente **mediador** e responsável pela divulgação e disseminação da informação tem papel primordial, uma vez que a mediação da informação também perpassa pela mediação pedagógica e exige desse profissional determinadas habilidades, percepção, competências e responsabilidade para conduzir o usuário, seja aluno ou professor em sua busca pelo conhecimento.

A denominação **professor primário** é utilizada para designar os professores formados pelas Escolas Normais para atuarem no curso primário, o qual foi criado no final do século XIX e extinto com a promulgação da *Lei nº. 5.692/1971*, na qual se estabeleceu nova organização para a educação escolar no Brasil e o antigo curso primário passou a equivaler a 1ª à 4ª série do Ensino de 1º grau. Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/1996, esse nível de escolaridade passou a equivaler a 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental e, atualmente, mediante aprovação da lei nº. 10.172/2001 equivale a 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (TANURI, 1979; MORTATTI, 2008).

A pesquisa aqui apresenta, por meio desta dissertação, está caracterizada como Pesquisa documental e bibliográfica no âmbito das pesquisas históricas. Segundo Vieira, Peixoto e Khoury (2005, p. 8-9), pensar a pesquisa histórica como “[...] uma experiência vivida integral e socialmente”, implica redefinir os sistemas de conceitos. A complexidade do real faz com que sejam inúmeras as possibilidades de investigação, uma vez que “[...] os papéis sociais são improvisados” e ultrapassam a racionalidade às vezes a eles atribuída. Para as autoras, “[...] reordenar todo o conjunto de conceitos implica uma noção de totalidade em que prevaleça o movimento contraditório se fazendo, desfazendo, refazendo”. Com isso, o pesquisador da história se posiciona como um sujeito ativo “[...] que terá que se posicionar continuamente fazendo opções, escolhendo e forjando caminhos no diálogo permanente como os sujeitos históricos envolvidos no seu objeto de estudo.” Assim, a pesquisa com abordagem histórica “[...] está ao alcance de qualquer pessoa que se disponha a recuperar no passado o processo de constituição do espaço de tensões e conflitos que é o presente no qual se busca situar.” (p. 68).

A análise do objeto de pesquisa se dá por meio dos pressupostos da **História Cultural** (CHARTIER; CERTEAU, 1990,1994 e CARVALHO, 2003) e tem por objetivo compreender aspectos de uma dada realidade passada, e, com isso, tentar articular a percepção dos fatos com o conjunto de documentos e bibliografia específica que tematizam ou se aproximam do objeto estudado. Com a finalidade de subsidiar o desenvolvimento da pesquisa e para alcançar os objetivos propostos, busquei estabelecer um diálogo com os pressupostos da História Cultural, que nos proporciona visualizar uma realidade e dela obter distintos olhares. Problematizados por Chartier e Certeau (1990; 1994), os conceitos de apropriação e representação nos permitem entender que existem múltiplas possibilidades de se compreender uma realidade.

Roger Chartier (2002, p. 16-17), no livro *A História Cultural: entre práticas e representações*, busca evidenciar “[...] o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Compreender essa realidade

[...] supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações e divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 2002, p. 17).

Quanto às representações do mundo social, Chartier (2002, p. 17) afirma que, “[...] assim como estão construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Com isso, a realidade social, de certo modo, implica uma relação em que estão envolvidas práticas que estão a serviço de uma finalidade, seja ela política, social ou de poder, decerto que

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER 2002, p. 17).

Compreender a realidade, segundo Chartier (2002), implica em tomar como base elementos da cultura, compreender conceitos de apropriação, representação e práticas.

A noção de **apropriação** pode ser, desde logo reformulada e colocada no centro de uma abordagem de história cultural que se prende com práticas diferenciadas, com utilizações contrastadas [...] põe em relevo a pluralidade dos modos de emprego e a diversidade das leituras. A apropriação, tal como a entendemos, tem por objectivo uma história

social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais e culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam operações de construção de sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que as inteligências não são desencarnadas, e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (CHARTIER, 2002, p. 26-27).

Chartier (2002) demonstra a multiplicidade de sentidos de uma determinada realidade. A apropriação do real se faz em diversas possibilidades de leitura, compreensão, apropriação, vivências sociais e culturais.

Quanto à definição de história cultura, Chartier (2002) afirma que

[...] por um lado é preciso pensá-la como a análise do trabalho de **representação**, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são um dado objectivo, tal como o são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objecto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando. Por outro lado, esta história deve ser entendida como estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único – o qual a crítica tinha a obrigação de identificar –, dirige-se às **práticas** que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo. Daí a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação (CHARTIER, 2002, p. 27-28).

Ao tomarmos como estudo elementos constituídos cultural e historicamente, como é o caso da circulação de saberes pedagógicos em meio a um determinado grupo, torna-se necessário compreender as representações do real e do social a que estavam submetidos – tanto o público alvo, a quem esses saberes deveriam alcançar – quanto os

atores que, de certa forma, estavam incumbidos de promover, divulgar e fazê-los circular. Assim, compreender o papel do Bibliotecário da Escola Normal paulista, como um dos atores responsáveis pela mediação e circulação desses saberes no âmbito dos cursos de formação de professores, é buscar compreender a sua influência para a história da formação de professores primários que permearam uma determinada época da história da educação no país.

Para conduzir o desenvolvimento da pesquisa, formulei alguns objetivos a serem alcançados que ficaram assim definidos:

Objetivo Geral

- Compreender aspectos da circulação de saberes pedagógicos nas Escolas Normais paulistas enfocando a biblioteca escolar e seu principal agente mediador: o Bibliotecário.

Objetivos Específicos

- Evidenciar o papel do Bibliotecário das Escolas Normais paulistas;
- Analisar a legislação referente à implantação da biblioteca escolar e da presença do Bibliotecário nas Escolas Normais, no período abordado pela pesquisa;
- Analisar os indícios de atuação do Bibliotecário da Escola Normal de Piracicaba, como agente mediador da circulação de saberes pedagógicos e das práticas de leitura tanto para professores quanto para alunos nessa instituição.

Tendo em vista um melhor entendimento dos elementos que serão apresentados por meio dos resultados da pesquisa, além da breve exposição do tema que faço nesta **Introdução**, da apresentação do referencial teórico–metodológico adotado e dos objetivos da pesquisa, este texto está organizado conforme descrevo a seguir:

Na **parte 2**, que tem como título “A Escola Normal Paulista: centro de produção e circulação de saberes pedagógicos” – apresento algumas considerações sobre a circulação de saberes em meio à Escola Normal Paulista, compreendida como espaço específico para a profissionalização do professor primário e centro de produção e circulação de saberes necessários ao exercício da profissão docente.

Na **Parte 3**, que tem como título “Biblioteca escolar e formação” – faço uma retomada de importantes trabalhos de autores que tratam da biblioteca, como um local de reunião, produção e circulação de saberes, especialmente voltados à formação de professores e busco compreender a relevância desses saberes para a formação de professores, tanto no caso do Estado de São Paulo, como no caso específico da cidade de Piracicaba.

Na **Parte 4**, que tem como título “O Bibliotecário da Escola Normal Paulista: agente mediador da circulação de saberes pedagógicos e práticas de leitura” – apresento por meio da Legislação educacional da época, as atribuições do cargo de Bibliotecário da Escola Normal paulista, trazendo à tona alguns indícios do papel desempenhado pelo Bibliotecário da Escola Normal de Piracicaba, o que nos permite perceber a influência desse profissional na circulação de saberes específicos para a formação do professor primário, tanto nas escolas paulistas, quanto naquela instituição.

Por fim, nas **Considerações Finais**, apresento breve retomada do trabalho desenvolvido e as conclusões que foram possíveis estabelecer ao final da pesquisa. Destaco que o Bibliotecário da Escola Normal desempenhava um papel relevante para a formação dos professores dessa instituição, uma vez que ele era o agente responsável pela seleção, indicação e solicitação para aquisição do acervo da biblioteca, contribuindo portanto para a disseminação de determinado conjunto de saberes hegemônicos, considerados necessários à manutenção de uma cultura pedagógica voltada à formação do professor primário, vigente no Brasil, especialmente nas primeiras décadas do século XX.

Em seguida, como **Apêndice**, apresento uma compilação das *Leis e Decretos do Estado de São Paulo* que se referem à implantação das Bibliotecas nas Escolas Normais

paulistas e sobre a atuação do Bibliotecário nessas instituições, no período de 1890 a 1933.

Por meio desta Dissertação, pretendo contribuir para a compreensão de aspectos da formação de professores primários no Brasil, enfocando o papel do Bibliotecário como agente mediador da circulação de saberes necessários à formação docente. Destaco, portanto, a relevância e pertinência dessa pesquisa por focar um dos agentes da escola, o bibliotecário da Escola Normal paulista, pouco estudado nas pesquisas em História da Educação.

2 – ESCOLA NORMAL PAULISTA: CENTRO DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS

Com o objetivo de compreender como se constituía o processo de formação de professores Primários no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, não há como deixar de retomar aspectos da história de uma das instituições responsável por formar professores ao longo de mais de um século no país, a Escola Normal. Para melhor compreender o objeto de estudo, focado nesta Dissertação – O papel do Bibliotecário da Escola Normal paulista, como agente mediador na circulação de saberes pedagógicos –, apresento algumas informações a respeito do *locus* de trabalho desse profissional, que de certa forma, contribuiu para a formação docente, no momento histórico em que a biblioteca passa a receber destaque na legislação e ganha espaço específico para a sua instalação.

A proposta que demanda a condução deste capítulo consiste em apresentar um breve panorama histórico sobre as Escolas Normais, consideradas como centros de produção e circulação de saberes pedagógicos essenciais na formação do futuro professor. Assim sendo, essas Escolas contribuíram significativamente para formação de uma cultura pedagógica, que pode ter influenciado gerações de professores primários por elas formados.

Diante da necessidade emergente de preparar professores para atuarem no magistério primário, a trajetória da Escola Normal “[...] cuja origem e desenvolvimento vinculam-se à difusão dos ideais liberais de secularização e expansão do ensino Primário” (TANURI, 1979, p. 41), inicia-se ainda no período imperial e vai sofrendo diversas alterações tanto em seu currículo, como na sua caracterização como instituição formadora. Severamente criticada, no seu início, por compreender uma formação pedagógica ineficiente e rudimentar, adotava um currículo semelhantemente às Escolas Primárias elementares, o qual consistia em focar o conteúdo que seria ensinado, sendo basicamente noções de Gramática, Aritmética, Geometria, Caligrafia, Lógica, Religião e aplicação de Métodos e Processo de Ensino. Nas primeiras escolas o curso tinha duração de dois anos – embora em determinados momentos da história, por meio de reformas e reorganização do sistema educacional sua duração tenha sido alterada para três anos, quatro anos e cinco anos – (TANURI, 1979).

A Escola Normal, por meio da propagação dos ideais republicanos apregoados no Brasil, entre meados e final do século XIX, torna-se a primeira instituição laica do gênero a ser instalada no estado de São Paulo e visava a atender as necessidades sociais e os ideais em prol da instituição da República no país. Como centro de formação, as Escolas Normais desempenharam papel fundamental no processo formativo dos professores primários no Brasil, por várias décadas. Passando por momentos de crises e desprestígio institucional até se consolidar como centro produtor e difusor de conhecimento pedagógico. Essa presença foi marcada a partir de 1835, com a criação da primeira Escola Normal do Brasil¹⁰ – em Niterói, Rio de Janeiro¹¹ e em São Paulo, com a criação da primeira Escola Normal da Capital¹², em 1846 –, até a década de 1970 quando as Escolas Normais foram extintas.

A criação das Escolas Normais no Brasil esteve permeada por movimentos de reformulações, no entanto, mesmo diante dos desafios que enfrentou essa instituição, criada, ainda no Império, atravessa a primeira República e chega às décadas de 1940/50, como instituição pública que desempenhou um papel fundamental como formadora de professores para a Escola Primária em todo o país (TANURI, 1979).

Segundo Monarcha (1999), os anos iniciais de implantação das Escolas Normais no Brasil foram marcados por severas dificuldades de todas as ordens, seja financeira, administrativa ou pedagógica, uma vez que, dentre tantos outros motivos, não havia investimentos suficientes por parte do governo. Basicamente todas as Escolas Normais enfrentaram graves problemas administrativos e pedagógicos nas primeiras décadas de sua instalação. A esse respeito, Monarcha (1999) indica que os problemas enfrentados, particularmente na Escola Normal da Capital eram inúmeros.

Tudo falta: regulamentos, uniformização de métodos didáticos, corpo de inspeção digno do nome, prédios escolares, material didático,

¹⁰ A criação das Escolas Normais no Brasil está relacionada ao *Ato Adicional de 12 de agosto de 1834*, que conferiu às então criadas Assembleias Legislativas Provinciais, entre outras atribuições, a de legislar sobre a Instrução Pública, cabendo às Províncias o dever de criar estabelecimentos próprios para promovê-la. O Curso Normal criado em 1835 tinha como objetivo formar professores para atuarem na Escola Primária, com cursos de nível secundário (atualmente Ensino Médio). A partir da criação da Escola Normal na sede da Corte, várias Províncias tomaram a mesma iniciativa como é o caso de Minas Gerais, em 1840, e da Bahia, em 1841 (VILELA, 1990).

¹¹ A primeira Escola Normal do Brasil foi instalada no município que era sede da capital do império – Niterói- Rio de Janeiro, em 1835.

¹² “A primeira Escola Normal de São Paulo foi criada pela lei nº 34, de 16 de março de 1846, a primeira lei de Instrução Primária na Capital da Província de São Paulo” (MONARCHA, 1999).

compêndios, salários compatíveis com a importância do cargo, servidores do Estado, mestres qualificados, famílias responsáveis, discípulos dedicados. Tudo falha: o governo provincial, o professor de primeiras letras, a sociedade. Mas principalmente, falha a Escola Normal, pois é incapaz de responder às urgências sociais, culturais e políticas de sua época (MONARCHA, 1999, p. 44).

As Escolas Normais Paulistas em meio a crises, reformas, fechamentos e reaberturas foram as principais responsáveis por nutrir a sociedade educacional naquele momento, servindo ainda, como instituições modelares que viriam a influenciar os demais estados do país, numa época em que o sistema educacional brasileiro se consolidava e buscava instaurar uma identidade nacional.

Já por volta da década de 1870, por meio da *Lei nº. 9/1874* em seu artigo 1º, as condições relativas à Instrução Pública apresentam significativas mudanças, essa lei instituiu o ensino primário obrigatório “[...] para todos os menores de 7 a 14 anos do sexo masculino, e 7 a 11 anos do sexo feminino” (SÃO PAULO, 1874). Nesse momento, cresce a preocupação em oferecer um curso de formação profissional de qualidade. A Escola Normal foi concebida para ser um centro de formação profissional que promovesse o progresso intelectual e se tornasse um centro multiplicador das “luzes” (MONARCHA, 1999).

Posteriormente com a proclamação da República e mudanças substanciais na Instrução Pública, por meio da Reforma de 1890 – *Decreto nº. 27* – que previa: a reforma e expansão das Escolas Normais; a criação das Escolas-modelo (classes primárias anexas às Escolas Normais que serviriam para a prática e estágio dos normalistas com o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar a formação pedagógica); a reorganização do currículo; a adoção do método de ensino intuitivo. Com essas e demais sucessivas mudanças que vieram a Escola Normal começa a entrar numa nova fase, conquistando prestígio e respeito na sociedade. A nova organização, prevista nas reformas a partir de 1890, consistiu em mudanças significativas para o aperfeiçoamento da formação professoral, naquele momento, com base na adoção e na inserção de um conjunto de saberes pedagógicos que vinha conquistando hegemonia no meio educacional, especialmente os desenvolvidos por Pestalozzi.

Com a importância que os republicanos atribuíam à instrução como forma de elevar o nível intelectual do país, muitas medidas de melhoria e reforma no ensino foram tomadas. A Escola Normal assumia um papel de ser a disseminadora das “luzes”,

numa sociedade ainda praticamente na escuridão. Idealizada pelos republicanos como um “centro multiplicador de luzes”, destinado a “espargir luz” por meio da formação dos seus professores primários, com vistas a promover o progresso e a liberdade do país através da educação laica, de qualidade e gratuita (MONARCHA, 1999).

A partir do final do século XIX e início do XX, a preocupação com o processo de formação do professor permeou a trajetória da Escola Normal, especialmente no estado de São Paulo. A busca por um profissional preparado para atender às novas exigências da sociedade em consonância com os ideais apregoados pelos republicanos, de uma escola pública que atendesse à demanda da população, eram alvo tanto dos dirigentes político-administrativos, quanto dos intelectuais ligados à educação. Essa busca pela formação do professor que atendesse às necessidades educacionais da época influenciou de certa forma, a aprovação de reformas educacionais que viriam a culminar com a ampliação do número de Escolas Normais, especialmente a partir do início do século XX. Com isso, a Escola Normal torna-se um *locus* destinado especificamente a formar os futuros professores para a escola primária, que tinham como missão resolver o problema do analfabetismo que o país enfrentava.

Símbolo majestoso do progresso, a Escola Normal especialmente em São Paulo, era caracterizada como marca republicana. Para Carvalho (1989, p. 23), “[...] o sinal da diferença entre um passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o progresso”.

Segundo Vidal e Faria Filho (2005, p. 52), os republicanos paulistas intentavam “[...] dar a ver a própria República e seu projeto educativo, por vezes, espetacular”, por meio especialmente da construção de seus prédios monumentais e a importância que atribuíam às cerimônias inaugurais dos edifícios escolares.

Para ver e ser vista, a escola compreendia edifícios majestosos, em estilo *neoclássico*, espaçosos e iluminados. Equipados com mobiliário, material didático, atividades desempenhadas tanto pelos discentes quanto docentes, tudo a ser visto como a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna, evidenciando o progresso que a República instaurava (CARVALHO, 2003).

Para promover um melhor entendimento entre a relação Escola Normal – Formação de Professores – Circulação de saberes, busco estabelecer um diálogo com autores que se debruçaram sobre os estudos das Escolas Normais, evidenciando tais aspectos. Dentre os estudos relevantes que tratam tanto da formação de professores, quanto da circulação de saberes pedagógicos e que podem servir de subsídios para a

contextualização e entendimento dos aspectos enfatizados neste capítulo, destaco os seguintes autores: Carvalho (2003); Tanuri (1979; 2001); Monarcha (1999); e Nosella; Buffa (2002).

Segundo Tanuri (1979), a Escola Normal paulista passa por diversas transformações desde sua implantação, no período colonial até seu encerramento, na década de 1970, tais transformações ocorreram em função de mudanças tanto na legislação estadual, quanto no sistema educacional brasileiro, ao longo da sua trajetória. Dentre as constatações que a autora aponta estão as ocorridas nos primeiros anos da República, motivadas especialmente, pelo ideal republicano de expansão do ensino e instrução pública.

No estado de São Paulo, as *Leis* nº. 2.269 de 1927 e 2.315 de 1928, que reformaram a Instrução pública promoveram grande expansão no número de instituições, especialmente pela equiparação entre as instituições particulares e públicas, e também, no ano de 1933, por meio da reforma empreendida por Fernando de Azevedo, *Decreto* nº. 5.884, que foi traduzido como *Código de Educação do estado de São Paulo*, o qual previa mudanças importantes na organização das Escolas Normais. Para Tanuri (1979), o modelo de formação de professores implementado na recente República estava baseado em ideais de renovação educacional, propostos e divulgados pelos defensores dos princípios da Escola Nova. Dentre esses defensores estavam à frente, principalmente, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira e muitos outros intelectuais.

Ao analisar um conjunto de documentos relativos à Escola Normal da capital, também conhecida com Escola Normal da Praça, Monarcha (1999) aponta que essa Escola foi uma instituição idealizada pelos republicanos para ser um “centro multiplicador de luzes”, destinado a “espargir luz” por meio da formação dos seus professores primários, com vistas a promover o progresso e a liberdade do país.

Assim, a Escola Normal, segundo Monarcha (1999, p. 343) constituía-se

[...] um centro diretor de produções teóricas e iniciativas práticas – constituições de saberes articulados a práticas institucionais – com vistas a organizar a formação de professores para o magistério primário, objetivo esse que – entre outros – acabou por forjar a mentalidade educacional hegemônica de diferentes épocas.

Conforme Nosella e Buffa (2002), a Escola Normal refletia todo um clima cultural da época, que era caracterizado, especialmente, pelo rigor na disciplina e nos estudos e com um currículo predominantemente humanista e de cultura geral, “[...] necessário à formação e à distinção dos dirigentes da sociedade tradicional” (p. 16).

Da mesma forma, as Escolas Normais eram consideradas significativos polos difusores dos ideais de renovação educacional que se difundiu na primeira metade do século XX. A partir, especialmente, do início do mesmo século a Escola Normal da Capital foi considerada instituição modelar que priorizava a formação de professores baseada na cultura geral, contribuindo para a formação da elite intelectual do país (MONARCHA, 1999).

A formação de professores no Brasil, entre o final do século XIX e início do XX, ocorria por meio das Escolas Normais e Escolas Complementares. Com nível de estudo secundário, a Escola Complementar tinha duração de quatro anos e sua finalidade era a formação de professores, que atuariam no ensino primário. O diploma do professor complementarista era distinto do diploma do professor normalista (a Escola Normal conferia aos professores a habilitação para lecionar na Escola Complementar e também Primária, enquanto que a Escola Complementar permitia, apenas, ensinar na Escola Primária). Para obter paridade na formação, os alunos formados pela Escola Complementar precisariam realizar um ano de “prática de ensino” em grupos escolares ou em escolas-modelos. (INOUE, 2010).

Somente a partir de 1906, para minimizar essa disparidade, conferiu-se aos professores complementaristas o direito de ingressar no 3º ano da Escola Normal e obter diplomação equivalente. Para Nery (2009a), o modelo de ensino adotado pela Escola Complementar era mais barato que o da Escola Normal, isso consistia uma possibilidade mais econômica para o estado em solucionar os problemas da falta de profissionalização docente.

Segundo Nery (2009a), nos primeiros anos da República, para atender a essa necessidade de formação de professores, o estado passou a investir nesse modelo de formação diferenciado, a Escola Complementar, uma vez que essa era a opção mais viável, naquele momento. Com isso, criou-se a primeira a Escola Complementar anexa à Escola Normal da Capital e posteriormente, começou um processo de estabelecer nas cidades do interior paulista esse modelo de formação docente. A instalação dessas Escolas pelo interior do estado atendia às reivindicações dos grupos locais e fazia parte

do projeto de Oscar Thompson, enquanto Diretor da Instrução Pública, de ampliação da rede de escolarização primária (NERY, 2009a).

Conforme mencionado anteriormente, a implantação da primeira Escola Normal de São Paulo ocorreu em 1846, na Capital, e, posteriormente, no interior foram instaladas quatro Escolas Complementares¹³: Itapetininga e Piracicaba criadas em 1897; Guaratinguetá e Campinas em 1902, que tinham como objetivo a formação de professores para o ensino Primário. Somente a partir de 1911 foram criadas as Escolas Normais Primárias e Secundárias e todas as Escolas Complementares foram transformadas em Escola Normal Primária.

A Escola Normal da Capital, inicialmente, e as demais Escolas Normais do interior do estado, posteriormente, se tornaram polos produtores e divulgadores de ideais pedagógicos. Muitos dos seus professores eram autores de obras pedagógicas e educacionais que circularam dentro e fora dos muros dessas escolas, além de ocuparem cargos de liderança e destaque no cenário educacional e político-administrativo.

Em relação ao currículo adotado nas Escolas Normais, Almeida (1991) aponta que a formação de professores no estado de São Paulo se organizou da seguinte forma: a partir de **1846 até 1920** o currículo da Escola Normal da Praça da República, considerada instituição modelar, priorizava a cultura geral em detrimento das disciplinas propriamente pedagógicas; a partir de **1920 até 1961** essa instituição buscava preparar o professor para a utilização e aplicação das técnicas pedagógicas e metodologias do ensino; a partir de **1961 até 1971** buscava-se implementar as propostas da *Lei nº. 4024/61* e posteriormente pela *Lei nº. 5692/71* e de **1971 a 1990** priorizava-se um modelo de formação de professor tecnicista.

Assim, ao apresentar de forma breve tal panorama a respeito das Escolas Normais, busco situar meu objeto de pesquisa e relacioná-lo, em meio à História da Educação, com ênfase na história da formação de professores e na circulação de saberes pedagógicos vigentes no período delimitado por esta pesquisa.

As escolas de formação de professores, especialmente as escolas paulistas eram consideradas centros de produção, divulgação e circulação de saberes pedagógicos. Nelas, geralmente, se concentravam os intelectuais ligados à educação, com formações

¹³ A *Lei 1.245* de 1910 previa a instalação de mais duas Escolas Complementares no interior do Estado – Pirassununga e Botucatu – no entanto, antes, porém do funcionamento dessas Escolas, entrou em vigor a *Lei 225* de 1911 que converteu as Escolas Complementares e Escolas Normais Primárias. Com isso, a Escola de Pirassununga e Botucatu tiveram sua inauguração como Escola Normal Primária em 1911 (RODRIGUES, 1930).

diversas e em alguns casos autodidatas, que com frequência, também ocupavam cargos e funções de direção nas esferas administrativas do governo. Dessa forma, esses intelectuais eram responsáveis por conduzir os rumos da educação no país e fazer circular os saberes pedagógicos hegemônicos em cada momento histórico. Conforme aponta Carvalho (2003, p. 341):

Esses homens ilustres que de algum modo tomaram para si a tarefa de remodelar o imaginário e as práticas políticas e pedagógicas no país são personagens chave na elucidação dos processos materiais de produção, circulação e apropriação de modelos pedagógicos no Brasil.

A circulação de saberes pedagógicos, especialmente entre o final do século XIX e início do XX, passa a ser um fator de grande relevância nas escolas de formação de professores, o que viria a influenciar substancialmente o desenvolvimento da escola primária no Brasil.

Para chegar à compreensão de determinados aspectos que influenciaram a circulação de saberes pedagógicos em meio aos cursos de formação de professores, considero relevante iniciar tal discussão buscando como ponto de partida as reflexões de Carvalho (2003; 1998; 1989) e Hébrard; Chartier (2000) sobre a história cultural dos saberes pedagógicos, as quais nos permitem uma visão mais aprofundada dos processos que mediarão tanto a formação do professor primário, quanto o desenvolvimento da escola primária no Brasil.

Considerando os pressupostos da história cultural, Marta Carvalho (2003) busca compreender a historiografia educacional, a partir do livro *A escola e a república e outros ensaios*, no qual analisa a história cultural dos saberes pedagógicos e chama a atenção para uma nova forma de olhar a história da educação, em que

[...] espera-se, agora, capacidade de perspectivar o olhar e problematizar o estabelecido, historicizando-o o que traduz na incorporação de procedimentos lastreados em 'referenciais teóricos atentos aos processos históricos de constituição dos objetos investigados' [...] (CARVALHO, 2003, p. 268).

Esse olhar, redefinido pela “Nova História Cultural”, vem, segundo a autora, redesenhar as fronteiras, os métodos e objetos da História da Educação. Dessa forma, “[...] novos interesses, novos critérios de tratamento do arquivo têm permitido rehistoricizar a escola, particularizando os dispositivos constituintes de um *modelo* ou de uma *forma escolar* [...]” (CARVALHO, 2003, p. 269).

Nesse sentido, Carvalho (2003, p. 343) entende que “[...] *forma escolar* é o produto de práticas de apropriação entendidas como práticas de transformação de matérias sociais específicas e *modelos pedagógicos* são objetos culturais produzidos socialmente e que devem ser analisados em sua materialidade” (grifos da autora).

Tendo suas origens nas necessidades históricas e sociais emergentes, “[...] a escola passa a ser concebida como produto histórico da interação entre dispositivos de normatização pedagógica e práticas dos agentes que se apropriam deles” (p. 270).

A autora compreende que a História da Educação, “Fortemente radicada nas interrogações e perplexidade do presente”, busca por meio dessa nova forma de compreender o passado “[...] tematizar a perspectiva dos sujeitos dos processos investigados, trabalhando com as *representações* que agentes determinados fazem de si mesmos, de suas práticas, das práticas de outros agentes, de instituições – como a escola – e dos processos que a constituem” (p. 270). Com isso, não há que se pensar em uma História da Educação estática, fortemente demarcada com rígidas fronteiras, em que, muitas vezes, estão “[...] dissociadas a história das instituições escolares da história do pensamento ou das idéias pedagógicas [...]”. “É transitando nessa fronteira e embaralhando as suas linhas demarcatórias que a história da pedagogia e a história das instituições escolares começam a ser reconfiguradas” (p. 270).

Da mesma forma, Jean Hébrard e Anne Marie Chartier (2000) percebem as relações existentes entre a história da escola e as práticas culturais, como sendo [...] a relação dinâmica que se estabelece entre processos de escolarização de práticas culturais e usos sociais dos saberes transmitidos pela escola” (HÉBRARD; CHARTIER, 2000, apud CARVALHO, 2003, p. 324).

Com isso Carvalho (2003) entende que

transitar pelas regiões culturais de fronteira que constituem o território social em que a instituição escolar se inscreve e investigar os processos de escolarização dos saberes elementares talvez seja a

melhor maneira de escrever a história da escola primária no país (CARVALHO, 2003, p. 324).

Para compreender esse movimento de constituição da escola, assim com aspectos que influenciaram a formação de professores primários no Brasil, Carvalho (2003) aponta para a necessidade de compreender historicamente as condições institucionais em que a situação de ensino-aprendizagem se efetua, os modelos pedagógicos em circulação, o perfil dos atores que se apropriam desses modelos, trazendo à tona os atores desse processo, para

reconstituir a situação-problema com que defrontaram seja como professores, inspetores, políticos ou intelectuais: o repertório de modelos pedagógicos a que tiveram acesso e os recursos culturais (individuais e sociais: intelectuais e materiais) com que puderam contar na apropriação que fizeram desses modelos (CARVALHO, 2003, p. 345).

Trata-se, segundo Carvalho (2003, p. 345), de especificar a maneira pela qual se “[...] dotam dos instrumentos intelectuais que os habilitam ao exercício do poder” [...], no que se refere às iniciativas de institucionalização da escola no Brasil, permeadas pela complexa rede de relações culturais e dos processos de formação e trajetórias profissionais e políticas desses agentes.

Concebida como produto das relações históricas e sociais, a escola constitui-se por meio de uma complexa relação entre “[...] normatização pedagógica e práticas dos agentes [...]” envolvidos nesse processo. Com essa perspectiva, é possível encontrar um campo de investigação multifacetado, especialmente sobre os “[...] impressos de destinação pedagógica e seus usos escolares”. Para Carvalho, ainda, “são essas investigações que dão sólido suporte a uma história cultural dos saberes pedagógicos interessada na materialidade dos processos de difusão e imposição desses saberes e na materialidade das práticas que deles se apropriam” (p. 270). Tais suportes materiais de produção, circulação e apropriação dos saberes pedagógicos abrangem uma pluralidade de estudos, dentre os quais “[...] impressos de destinação pedagógica, livros didáticos, manuais escolares, imprensa periódica especializada em educação, bibliotecas escolares, coleções dirigidas a professores, etc.” (CARVALHO, 2003, p. 271).

Observar os usos diferenciados que são feitos dos objetos culturais – tanto na sua materialidade quanto na sua função – permite deslocar “[...] o olhar do historiador da educação dos modelos pedagógicos para as práticas diferenciadas de apropriação deles [...]” (CARVALHO, 2003, p.271), compreendendo-os como produtos culturais que dependem de seus usos, circulação e práticas dos agentes que as conduzem ou delas se apropriam.

Como interessa diretamente para a compreensão do objeto da pesquisa aqui apresentado, tanto a análise da constituição de uma “biblioteca específica para a formação de professores”, quanto à maneira como os saberes circularam em meio aos espaços – Escolas Normais – Bibliotecas Escolares – Escolas Primárias – e quem eram os agentes responsáveis ou influenciadores da constituição e circulação dos saberes pedagógicos, considero importante retomar as considerações de Carvalho sobre a utilização dos impressos de destinação escolar. Com isso, Carvalho (2003) nos permite visualizar aspectos relativos às mediações que podem ocorrer no processo de produção, divulgação e circulação desses impressos, até chegar ao leitor que dele irá se apropriar.

Para compreender a utilização dos impressos pedagógicos, Carvalho (2003) recorre aos conceitos de “materialidade”, “apropriação” e “estratégia”, assim como propõem Chartier (1990) e Certeau (1994). Nesse sentido, para a autora, ao analisar os livros de “destinação escolar”, há que se considerar as estratégias de produção e circulação e ao mesmo tempo as estratégias pedagógicas e políticas a que estavam submetidas. Analisar a materialidade desses impressos implica em compreender a sua função como um “dispositivo modelizador (das práticas de sala de aula, por exemplo), analisando-os em sua configuração textual e editorial”, considerando, ainda, sua função como “suportes materiais de práticas de apropriações, indagando sobre os indícios materiais que fornecem sobre as práticas que deles fizeram uso” (CARVALHO, 2003, p. 274).

Considerando a importância de se analisar a materialidade dos objetos culturais, para perceber a constituição de determinada cultura pedagógica e da conformação de práticas culturais – difundidas e consideradas hegemônicas no contexto educacional brasileiro, sobretudo no período pós-republicano –, além do estudo sobre as instituições de formação, como a “Escola Normal”, torna-se também necessário o estudo da “Biblioteca para formação de professores” entendida não apenas como o lugar físico em que se depositam e organizam livros destinados ao professor em formação, mas inclusive o estudo da “Biblioteca” entendida como um conjunto de saberes sintetizados

nos impressos sejam eles livros, manuais, revistas e demais literaturas destinadas ao uso do professor e futuro professor.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão acerca da circulação de saberes pedagógicos e sua influência na formação dos professores das Escolas Normais, retomo a seguir alguns estudos relevantes que considero essenciais para estabelecer uma relação entre os aspectos aqui abordados e a cultura pedagógica formativa do professor primário no período de abrangência da pesquisa. Assim, por meio das ideias dos autores que serão apresentados a seguir, busco trazer à tona questões que permearam todo um contexto educacional da época, considerando tanto as influências culturais, filosóficas e políticas que culminaram na consolidação de um modelo escolar que, embora apresente significativas mudanças no decorrer dos tempos, ainda conserva marcas de um passado relativamente distante.

Silva (2005) afirma que o exame da literatura pedagógica, entre os anos de 1870 a 1930, especialmente no caso dos manuais possibilitou, portanto, compreender as apropriações das leituras feitas pelos professores e alunos que contribuíram para a constituição da cultura pedagógica formativa do professor primário, evidenciada nos cursos de formação como as Escolas Normais no Brasil e também fora do país. Com isso a autora utiliza a metáfora “viagem dos saberes” com a qual busca evidenciar

[...] as articulações entre a construção da escola de massas e determinadas modalidades de leitura realizadas nos manuais da Escola Normal. Essa foi uma história de práticas de leitura feitas entre os educadores, através das quais foram elaboradas as representações do professor e de seu lugar nas instituições de ensino conhecidas nas mais diversas partes do mundo (SILVA, 2005, p. 13).

A literatura pedagógica que constituía a biblioteca específica para a formação do professor e do futuro professor primário, era considerada fonte de divulgação, circulação e sistematização de certa cultura escolar que disseminou um conjunto de saberes científicos, psicológicos e pedagógicos a serem utilizados pelos professores no desempenho de suas atividades.

Compreender aspectos históricos sobre educação e constituição da escola primária no Brasil implica também em compreender o modelo de formação de professores que foi sendo consolidado, mediante, sobretudo, pela circulação de

determinado conjunto de saberes pedagógicos e modelos culturais, pautados nos princípios da Escola Nova. Esses modelos culturais e saberes pedagógicos foram sendo difundidos, desde o final do século XIX e tiveram relativa hegemonia nas primeiras décadas do século XX (SILVA, 2005).

Nesse cenário, as bibliotecas para a formação de professores desempenharam um papel relevante, tanto na formação dos normalistas, quanto no desempenho das funções dos professores primários, uma vez que, nessas bibliotecas específicas se concretizavam propostas e modelos de ensino que procuravam atender aos anseios republicanos, fundamentado em “novos” e “modernos” pressupostos teóricos e filosóficos e que visavam a uma elevação do nível cultural e intelectual do país.

A circulação de saberes pedagógicos hegemônicos que impulsionou o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro, refletindo diretamente no modelo de formação docente adotado no Brasil, ao longo do período aqui enfocado, refletiu, de alguma forma, em reformas educacionais, publicação impressos divulgando ideias pedagógicas, foi também sistematizada nos livros, manuais e revistas. Por meio dessa propagação de saberes é possível perceber a constituição de uma determinada cultura pedagógica, implantada nos cursos de formação de professores. A circulação desses saberes, foi, também, consequência de um longo processo histórico que vinha se consolidando, em países reconhecidamente mais desenvolvidos nas questões educacionais e que foram se difundindo por vários países, dentre eles o Brasil. Tais saberes culminaram em significativas mudanças, defendidas, por alguns intelectuais, como modernas e renovadoras, essas mudanças viriam ganhar força, especialmente, a partir de 1932 com o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*.

Para Carvalho (2003) é especialmente a partir do final do século XIX que “[...] uma geração de liberais reformistas depositam seus anseios de modernização do país em um conjunto de inovações pedagógicas que, nos Estados Unidos e Europa, vinham imprimindo à instituição escolar um novo perfil”. Tais reformas introduziram, segundo indica Hilsdorf (1986) as classes de jardim de infância, o ensino simultâneo da leitura e escrita, os conteúdos de forma seriada, uma disciplina mais branda em relação ao rigor no comportamento e aos castigos, a utilização do método de ensino intuitivo, as lições de coisas, a valorização das matérias científicas e das metodologias de cunho mais prático, o ensino leigo positivista, formas de ensinar utilizando conceitos práticos da vida, além do aumento das classes de formação de professores, cursos noturnos para alfabetização e cursos de formação profissional.

É por meio, especialmente de liberais, maçons, positivistas, republicanos e protestantes norte-americanos que os novos modelos pedagógicos ganham espaço e se traduzem na criação de novas escolas e das novas propostas educacionais, amplamente divulgadas por meio da imprensa. Com isso, os propagadores da República buscam dar ênfase à difusão desses modelos, por meio das questões de ordem para o novo momento político-educacional no país: “Educação, República e Cidadania” (CARVALHO, 2003).

As propostas de mudanças no âmbito da educação são sentidas tanto nas Escolas Primária, quanto nas Escolas Normais, e com isso, visam a atender a esse ideal de escola moderna, ativa e renovada. Em relação à Escola Normal, Tanuri (1994) aponta que ao longo de sua trajetória, essa instituição esteve vinculada à difusão dos ideais liberais que visavam à expansão do ensino primário e à democratização do ensino.

Para compreender o processo histórico que originou tais mudanças no sistema educacional brasileiros, Nagle (1979) aponta que esse processo é muito anterior à década de 1930, podendo ser compreendido por duas fases: a primeira, com início no final do período imperial e início do século XX, é caracterizada como “[...] fase preparatória” (p. 239); a segunda, a da difusão e realizações” (p. 241), é caracterizada, principalmente por movimentos de ideias liberais e reformadoras na tentativa de promover sua institucionalização. Esse movimento, disseminado através de um número crescente de literatura que tratava dos problemas educacionais, “[...] reflete a confluência de dois importantes acontecimentos: a inquietação social e o entusiasmo pela educação.” (p. 261).

As alterações realizadas na Escola Primária, no período republicano vêm acompanhadas pelas transformações na Escola Normal, de forma que uma não pode ser analisada independente da outra. A esse respeito Nagle (1974, p. 218) indica que

[...] na realidade, ambas constituíam duas facetas de um mesmo problema, pois a nova natureza e as novas funções atribuídas à escola primária se firmariam se, além de outras condições, fosse alterado e aperfeiçoado o curso de formação de professores primários.

A Escola Normal paulista se expande a partir da década de 1910 e, especialmente, na década de 1920 sofre ainda maiores transformações. Essa preocupação com a Escola Normal se dá especialmente pela preocupação com a

expansão da Escola Primária decorrente do chamado “fenômeno do entusiasmo educacional”, tão defendido no país durante a primeira república.

Com uma sucessão de Reformas na Instrução Pública, introdução de novas propostas educacionais e metodologias de ensino, a expansão das Escolas Normais e Primárias vêm confirmar as influências dos movimentos chamados por alguns intelectuais de “Entusiasmo pedagógico pela educação” e “Otimismo Pedagógico”.

Segundo Ghiraldelli Jr. (2003), esses movimentos, embora se completassem, acabaram por se conflitar em algum momento. Enquanto o primeiro tinha caráter mais quantitativo, visando uma expansão considerável no número de escolas com vistas a resolver o problema do analfabetismo, o segundo tinha caráter mais qualitativo e visava à melhoria no nível de ensino e das condições pedagógicas das escolas.

Considerando a relevância desse movimento, é possível visualizar as influências desses ideais nos cursos de formação de professores, especialmente quanto à disseminação e circulação dos saberes pedagógicos. Considero, portanto, a contribuição dessa circulação de saberes para a elaboração e concretização de novas propostas educacionais, consideradas inovadoras, naquele momento histórico. A partir dessas influências, ocorreram inúmeras reformas nos sistemas escolares, tanto estaduais, quanto nacional que transformaram o conceito de escola e as práticas pedagógicas.

Conforme apresentei nos parágrafos anteriores, as primeiras décadas do século XX foram marcadas por intensas transformações no campo educacional. Movida por um clima cultural de renovações e de progresso propagados e esperados com o advento da República, a formação de professores tornava-se algo essencial para o desenvolvimento intelectual do país, uma vez que, para os republicanos o progresso da nação dependia da democratização da escola pública, gratuita e de qualidade. Nesse sentido, todos os esforços apontavam para a expansão das escolas primárias e dos cursos de formação de professores com vistas à propagação dos saberes pedagógicos que viriam viabilizar a consecução desses objetivos.

3 – A BIBLIOTECA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

No âmbito das pesquisas em história da educação, o estudo das instituições escolares tem despertado o interesse de muitos pesquisadores que buscam evidenciar aspectos da constituição e propagação da cultura escolar. Para compreender parte da história da formação dos professores primários ocorridas nas Escolas Normais paulistas, faz-se necessário também recorrer ao estudo das bibliotecas dessas instituições, entendidas como um centro especializado de produção e circulação de um conjunto de saberes necessários à formação docente nas escolas primárias do Brasil. Embora esse tema venha despontando nas pesquisas nas últimas décadas em nosso país, ainda são incipientes os estudos que se debruçam sobre os diversos aspectos em que biblioteca e formação de professores dialogam (FARIA FILHO, 2004).

Para melhor entender o papel das bibliotecas, utilizo a concepção apontada por Jacob e Baratin (2000, p. 11), no livro *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. As bibliotecas são consideradas como espaço específico onde se estabelece um diálogo entre o passado e o presente. Para os autores a história das bibliotecas traz consigo a história da cultura e do pensamento. Como um lugar de memória “[...] no qual se depositam os estratos da inscrição deixadas pelas gerações passadas” [...] e como “espaço dialético” e que se constitui parte da história, “[...] se negociam os limites e as configurações da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos de saberes ou suas fraturas internas e suas construções”. Dessa forma, para Jacob e Baratin (2000, p. 9), a biblioteca é também

Lugar de memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também um teatro de uma alquimia complexa em que sob o efeito da leitura, da escrita e de sua integração, se liberam forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira.

A biblioteca pode ser compreendida não somente como um lugar, uma instituição, mas

[...] é o cruzamento paradoxal de um projeto utópico (fazer coexistir num mesmo espaço todos os vestígios do pensamento humano confiados à escrita) com as restrições técnicas, ergonômicas, políticas de conservação, de seleção, de classificação e de comunicação dos textos, das imagens e, hoje, dos sons. É também, e simultaneamente, um desígnio intelectual, um projeto, um conceito imaterial que dá sentido e profundidade às práticas de leitura, de escrita e de interpretação (JACOB; BARATIN, 2000, p. 9).

Toda biblioteca, ainda segundo esses autores “[...] dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo.” (JACOB; BARATIN, 2000, p. 10). Assim também, podemos considerar aspectos constitutivos do seu perfil, como por exemplo, a arquitetura, o público a quem é destinada, a aquisição e a ordenação dos seus livros e coleções, as formas de acessibilidade, especialmente as escolhas intelectuais que organizam sua classificação. A biblioteca, em suma, pode refletir um papel relevante na representação cultural de um dado momento histórico de sua sociedade. Assim reside o seu papel, disseminar e transmitir a cultura e os saberes, são os lugares de permanências, mas também de continuidades e rupturas com a tradição.

Por fim, consideram, “[...] uma biblioteca, em última instância, só adquire sentido pelo trabalho de seus leitores” (JACOB; BARATIN, 2000, p. 11). Com isso,

[...] cada leitor é levado a desenvolver estratégias de apropriação e de memorização, através das quais o saber extraído dos livros é reelaborado, classificado, pronto para ser novamente mobilizado na escrita de novos textos, instrumentos de pesquisa, de reflexão e de compreensão do mundo (JACOB; BARATIN, 2000, p. 1).

Para Matthew Battles (2003), ao longo de sua constituição, as bibliotecas passaram por processos conturbados até sua consolidação como um lugar de memória. Assim como o exterior está guardado no interior de uma biblioteca, os saberes, os escritos, as palavras contidos em suas coleções de livros, como uma aparente

contradição, também ultrapassam os limites de suas estantes e paredes e ganham o mundo.

Para o autor, em meio às estantes de uma biblioteca podem conter a totalidade da experiência humana e seus milhões de volumes podem constituir não apenas um modelo *para* o universo, mas sim o modelo *do* universo.

Para Battles (2003, p. 4-5), uma biblioteca

[...] não é um mero repositório de curiosidades. É um mundo a um só tempo completo e incompletável, cheio de segredos. Ela está submetida a um regime de mudanças e ciclos que contrastam com a permanência insinuada por suas longas fileiras ordenadas de livros.

Como a existência das bibliotecas está diretamente ligada à vida e às experiências humanas, pode-se de certa forma, compreender que “[...] tudo o que acontece lá fora deve ter sua contraparte em algum lugar das estantes.” (BATTLES, p. 12-14).

É muito provável que tudo que se refere à vida e tem relação com a existência do ser humano esteja, de certa forma, registrado nas páginas dos livros que compõem uma biblioteca, e, segundo o autor, como uma aparente contradição, tudo o que está ali, aprisionado, registrado em páginas, coberto por capas, empilhado nas estantes e cercado por muros acaba por ganhar o mundo como se também ganhasse vida. É por meio dessa, possível autonomia que

[...] as palavras, assim como as plantas e as pedras, têm uma existência independente do fato de nós a pronunciarmos, e podem, por isso, produzir efeitos no mundo. Reunidos aos milhões, empilhados, puídos, lidos e esquecidos, os livros de uma biblioteca vão ganhando vida própria. (BATTLES, 2003, p. 16-17).

Com isso, os livros podem exercer sobre os homens um verdadeiro fascínio. Por meio deles é possível perpetuar e compartilhar as experiências humanas mais extraordinárias, assim como histórias de vida e sociedade. Os livros e as bibliotecas são,

em suma, um recurso que permite a disseminação de ideias, ensinamentos, cultura, além de ser um importante auxílio ao aprendizado e acesso ao conhecimento.

É por meio do recurso dos livros disponibilizados numa biblioteca, assim como dos livros que circulam entre uma livraria e as mãos do seu leitor que se pode perceber um momento de trocas de experiências, de compartilhamento de ideias, assim como um estático, mas necessário momento de preservação e permanência da memória, um momento de salvaguardar o que estava condenado ao esquecimento.

3.1 – Compreendendo a Biblioteca para formação de professores

Entendidas como uma necessidade para a disseminação da cultura e da instrução, as bibliotecas escolares fizeram parte de um projeto já antigo, na França, que tinha como objetivo disponibilizar a leitura às populações "pouco familiarizadas ou não familiarizadas" com a literatura e o impresso. Com isso, é que surgem no ano de 1860, segundo indica Hébrard (2004), as primeiras bibliotecas escolares que serviriam, não apenas ao professor e ao aluno, mas também à comunidade.

Por meio da iniciativa do Ministro da Instrução Pública e dos Cultos, Gustave Rouland (1806-1878) – que pretendia promover êxitos e progressos na Instrução – as escolas deveriam ser equipadas com “[...] verdadeiras salas de aula, bem iluminadas e arejadas [...]” e “[...] quadros-negros, mesas, penas, papel, mas também livros”. Com isso, haveria a necessidade de instalar nas escolas “[...] o mobiliário necessário e em primeiríssimo lugar, ‘uma pequena Biblioteca-armário’ destinada à conservação dos livros, dos cadernos e dos quadros impressos para uso da escola” (HÉBRARD, 2004, p. 17).

Hébrard (2004) explicita como a partir da iniciativa de se criar em cada escola um acervo que pudesse ser guardado em um pequeno armário, com o passar do tempo, esse armário passou a se constituir como um “armário-biblioteca”. Inicialmente, esse armário-biblioteca possuía duas funções: “[...] salvaguardar os livros e manuais escolares e emprestar às crianças e às famílias” (2004, p. 25-26).

Conforme mencionado anteriormente, compreender a biblioteca escolar torna-se necessário para compor aspectos da constituição da cultura escolar e pedagógica que se instalou nas instituições de ensino, especialmente, nas escolas de formação de professores entendidas como um centro especializado de divulgação e sintetização de um conjunto de saberes necessários à formação docente para a escola primária, tornando-se modelos de educação, assim como de conformação de práticas.

Embora os estudos das bibliotecas para a formação docente venham ganhando destaque no Brasil, segundo aponta Faria Filho (2004), constata-se ainda que esse tema está repleto de uma multiplicidade de sentidos e possibilidades de investigação e necessita do aprofundamento do olhar do pesquisador para buscar desvelar os diversos aspectos que estão entrelaçados dentro da complexidade do tema e das relações que estabelece no seu entorno.

Ao buscar uma aproximação dos estudos sobre as bibliotecas escolares, foi possível perceber que, em sua maioria, esses estudos compreendem-nas, como um local físico, específico, dentro do espaço escolar, no qual se reúnem variados impressos, como livros e revistas e em muitos casos materiais de áudio e vídeo. Podem ser vistas, também, com destinação específica, tanto para alunos em formação, como para professores, dependendo do seu objetivo e muitos estudos enfocam os aspectos normativos e estruturais para a instalação, organização e manutenção do espaço da biblioteca dentro da escola.

Também é possível encontrar muitas pesquisas que compreendem a biblioteca escolar ou biblioteca para formação profissional, sob outra perspectiva, a qual se refere ao *Conjunto* ou *Coleções de livros* impressos ou não, específicos à área do conhecimento a qual se destina e que constituem um conjunto de saberes necessários à prática de determinada profissão. Tais pesquisas normalmente se debruçam em analisar os aspectos conteudísticos dessas bibliotecas.

Como os estudos sobre bibliotecas escolares estão, de fato, situados em regiões fronteiriças entre os campos da Biblioteconomia e da Educação, torna-se complexo abordar esse tema, sem interferir em questões próprias de cada área do conhecimento, no entanto, o objetivo deste capítulo, assim como desta Dissertação sejam, além de respeitar as especificidades de cada área, são evidenciar a importância da biblioteca para formação de professores sob a ótica da história da educação e tentar situar o papel do Bibliotecário responsável pela intermediação entre a biblioteca e o aluno em formação, por meio da sua atuação na aquisição, seleção e disponibilização do acervo ao seu público alvo.

Embora os propósitos deste capítulo sejam analisar aspectos inerentes à contribuição da biblioteca para a formação de professores, destaco a relevância do estudo da Professora Helen de Castro Silva (2002), desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Letras da UNESP – Araraquara, o qual enfocou o estudo de uma biblioteca de uso particular, com um olhar multidisciplinar, articulando de maneira muito apropriada as várias facetas da constituição e permanência desse acervo. Com o título *A Biblioteca da fazenda Pinhal e o universo de leitura na passagem do século XIX para o XX*, resultante de sua Tese de doutorado, a autora analisa, utilizando como fundamentação teórica a História da Leitura, o acervo da biblioteca dessa fazenda situada na cidade de São Carlos e que pertencia à família do Conde do Pinhal.

Por meio da análise dos aspectos culturais e históricos da época, a autora identifica as práticas de leitura da família e consequentemente da sociedade naquele momento histórico e verifica a coincidência entre a constituição do acervo e os padrões culturais da época. Tal investigação nos permite compreender a relevância dos estudos das bibliotecas, tanto particulares, quanto públicas, quanto as que têm como especificidade atender um determinado público, como é o caso da biblioteca para formação de professores. Com isso, é possível perceber que a análise de determinada acervo, buscando evidenciar detalhes de sua constituição, os objetivos aos quais buscou contemplar e público ao qual buscou atender nos permitem reconstituir partes de um passado, às vezes distante e esquecido, para com isso compreender a constituição da sociedade cultural e intelectual da época.

Com vistas a ampliar o meu olhar de pesquisadora da história da educação para poder perceber que sempre existem novas e diversas possibilidades na condução de uma pesquisa, mas que, também é necessário manter o foco e preservar-se no lugar de onde se fala e respeitar as especificidades inerentes a cada área do conhecimento, busco evidenciar, dentro do campo da História da Educação, apenas os aspectos relativos aos saberes que circularam nas bibliotecas das Escolas Normais paulistas e enfocar a particularidade do estudo sobre o acervo de uma biblioteca para formação de professores, entendida como um centro de produção, circulação e divulgação de saberes específicos, considerados necessários à formação do professor primário e responsável pela constituição de uma cultura formativa do profissional-professor. É com esse objetivo que intento estabelecer um diálogo entre alguns estudos relevantes sobre o tema, que selecionei para conduzir a análise do objeto da pesquisa aqui apresentado. Tais estudos tratam da biblioteca analisada pela ótica da Educação e mais especificamente pela História da educação.

Para introduzir uma reflexão teórica neste capítulo, selecionei um texto de Carvalho (2003) que, embora não trate diretamente sobre biblioteca escolar, considere pertinente para abrir o diálogo sobre a circulação de saberes que permeava o contexto histórico-educacional do Brasil, no período abordado por essa pesquisa, e mais especificamente por se tratar de um texto relevante para compreender os movimentos de ideias e teorias que permeavam a educação no período em questão e que culminaram na produção, circulação e apropriação de modelos e práticas educacionais considerados como hegemônicos, naquele momento.

Carvalho (2003), em seu texto *Modelos pedagógicos, práticas culturais e forma escolar*: proposta de estudos sobre a história da escola primária no Brasil (1750-1940)¹⁴ evidencia como o modelo pedagógico no país vai se consolidando, desde as reformas pombalinas até a propagação dos ideais de modernização no país com a introdução de novos modelos pedagógicos divulgados pela pedagogia moderna.

Inicialmente, entre os séculos XVII e XIX, o modelo pedagógico brasileiro constituía-se pelas *Escolas de primeiras letras*, pela *Filantropia ilustrada e institucionalização da ordem*, o que favorecia ao desenvolvimento de instituições de intervenção social, como asilos, seminários de órfãos, penitenciária, casas de correção e hospital, todos a serviço de conter os loucos, doentes, desamparados e os criminosos e tirá-los do convívio da sociedade (CARVALHO, 2003).

Já num período posterior, entre o final do século XIX e início do XX, o modelo pedagógico brasileiro vai se consolidando a partir dos anseios republicanos de modernização do país, e conseqüentemente, de inovações pedagógicas, influenciadas por experiências de outros países como Estados Unidos e países da Europa.

Movidos pelos ideais republicanos, desde os fins do século XIX “[...] liberais, maçons, positivistas, republicanos e protestantes norte-americanos põem em circulação novos modelos pedagógicos, fundando escolas, dividindo-os pela imprensa e trazendo-os para o debate parlamentar”. Com isso, a propaganda em prol da república busca reforçar esses modelos e se pautar sob a “[...] indissociabilidade do trinômio – Educação, República e Cidadania” (CARVALHO, 2003, p. 336 - 337). Instaurada a República, especialmente os governantes do estado de São Paulo passam a investir na organização de um sistema de ensino que viria a se tornar modelo para o restante do país. “É assim que a escola paulista é, estrategicamente, erigida signo do Progresso que a República instaurava”.

A partir dessa lógica, o “modelo paulista” passa a ser exportado para outros estados disseminando um “modelo ideal” de educação e ensino, pautado em métodos pedagógicos modernos, que eram aplicados na Escola Modelo, anexa à Escola Normal. Com seus prédios monumentais, ensino seriado e classes homogêneas, todo esse aparato apontava para a fórmula do sucesso republicano em São Paulo. Esse modelo de educação baseado na Pedagogia moderna influenciou e motivou determinados grupos de

¹⁴ A autora especifica que o texto apresenta uma proposta de pesquisa decorrente do Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política e sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

dirigentes “[...] a tomarem para si a tarefa de remodelar o imaginário e as práticas políticas e pedagógicas no país”. Para a autora, esses personagens, como agentes mediadores no processo de institucionalização da escola, são considerados fundamentais na “[...] elucidação dos processos materiais de produção, circulação e apropriação dos modelos pedagógicos no Brasil” (CARVALHO, 2003, p. 338).

Tais observações de Carvalho (2003, p. 269) nos permitem a compreensão de todo um clima político-cultural-educacional no país, ao longo de uma trajetória de quase dois séculos. Com isso, segundo estudos de historiografia sobre educação, o modelo e a forma escolar passam a ser compreendidos como uma construção histórica “[...] resultante da inserção da pluralidade de dispositivos científicos, religiosos, políticos e pedagógicos que definiram a modernidade como sociedade de escolarização”

Carvalho (2003, p. 269) indica, ainda que, no período pós-republicano, os dirigentes – “esses homens ilustres” – ocupando posições de legisladores, políticos, altos funcionários do Estado, escritores, professores ou jornalistas constituíram uma geração que “[...] nascida juntamente com a República, participou ativamente do chamado *movimento de renovação educacional* nos anos 1920 e 1930”. Dessa forma, investigar as apropriações que esses educadores fizeram das “proposições escolanovistas estrangeiras é especialmente relevante no caso daqueles que se fizeram autores, tradutores e editores de vasta literatura pedagógica”, é de vital importância para a compreensão do processo de constituição do campo educacional no Brasil.

Com o objetivo de compreender a literatura pedagógica que circulou em meio ao ambiente escolar, especialmente a literatura destinada aos professores em formação, torna evidente a complexidade e a necessidade de se analisar a utilização do impresso seja no seu uso prescrito ou no seu uso efetivo e compreendê-lo como um “produto”, em meio às “estratégias pedagógicas e editoriais” que veiculam a propagação de determinados saberes pedagógicos e a “normatização das práticas escolares” (CARVALHO, 2002).

Como um espaço destinado a reunir um conjunto de saberes, especialmente voltados à formação do professor, como é o caso das bibliotecas das Escolas Normais, Carvalho (2007, p. 18) aponta que nelas se “[...] organizam e constituem a cultura pedagógica representada como necessária ao desempenho escolar do seu destinatário, o professor”.

Em análise da constituição do acervo da biblioteca da Escola Normal de São Paulo, por meio da compra de livros feita pelo então professor da cadeira de francês,

física e química, dessa escola, Paulo Bourroul, quando em viagem à França, em 1881, Carvalho (2002) enfatiza no texto – *Uma biblioteca francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882)*: livros de formação profissional e circulação de modelos culturais – os “suportes materiais da produção, circulação e apropriação dos saberes pedagógicos” (CARVALHO, 2002, p. 17), nos quais estão relacionados os livros de uso escolar, a imprensa periódica voltada à educação, as bibliotecas escolares, as coleções destinadas aos professores e demais dispositivos prescritos para o uso dos professores ou futuros professores.

Por meio dessa análise, a autora buscou evidenciar a configuração material de livros e revistas que tematizaram a educação e ensino, destinados aos professores e que tiveram circulação no Brasil entre o final do século XIX e meados do século XX. Com isso, por meio dessa pesquisa (CARVALHO, 2007, p. 19).

[...] interessada em especificar estilos distintos de configuração dos saberes pedagógicos por meio da análise da materialidade dos impressos que os põem em circulação, [a pesquisa] focaliza, em uma de suas vertentes, um dispositivo de constituição de um repertório de saberes pedagógicos: a montagem de bibliotecas em escolas de formação de professores. Tais bibliotecas, destinadas à formação e à leitura profissional de professores já formados, organizam e constituem o *corpus* dos saberes representados como necessários à prática docente, constituindo, concomitantemente, uma cultura pedagógica.

Para compreender a “materialidade” desses impressos, analisar sua “configuração textual e tipográfica” e evidenciar de que forma eles são “produtores de sentido”, faz-se necessário referir-se ao estudo dos impressos “como produto de estratégias pedagógicas e editoriais de difusão dos saberes pedagógicos e de normatização das práticas escolares” (CARVALHO, 2002, p. 18). Como propõem Chartier e Certeau.

Por meio desse tipo de investigação, que toma a biblioteca também como coleções de livros que, destinadas ao uso de professores, são responsáveis por organizar e chegam a constituir a cultura pedagógica representada como necessária ao desempenho do professor (CARVALHO, 2002, P. 18), é que se busca, por meio desta Dissertação, evidenciar de que maneira o Bibliotecário da Escola Normal paulista era

também o responsável pela disseminação da cultura pedagógica inerente à formação do professor Primário.

Como continuidade ao estudo das bibliotecas e dos saberes pedagógicos responsáveis pela constituição de determinada cultura pedagógica para formação do professor, Toledo e Mogarro (2011) discutem aspectos da circulação de materiais impressos no Brasil que tiveram presença de destaque nas bibliotecas de Portugal, assim como, constatarem que livros portugueses também marcaram presença nas bibliotecas brasileiras. Essa correspondência, sobretudo de livros destinados à formação de professores nos dois países, deixa evidente a preocupação com a formação profissional, por meio da instalação de museus pedagógicos, bibliotecas especializadas, presente em vários países da Europa e América do Sul entre o final do século XIX e início do século XX. Ao se debruçarem mais precisamente sobre os livros da coleção *Atualidades Pedagógicas* as autoras consideram que essa coleção “[...] veiculou um modelo de leitura e formação fortemente marcado pelas condições do campo pedagógico brasileiro e pelas opções políticas materializadas no próprio programa de formação do leitor e da coleção” (TOLEDO; MOGARRO, 2011, p. 172). Idealizado por Fernando de Azevedo, o projeto da biblioteca, compreendida como coleção destinada a professores e futuros professores “[...] foi alcançado à condição de referência nacional do escolanovismo, pelas estratégias de produção e difusão mobilizadas, por meio de dispositivos tipográficos e textuais inovadores”. Toledo e Mogarro (2011, p. 173) concluem com isso que Azevedo buscou instalar uma nova cultura pedagógica, investindo nos avanços científicos no campo educacional, por meio de “[...] traduções de textos e autores do movimento internacional do escolanovismo, programando-os de modo que os autores brasileiros e estrangeiros conformassem uma coesa cultura pedagógica projetada como renovação”.

As bibliotecas escolares são frutos de uma concepção de divulgação, sistematização e circulação de ideias pedagógicas, teorias educacionais, cultura escolar ou pedagógica que precisam ser legitimadas, seja pela sua relevância, seja pelas estratégias de implantação que vêm em forma de legislações, projetos ou novas ideias. Com isso, ao longo da história das bibliotecas escolares e de formação de professores, esses espaços são considerados espaços privilegiados de concentração e veiculação de saberes.

Semelhantemente às bibliotecas nos cursos de formação de professores, Souza (2009) ao estudar a instalação das bibliotecas nos Grupos Escolares, constatou que tanto

os grupos escolares, quanto as bibliotecas que estavam previstas que os acompanhassem, eram resultados de projetos republicanos instituídos a partir, especialmente de 1893. No entanto alguns acervos tinham como público alvo os alunos, enquanto outras eram de uso exclusivo dos professores, especialmente as bibliotecas instaladas nas Escolas Normais ou centros de formação de professores. Para a autora, ainda, a partir dos anos 1920 constata-se certa ressignificação para o espaço bibliotecal, possivelmente pelas influências dos princípios escolanovistas, em que se priorizavam as crianças e suas necessidades. Com essas mudanças as bibliotecas deixam de ser um espaço de uso exclusivo do professor para atender também aos alunos da escola primária.

Essa característica da biblioteca para uso do professor, do futuro professor e do aluno da Escola Primária, também pode ser observada nas Escolas Normais paulistas, desde os primeiros anos de sua constituição, uma vez que, algumas dessas escolas também tinham agregadas a elas as Escolas Modelos e Anexas, que atendiam ao ensino Primário (como é o caso da Escola Normal da Capital e Escola Normal de Piracicaba), nesses casos as bibliotecas serviam tanto ao público adulto (professores e futuros professores), quanto às crianças (alunos da Escola Primária).

Segundo consta no *Anuario*¹⁵ do Ensino (1911-1912), desde o ano de 1911, a Diretoria Geral da Instrução Pública criou uma biblioteca destinada aos professores, com livros especialmente de base pedagógica que tinham como objetivo

[...] ser uma fonte segura de informações, um repositório do que de melhor se diga e se faça em matéria de educação e ensino, onde possam buscar, quando precisem, novos conhecimentos para o bom desempenho dos deveres da profissão. Essa fonte de informações constitui um complemento indispensável em uma boa organização escolar, como é a que temos presentemente, e uma necessidade para a actividade e o progresso do professorado (ANNUARIO DO ENSINO, 1911-1912, p. 29).

¹⁵ Destaco que mantenho a ortografia da época neste termo, por se tratar do título da publicação e mantenho também nas citações literais que serão apresentadas a seguir.

Para Nery (2008) tal biblioteca era pensada como uma forma de manter o professorado em constante contato com a “[...] marcha evolutiva do ensino nos países mais adiantados [...]” estando atento ao movimento da moderna pedagogia (ANNUARIO DO ENSINO, 1911-1912, apud NERY, 2008, p. 5).

Por compreender a biblioteca como um espaço específico para produção, circulação e constituição de uma cultura pedagógica, Nery (2009a), ao se debruçar sobre o estudo do acervo da antiga Escola Normal de Piracicaba, toma como objeto esse acervo considerado histórico e aponta para a importância desse tipo de estudo no sentido de perceber a cultura pedagógica constituída por meio das estratégias de implantação de uma biblioteca específica para uso do professor da Escola Normal e para a formação do aluno-mestre.

Sobre a composição de uma biblioteca específica para formação docente, Nery (2009a, p. 123) indica que nela se agrega “[...] um conjunto de materiais, em especial, de livros que, destinados ao uso dos professores e à leitura escolar [...]”, tornando-se responsável por reunir e organizar determinada cultura pedagógica necessária à prática docente. Com isso, a biblioteca escolar instalada nas Escolas Normais pode ser considerada espaço privilegiado de atividades de formação do professor e do futuro professor.

[...] as bibliotecas de formação profissional podem ser tomadas como estratégias de circulação de impressos de formação na medida em que constituem repertórios, selecionam, classificam e dispõem diferentes materiais para a realização da formação de novos leitores especializados (NERY, 2009a, p. 125).

Por meio da análise do acervo, a autora destaca a importância da biblioteca como um espaço destinado a reunir a cultura pedagógica que estava em consonância com o ideal republicano propagado naquele momento histórico.

Na busca da conformação de uma cultura republicana que teria na Escola Normal o espaço de aprendizagem e disseminação, imprensa pedagógica e práticas cívico-patriotas se revestem de uma cultura pedagógica. É visível na análise dos periódicos publicados nas escolas Normais paulistas, dos impressos que compõem a biblioteca escolar e de práticas como associativismo discente a confluência de saberes

pedagógicos que acabam por proporcionar a formação pedagógica do aluno-mestre (NERY, 2009a, p. 164).

As bibliotecas das escolas de formação de professores, durante os anos de existência delas, sejam das Escolas Normais, como é o caso enfocado nesta Dissertação, sejam nos Institutos de Educação, que vieram posteriormente, sempre tiveram posição de destaque frente à importância que tinham para uma formação adequada dos seus alunos, como eram de fato os objetivos das instituições.

Vidal (2000), ao realizar estudos sobre as práticas de formação docentes instaladas no Brasil nas décadas de 1920 e 1930 – especialmente no Instituto de Educação do Distrito Federal, período em que estiveram à frente da Instrução pública Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira –, pôde constatar uma relação intrínseca entre biblioteca escolar para formação docente e princípios escolanovistas, amplamente divulgados e veiculados nos cursos de formação de professores. Tais constatações se deram por meio de depoimentos de ex-alunas e de um conjunto de documentos analisados. Para a autora, era constante a valorização da biblioteca, das aulas de leitura, assim como a aquisição de livros e revistas pedagógicas, que proporcionava todo um clima favorável à aquisição de saberes necessários à formação do futuro professor, assim como o inseria numa atmosfera de aprendizagem de “novos” e “modernos” pressupostos educacionais indispensáveis ao bom desempenho da prática docente.

Fernando Azevedo e Anísio Teixeira, enquanto estiveram à frente da Instrução Pública do Distrito Federal, tiveram como objetivo instalar e abastecer as escolas com bibliotecas, tanto para uso dos alunos, quanto especializada para formação de professores. Assim, no anseio de renovação educacional [...] “a constituição de bibliotecas, especificamente de uma biblioteca para auxiliar na formação de professores, aglutinava discursos de excelência e aprimoramento profissional” (VIDAL, 2000, p. 12). Tais bibliotecas foram criadas, no Distrito Federal¹⁶ a partir do *Decreto nº 2940/28*, que, além de estabelecer critérios para instalação e organização das mesmas, também criou o cargo de Bibliotecário. Dentre as funções atribuídas a esse profissional estavam: cuidar da organização dos livros; organizar o catálogo; apresentar um balanço do movimento da biblioteca; cuidar da ordem e do asseio dos livros; atender a professores,

¹⁶ Como se sabe, a cidade do Rio de Janeiro foi capital do Distrito Federal, desde 1763 até 1960. Após essa data, a capital federal foi transferida para Brasília.

alunos e demais pessoas que o solicitassem na utilização dos livros (DECRETO nº 2940, 1928, apud VIDAL, 2000, p. 12).

Além de normatizar a constituição das bibliotecas escolares, a administração azevediana propôs uma organização mais racional da biblioteca da Escola Normal, criou o cargo de bibliotecário, exclusivamente para gerenciar o acervo destinado à formação docente.

Tanto Fernando Azevedo, quanto Anísio Teixeira contribuíram para a instalação, organização e ampliação das bibliotecas escolares, especialmente destinadas ao magistério. Por meio dessas iniciativas, delinearam estratégias que “[...] alteraram significativamente a composição do acervo bibliotecal e modelaram práticas de leitura.” A formação para o magistério estava diretamente relacionada com a literatura específica sobre “[...] Pedagogia, Psicologia, Sociologia, Higiene, Educação física, Civismo, Moral e História da educação. Obras dedicadas à mulher e à família definiam uma tendência à feminização da docência” (VIDAL, 2000, p. 15).

Dessa forma, Vidal (2000, p. 30) conclui que, esses personagens “[...] ao intervirem na formação para o magistério da capital brasileira, a partir dos anos 1920, [...] preocuparam-se em organizar as bibliotecas escolares [...] atuaram na disseminação e consolidação de um conjunto referencial bibliográfico como padrão de excelência partilhado por alunas e professoras cariocas, que por muitos anos perdurou no discurso pedagógico brasileiro”. Baseados em princípios escolanovistas, “[...] tais estratégias conformaram práticas de formação docente, em que o livro e a biblioteca assumiram lugar privilegiado nas relações espaciais, temporais e pedagógicas da escola” (VIDAL, 2000, p. 30).

Cada vez mais, por meio dos autores aqui destacados, tem sido possível perceber a importância que as bibliotecas dos Cursos de Formação de Professores têm assumido, no período aqui estudado. Com isso, em mais uma evidência de relevância da biblioteca escolar no âmbito das Escolas Normais, Menezes (2011) traz como contribuição a análise do acervo da biblioteca da antiga Escola Normal de Campinas, com o objetivo de compreender o movimento do acervo, sua dinâmica de funcionamento e aspectos relativos ao espaço e organização, bem como o processo de expansão e declínio dessa instituição.

Para Menezes (2011, p.2), é possível perceber o movimento de expansão da escola, assim como da biblioteca, por meio da “[...] proliferação de cursos, disciplinas, períodos de funcionamento, multiplicidade de profissionais habilitados, também se reflete no movimento e na organização de sua biblioteca e do acervo por ela acumulado, nos vários anos de funcionamento.” A autora utiliza como fontes os *Relatórios da Biblioteca*, documento escrito pela bibliotecária, como uma prática já bem sedimentada uma vez que mesmo antes da instituição dos relatórios esses registros eram feitos por meio de livros de registros, onde se registrava toda a aquisição e movimentação do acervo.

A guarda do acervo, a organização e a manutenção estão fortemente articulados aos propósitos educacionais de um período e dos profissionais que então compunham o quadro funcional da instituição, tal como a figura do bibliotecário, nesta escola uma bibliotecária, que permaneciam por muitos anos na escola e tinham, portanto, um conhecimento aprofundado, podendo-se dizer, muito íntimo do seu setor, como no caso específico do acervo bibliográfico. Tal fato traz indicações de um quadro, que ao ser estudado, apresenta dificuldades no seu entendimento, até mesmo para profissionais habilitados na área específica da biblioteconomia. Mesmo nos documentos do arquivo histórico, em relatórios, livros de registro e de tombo, tal como no catálogo, ou catálogos, a marca da bibliotecária responsável pode ser encontrada nos registros. Trabalhou-se com as pistas por ela deixadas, e que muitas vezes só se conseguiu decifrar com o auxílio daqueles que viveram no período e de alguma forma puderam compartilhar desses saberes. (MENEZES, 2011, p. 2).

Por meio da análise desses documentos, Menezes (2011, p. 12) conclui que o estudo dessa biblioteca pode revelar várias pistas importantes que servirão de base para outros estudos de problemas encontrados no cotidiano das escolas tais como: “[...] enfrentamento de problemas como a falta de professores, as aulas de religião, quando alunos ficavam sem atividades e a biblioteca era o espaço para suprir essas falhas”. Além desses aspectos, a autora também percebe o processo de declínio em que tanto as bibliotecas, quanto as instituições de ensino passam.

Verificamos um trabalho profissional criterioso, que também mostra o declínio das instituições de formação de professores, quando a constituição de bibliotecas especializadas, com a possibilidade de

comprar livros, assinar periódicos e suprir as repartições existentes, com um quadro de funcionários capaz de levar os serviços da mesma aos vários turnos de funcionamento da instituição, também começa a declinar e perder pessoal, material e verba para manutenção (MENEZES, 2011, p. 12).

Menezes (2011) constata, ainda, a dificuldade em se investigar uma biblioteca histórica, uma vez que os desafios são imensos e depõem contra o tempo.

Trata-se este trabalho de ensaio preliminar ao estudo de uma biblioteca, que funcionou por décadas, com a constituição de um generoso e rico acervo, mostrou um movimento de consulentes, leitores, visitantes, além de atividades de grande riqueza, com recursos humanos suficientes para cobrir todos os turnos e cursos mantidos pela instituição. Cabe-nos acompanhar a constituição desse acervo, que no período de 21 anos, aqui apresentados, nos Relatórios da bibliotecária responsável, teve um aumento substancial e não computou perdas, nem extravios, como anunciou tão bem a responsável. Não foi sem dificuldades que procedemos a leitura dos relatórios, sobretudo, quando se trata da mesma biblioteca da qual se tenta salvar os itens sobreviventes, após a permanência por vários anos sobre o cimento dos porões, e sob a ação da umidade e pragas das mais variadas. Como outros documentos do arquivo histórico escolar, pode-se, com a leitura destes relatórios, refutar afirmações de que os documentos do arquivo escolar trazem apenas documentos oficiais, sem registros de atividades capazes de enunciar atividades, práticas, embates entre os sujeitos, daquela instituição particular. São pistas, vestígios, enunciados, provocações. (MENEZES, 2011, p. 12).

Com o objetivo de compreender e identificar quais os saberes pedagógicos permeavam a formação de professores numa Instituição de formação de professores na cidade de Santo André- SP, Sá (2011, p. 11) analisou o acervo constitutivo da biblioteca dessa instituição, considerada um importante centro de formação de professores na cidade. A autora constatou, por meio da análise que “[...] o conjunto de impressos se baseavam nos preceitos do movimento Escola Nova” e também estavam voltados a uma “[...] educação cristã, com base na formação do aluno e da família”.

Tanto o trabalho de Menezes (2011), quanto o de Sá (2011), embora estejam situados em um período posterior ao focado nessa pesquisa, destaco a contribuição das pesquisas das autoras para evidenciar a importância do estudo dessas instituições

para a compreensão do processo de formação de professores no Brasil e ressaltar a permanência das práticas e cultura pedagógicas instaladas que perduravam por décadas seguintes, como é possível perceber nesses dois exemplos.

O momento em que a educação no Brasil passava, especialmente entre as décadas de 1920 e 1930, foi de intensa transformação para a realidade educacional do país, tanto pela circulação de ideias filosóficas, políticas e educacionais, quanto pelos investimentos do governo e empenho dos intelectuais e profissionais da educação em adequar o modelo de educação brasileira aos modelos de países bem sucedidos. Conforme mencionado anteriormente, esse período foi marcado também pela passagem de um modelo de educação e ensino compreendido por *Arte de ensinar* para um modelo de base *Científica* com influências da Psicologia (CARVALHO, 2000).

Segundo Nery (2009a) devido a algumas conferências realizadas em diversos países, assim como a visita de professores e intelectuais da educação aos Estados Unidos e países da Europa “[...] criou um clima propício à circulação de novas ideias, em outras palavras, animou culturalmente o meio educacional paulista” (NERY, 2009, p. 134).

Confirmando a importância que as bibliotecas escolares vinham ganhando no cenário educacional no Brasil, especialmente nos cursos de formação de professores, o período sobre o qual essa pesquisa se debruça, pode ser compreendido como um período de grande investimento e desenvolvimento dessas instituições, uma vez que, com o objetivo de elevar o nível de formação dos professores praticado nas Escolas Normais e de tentar aproximar a formação do professor primário às novas propostas educacionais externas, muitos intelectuais brasileiros passam a viajar para países mais desenvolvidos na área educacional para trazerem suas ideias inovadoras que seriam transplantadas ou adequadas ao caso brasileiro.

3.2 – Uma realidade paulista: conhecendo a Biblioteca da antiga “Escola Normal de Piracicaba”

Figura 1- Fachada do prédio da Antiga *Escola Normal de Piracicaba*



Fonte: Acervo iconográfico da *Escola Estadual Sud Mennucci* [1917]

Para conhecer a constituição da biblioteca da antiga Escola Normal de Piracicaba, faz-se necessário reportar-nos ao ano de 1897, quando, por meio da *Lei n.º 524* de 21 de abril de 1897 era instalada a Escola Complementar de Piracicaba, assumindo como seu diretor Antonio Alves Aranha (NERY, 2009).

Inicialmente, a Escola Normal de Piracicaba teve seu edifício situado na Rua do Rosário, o qual “[...] havia sido construído pela Sociedade Propagadora da Instrução, para o estabelecimento de um internato e adquirido pela Câmara Municipal de Piracicaba, que o ofereceu ao governo do Estado para abrigar a Escola Complementar” (NERY, 2009).

Posteriormente, iniciou-se a construção da sua nova sede, na Rua São João, em 5 de julho de 1913, a qual foi inaugurada em 11 de agosto de 1917, permanecendo neste endereço até os dias de hoje (PERECIN, 2005).

Figura 2 – Fachada atual do prédio da Antiga *Escola Normal de Piracicaba*, atualmente *Escola Estadual Sud Mennucci*



Fonte: Acervo pessoal (Abril/2012)

Com a criação da Diretoria Geral da Instrução Pública, em 1910, sob a direção de Oscar Thompson¹⁷, ocorrem algumas mudanças no sistema educacional paulista, especialmente quanto à formação de professores. Como parte dessas mudanças, em 29 de março de 1911, com o *Decreto nº. 2025* a Escola Complementar de Piracicaba, juntamente com outras Escolas Complementares, foi transformada em Escola Normal Primária de Piracicaba (NERY, 2009a).

A Escola Normal Primária de Piracicaba foi instalada no mesmo prédio da antiga Escola Complementar, até a construção de edifício próprio, inaugurado em 1917 onde ainda hoje funciona a Escola Estadual Sud Mennucci.

¹⁷ Para maior aprofundamento sobre a atuação de Oscar Thompson à frente da Instrução Pública paulista, consultar a Tese de Livre Docência intitulada *Em busca do elo perdido: a ação reformadora de Oscar Thompson e a formação de professores (1911 – 1923)*, Nery (2009).

Honorato Faustino de Oliveira assumiu a direção da *Escola Complementar de Piracicaba*, logo após a saída de Antonio Alves Aranha, e permaneceu nessa instituição que posteriormente passou a ser denominada *Escola Normal Primária* (NERY, 2009a).

Figura 3 – Honorato Faustino – Diretor da Antiga *Escola Normal de Piracicaba*



Fonte: Acervo iconográfico da Antiga *Escola Normal de Piracicaba* [s.d.]

A Escola Normal de Piracicaba permaneceu com essa denominação até 1945, quando, por meio do *Decreto n.º 14.575* de 1.º de março foi transformada em **Escola Normal Sud Mennucci** (conforme figura a seguir), em homenagem a um de seus ex-

alunos, o jornalista e professor Sud Mennucci¹⁸, personagem de destaque no cenário educacional do país (NERY, 2009).

Figura 4 – Placa comemorativa da implantação da *Escola Normal Sud Mennucci* no ano de 1945 – Localizada no Hall de entrada da atual *Escola Estadual Sud Mennucci*



Fonte: Arquivo pessoal (Abril/2012)

Em 7 de agosto de 1953 a Escola Normal Sud Mennucci é transformada em **Instituto de Educação Sud Mennucci**, permanecendo com essa denominação até a extinção dos Institutos de Educação por meio da *Lei 5692 / 71* quando foi novamente transformada em **Escola de 1º. e 2º. Graus Sud Mennucci**. Atualmente, essa instituição denomina-se **Escola Estadual Sud Mennucci** e abriga o ensino fundamental, 2º. Ciclo (5º ao 9º anos) e ensino médio, conforme a *LDB 9394/96* (NERY, 2009).

No ano de 1984 o prédio da antiga Escola Normal Sud Mennucci foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico¹⁹ -CONDEPHAAT, por meio do Processo de Tombamento nº 24243/85. Segundo Nery (2008) houve um processo de restauração que revelou todas as condições originais da escola, como as pinturas no Salão Nobre e no Hall de entrada e os afrescos em quase

18 Sud Mennucci nasceu em Piracicaba em 1892, diplomou-se pela Escola Complementar de Piracicaba, em 1910. Foi professor em cidades do interior paulista, Delegado de Ensino em Campinas, em 1920; jornalista do Jornal o Estado de São Paulo, em 1925; diretor do jornal "O tempo" e diretor do "Diário Oficial de São Paulo", em 1930; Diretor Geral do Ensino paulista, em 1931 e um dos fundadores e diretor do Centro do Professorado Paulista, onde atuou por cerca de 18 anos. Foi autor dos livros: *A Crise Brasileira de Educação*; *Humor*; *Alma Contemporânea*; *História do Ensino Público no Brasil*; *Luiz Gama e Brasil Desunido*. (GIESBRECHT, 1997).

¹⁹ A atuação do CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - está interligada ao trabalho desenvolvido pela Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), uma das Unidades da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. A UPPH foi criada pelo Decreto Estadual nº 50.941, de 5 de julho de 2006, e tem por atribuições dar apoio técnico e administrativo ao CONDEPHAAT. Fonte: <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.fe8f17d002247c2c53bbcfeae2308ca0/?vgnnextoid=963c6ed1306b0210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>. Acesso em 12/01/2013.

todas as salas. “A última turma de magistério se formou em 2002, fechando uma longa trajetória na formação de professores no estado de São Paulo” (NERY, 2008, p. 6).

Figura 5 – Fachada atual (ainda conservada) da Antiga *Escola Normal de Piracicaba*, atualmente *Escola Estadual Sud Mennucci*



Fonte: Arquivo pessoal (Abril/2012)

A Escola Normal de Piracicaba, segundo consta no *Livro Jubilar da Escola Normal* (RODRIGUES, 1930), durante o período abordado por esta pesquisa teve como diretores²⁰: Honorato Faustino de Oliveira de 1904 a 1928; Lourival de Queiroz, presumivelmente de 1928 a 1932; e Fausto Lex de 1932 a 1934. Segundo Nery (2008, p. 5), a direção empreendida por Fausto Lex

[...] passa por um período conturbado que culminará com sua exoneração, após sindicância, em 1934. Os motivos desta sindicância não foram estudados, mas, as mudanças provocadas pelo Código da Educação de 1933 que provocaram uma série de alterações no corpo docente, bem como no discente, pode ser uma hipótese. Há uma lacuna, até o momento, entre esse período e 1945.

²⁰ Desde a sua fundação em 1896, como Escola Complementar de Piracicaba, até o ano de 1904, o diretor dessa Escola foi Antonio Alves Aranha.

Alguns personagens que se destacaram no cenário educacional do país, passaram pela Escola Normal de Piracicaba, seja como professores ou alunos, dentre eles destaco Manoel Bergström Lourenço Filho, Antônio Firmino de Proença, Sud Mennucci, entre outros.

Dentro de uma perspectiva de divulgação das atividades desenvolvidas pela Escola e de legitimação de um modelo de ensino, vigentes naquele momento, foi criada a *Revista de Educação*²¹ da Escola Normal de Piracicaba. Segundo Nery (2009A) a *Revista de Educação* é composta por seis números, publicados entre 1921 e 1923, e foi idealizada por Lourenço Filho – professor de Psicologia e Pedagogia – e Honorato Faustino – Diretor da escola – para publicar textos dos professores, alunos e outros profissionais, abordando temas educacionais.

Segundo Inoue (2010), na apresentação da *Revista de Educação*, seus editores e colaboradores deixam evidentes os objetivos do periódico que seria de combater o ensino “verbalista de mera memorização”.

O texto a seguir, retirado da *Revista de Educação* (1921, v. 1, nº 2,) evidenciam tais aspectos:

A Revista de Educação, orgam da Escola Normal de Piracicaba e escolas annexas, conforme a sua própria denominação indica, é uma publicação periódica que tem por fim estudar, discutir e divulgar as mais salientes questões que, directa ou indirectamente, se prendem á educação em geral. O objectivo immediato é o de contribuir de uma maneira pratica e tão eficaz quanto possível, para o progresso scientifico do ensino primário e secundário; e, como, nesse ensino o mal mais geral e nefasto é o verbalismo estéril, o aprendizado só de palavras, o cultivo desinteligente e brutal da memória, a “Revista” inscreve como primeiro artigo de seu programma o combate systematico a esse desvio de instrucção, que tanto mal causa á formação do espírito da creança, e do adolescente. Por isso mesmo, toda collaboração, ao mesmo tempo que orientada nesse sentido, deve ser vasada nos moldes da concisão, da clareza e da precisão da linguagem, fazendo questão das ideas e não só das palavras. Dará preferênciã aos trabalhos do corpo docente da Escola Normal e anexas e destes sempre, aos que visarem o aperfeiçoamento da maneira de ensinar as disciplinas do curso primario, complementar e normal. Mas, poderá publicar contribuições de outros professores extranhos, quando realmente valiosas. Poderá, também, mas só excepcionalmente,

²¹ Para maior aprofundamento sobre a *Revista de Educação*, consultar a Dissertação de Mestrado, intitulada: *A revista de educação (1921-1923), o nacionalismo e a reforma de 1920: a formação de professores em São Paulo*, Inoue (2010), assim como a Tese de Livre Docência intitulada *Em busca do elo perdido: a ação reformadora de Oscar Thompson e a formação de professores (1911 – 1923)*, Nery (2009).

publicar pequenas traduções, que venham facilitar o estudo dos normalistas. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1921).

Para Inoue (2010), há indícios claros de que a *Revista de educação* foi criada para fazer a propaganda da Reforma de 1920 em apoio ao reformador Sampaio Dória.

A esse respeito Nery (2008) traz informações que permitem compreender parte da importância da trajetória dessa Escola e sua relevância, tanto para a formação de professores, quanto para a educação no Estado de São Paulo, de forma geral.

Em 8 de dezembro de 1920, de acordo com a lei estadual 1.750, conhecida por Reforma Sampaio Dória, a transformação das Escolas Normais Primárias no modelo das Escolas Normais Secundárias modificou a denominação para Escola Normal de Piracicaba. Nesse momento, Lourenço Filho, que era professor da Escola Normal da Capital é transferido para a Escola Normal de Piracicaba para assumir as cadeiras de Psicologia e Pedagogia e de Prática de Ensino. Em 1922, ao lado de Honorato Faustino (diretor da Escola), Lourenço Filho começa a organizar o Museu da Escola e a realizar os primeiros testes, aplicados nos alunos da Escola Modelo Anexa (2º Grupo Escolar de Piracicaba). Nesse período foi criada a Revista de Educação (1921-1923) que, apesar de ser dirigida pelo professor Honorato Faustino – diretor da escola -, pela orientação dos princípios presentes na Reforma Sampaio Dória, parece ser orientada por Lourenço Filho. Essa revista era publicada pela escola com recursos provenientes das vendas dos volumes. Destaque ainda para Thales Castanho de Andrade, prof. de História, e Fabiano Lozano, prof. de Música. Em 1923, Lourenço Filho vai à Fortaleza para reformar o ensino no Ceará e retorna à Escola Normal de Piracicaba em fevereiro de 1924. Em 1928, Honorato Faustino foi transferido para a direção da Escola Normal da Praça, em São Paulo. (NERY, 2008, p. 5).

O *Decreto n.º. 2025/1911*, mencionado anteriormente, previa também a criação de bibliotecas em todas as Escolas complementares, com isso, foi criada a biblioteca da Escola Normal de Piracicaba e a partir desse ano passaram a receber recursos específicos do Estado para sua instalação e manutenção (SÃO PAULO, 1911). Contudo essa biblioteca foi criada a partir do espólio da biblioteca da Escola Complementar.

Conforme Nery (2009), No orçamento da Secretaria do Interior, referente à Diretoria Geral da Instrução Pública, nos anos de 1911-1913, havia a previsão para a compra de livros para biblioteca. A autora aponta, ainda, que no orçamento do Estado, referente ao exercício de 1912, consta a destinação de verba para aquisição de livros

para a biblioteca da Escola Normal Primária de Piracicaba. Nesse orçamento também é possível perceber que as Escolas Normais Secundárias recebiam praticamente o dobro da verba que recebiam as Escolas Normais Primárias. (NERY, 2009).

Segundo consta no *Livro Jubilar da Escola Normal* (RODRIGUES, 1930), reconhecidamente como uma conceituada escola da região, a Escola Normal de Piracicaba recebeu homenagens do então Diretor Geral da Instrução Pública, em 1910, Oscar Thompson, que ficaram assim registradas:

Tendo o Dr. Secretario do Interior se manifestado agradavelmente impressionado, por ocasião de sua recente visita a essa Escola, pela ordem, disciplina e orientação que á mesma conseguiste imprimir, e desejando ele que se torne publico o conceito que emittiu sobre vós e sobre o corpo docente desse estabelecimento, manda que, por intermédio desta Diretoria Geral, se elogie a vós todos, como de facto agora com prazer o faço [...] (RODRIGUES, 1930, p. 142).

Também no ano de 1925 a Escola Normal de Piracicaba recebe elogiosa menção na *Revista Escolar*, publicação da Diretoria Geral da Instrução Pública, a respeito da criação e organização da biblioteca infantil que funcionava, juntamente com biblioteca da Escola Normal.

Tal é o duplo effeito das bibliotecas infantis, que esperamos venham ellas em breve sêr instituídas entre nós, com todos os requisitos exigidos pela natureza e fim. Sem embargo, enquanto taes instituições não forem criadas officialmente com todas as instalações bem como com o pessoal idôneo e technico que exigem, cumpre sejam ellas organizadas, embora modestamente, a exemplo do que nesse sentido já fez o diretor da escola normal de Piracicaba, Sr. Honorato Faustino (REVISTA ESCOLAR, anno I, S Paulo, 01/05/1925, nº 5. p. 2 e 3).

Presumivelmente no ano de 1930, que foi o ano de publicação do *Livro Jubilar da Escola Normal*, a biblioteca da Escola Normal de Piracicaba contava com um acervo de cerca de 5000 volumes, considerado para os padrões da época, uma boa quantidade, além de apresentar uma boa estrutura em diversas áreas (RODRIGUES, 1930, p. 142).

A Escola está provida de farto aparelhamento para ensino moderno e intuitivo, de optimo laboratório, museu pedagógico, gabinete de Psychologia Experimental, e possui uma bibliotheca de cerca de cinco mil volumes, e uma bibliotheca infantil. Possui também um bem aparelhado de Gymnasio para educação physica dos alunos.

Nery (2008), afirma que João Chrisostomo, Diretor Geral da Instrução Pública, solicitava dotação de uma verba do orçamento do Estado que serviria para a constituição e atualização dessa biblioteca. Dessa forma, no orçamento do Estado pra o exercício financeiro de 1912, aponta a destinação de verbas específicas para a aquisição de livros para comporem o acervo da Escola Normal Primária de Piracicaba.

Conforme mencionei na introdução deste texto, no início do ano de 2012, como uma das etapas da pesquisa realizei visita à antiga Escola Normal de Piracicaba, hoje denominada Escola Estadual Sud Mennucci e visitei diversas dependências da escola, dentre elas visitei o espaço físico onde atualmente funciona a biblioteca e visitei também o arquivo permanente dessa escola, onde ficam acondicionados os documentos escolares mais antigos, alguns deles serviram de base para a compreensão de alguns aspectos do passado dessa escola. (conforme demonstrado nas figuras a seguir).

Figura 6 –Porta de entrada da Sala da Biblioteca

*Atual Escola Estadual Sud Mennucci,
antiga Escola Normal de Piracicaba*



Fonte: Arquivo pessoal (Abril/2012)

Em visita à Escola Estadual Sud Mennucci, realizei buscas no arquivo permanente dessa instituição –tal arquivo encontra-se encontra em local separado do espaço comum da biblioteca atual – tendo sido possível detectar que muitos documentos de relevância histórica estavam se deteriorando, seja pela ação do tempo ou pela falta de um local adequado e condições de conservação. Muitos documentos, como Livros de Registro de alunos, professores e funcionários, Atas de Reuniões, e demais livros de escrituração escolar já estavam em estado avançado de deterioração em virtude da umidade e ação de traças e cupins. Foram encontrados muitos livros de escrituração escolar pertencentes à Escola Complementar e à Escola Normal de Piracicaba, mas não foram encontrados livros ou outros artigos pertencentes à biblioteca da antiga Escola Normal.

Figura 7 – Acervo permanente da antiga *Escola Normal de Piracicaba*



Fonte: Arquivo pessoal (Abril/2012)

Figura 8 – Livros de Registros escolares consultados durante visita ao acervo permanente da antiga *Escola Normal de Piracicaba*



Fonte: Arquivo pessoal (Abril/2012)

Durante a visita ao espaço onde atualmente funciona a biblioteca da Escola Estadual Sud Mennucci foi possível perceber que esta permanece provavelmente no mesmo espaço que funcionava a biblioteca da antiga Escola Normal de Piracicaba, e ainda guarda marcas provavelmente dos primeiros anos de sua instalação.

Dentre essas marcas estão os armários que compunham o mobiliário para o acondicionamento dos livros.

Muitos livros eram guardados em armários de madeira com vidro nas portas, os quais tinham no alto as iniciais “ENP” (conforme figura a seguir), que, segundo indícios tanto podem se referir à “Escola Normal Primária”, quanto à “Escola Normal de Piracicaba”, não sendo possível obter certeza, uma vez que essa Escola foi denominada das duas formas em períodos distintos. (NERY, 2009 a)

Figura 9 – Armário da atual Bilblioteca da *Escola Estadual Sud Mennucci*



Fonte: Arquivo pessoal (Abril/2012)

Importante constatação, anteriormente foi feita por Nery (2009a), a qual também pude observar, é que os armários de uso da biblioteca da antiga Escola Normal, são os mesmos que podemos observar na figura 13 (no capítulo 3 desta Dissertação) que retrata a aula de leitura. Esses armários também são muito semelhantes ao modelo de armário que constituía os armários-biblioteca da França, por volta da década de 1860, conforme indicador por Hébrard (2004), o qual foi mencionado anteriormente neste texto. Por essa constatação, é possível inferir que provavelmente, as influências de modelos educacionais de países europeus, como França, estavam presentes na constituição das Escolas Normais assim como na constituição de suas bibliotecas.

O espaço físico que atualmente funciona a biblioteca da Escola Estadual Sud Mennucci, no momento da nossa visita, encontrava-se em bom estado de conservação, contando com um espaço relativamente amplo, arejado e organizado. Essas parecem ser as condições do espaço também no período em que a escola era denominada Escola Normal de Piracicaba, uma vez que o ambiente é o mesmo e os armários que acondicionam os livros, segundo indícios, parecem ser os mesmos. Atualmente essa biblioteca não possui a presença de um bibliotecário, sendo esta função exercida por uma funcionária do quadro administrativo, diferentemente do período aqui estudado, uma vez que foi constatado por meio dos documentos encontrados (livros-ponto) e da legislação da época que havia a obrigatoriedade de um bibliotecário ou secretário-bibliotecário.

O acervo atual é relativamente pequeno e é servido essencialmente de obras de referências, livros de literatura juvenil e literatura brasileira, muitos deles indicados e doados pelo governo do Estado. Essa também pode ser uma diferença da biblioteca atual para a biblioteca enfocada, uma vez que, segundo indícios, a biblioteca da Escola Normal de Piracicaba era bem servida de livros e materiais pedagógicos, segundo pode ser constatado por meio dos estudos de Nery (2009a) que analisou a materialidade desse acervo.

O espaço da biblioteca, atualmente, serve como local de consulta para alunos e professores, no entanto, devido às poucas mesas e cadeiras disponíveis, não é possível abrigar muitos alunos de uma vez, sendo sua capacidade em média entre 8 a 10 alunos por vez e funciona mais como uma sala de leitura. Dessa forma, por meio dos indícios é possível inferir mais essa possível diferença em relação à biblioteca enfocada, uma vez que na biblioteca da Escola Normal de Piracicaba, além da consulta aos livros pelos professores e alunos, também eram realizadas aulas de leitura, conforme a

regulamentação da Escola Normal e segundo mostra imagens do arquivo iconográfico dessa escola, por meio da Figura 12 no capítulo 3, desta Dissertação.

Como mencionei na introdução deste texto, na biblioteca atual da Escola Estadual Sud Mennucci não foi encontrado nenhum livro ou documento específico da antiga biblioteca da Escola Normal de Piracicaba, referente aos anos de abrangência dessa pesquisa, uma vez que todo o acervo considerado “histórico” foi transferido para ser reorganizado, catalogado e restaurado e faz parte do Projeto Fapesp denominado *“Biblioteca histórica da Escola Normal de Piracicaba: constituição do acervo, circulação de modelos culturais e formação do leitor”*, coordenado pela professora Ana Clara B. Nery.

O Projeto, iniciado em 2008, prevê que todo o acervo bibliográfico considerado “histórico” seja, recolhido para passar por um processo de recuperação, catalogação e organização, digitalização e montagem de um banco de dados. Com isso, devido às condições de acondicionamento e transferência para o local específico, não foi possível realizar consulta a esse material.

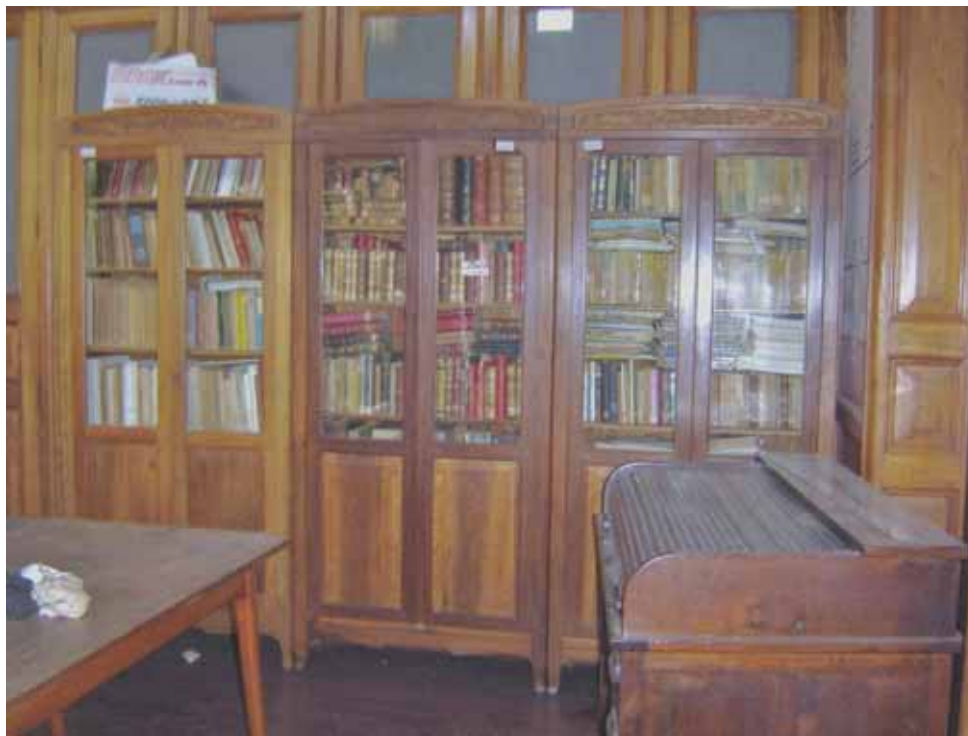
De fato, a indisponibilidade temporária do acervo foi um dos maiores desafios encontrados para a condução da pesquisa, uma vez que a falta desses documentos repercutiu diretamente nos resultados obtidos, tornando o trabalho de compreensão das atividades desenvolvidas na biblioteca, assim como a atuação do Bibliotecário por vezes prejudicado.

Embora não tenha sido possível consultar o “acervo histórico” fisicamente, tive acesso a um banco de dados, disponibilizado pelo GEPAEFE, contendo parte dos livros desse acervo digitalizados. Por meio desses dados foi possível visualizar alguns aspectos constitutivos da biblioteca e ter acesso aos principais títulos e autores que compunham tal acervo. No entanto, mesmo entre o material disponibilizado havia pouca informação a respeito da atuação do Bibliotecário. Diante de tal situação foi necessário empreender um grande esforço na interpretação dos indícios da atuação desse profissional, buscando evidenciar a maneira como contribuiu para a constituição da biblioteca e sua influência para a circulação dos saberes pedagógicos, por meio do entrecruzamento entre as marcas (como carimbos, anotações, catalogação) por ele deixadas nos documentos localizados e as fontes secundárias.

A seguir, serão apresentadas imagens da antiga biblioteca da Escola Normal de Piracicaba, cedidas pela equipe executora do projeto de recuperação dessa biblioteca,

que revelam as condições precárias em que o acervo se encontrava, no ano de 2008, quando o projeto foi iniciado.

Figura 10 – Armários do acervo histórico da Biblioteca da antiga *Escola Normal de Piracicaba*



Fonte: Acervo iconográfico do GEPAEFE

Dentre as constatações feitas por Nery (2008) sobre a constituição do acervo da biblioteca da antiga Escola Normal de Piracicaba estão:

A biblioteca em foco é constituída a partir da reunião de várias bibliotecas criadas na Escola. Pelo Livro de Tombo e pela documentação analisada é possível localizar, pelo menos, 3 bibliotecas. A primeira delas é a própria biblioteca da Escola Normal Primária, voltada à formação de professores. A segunda é a biblioteca infanto-juvenil, destinada às crianças da Escola Modelo Anexa – que tinham aulas de leitura na biblioteca da Escola Normal. Outra biblioteca é a de Geografia e História. Todas elas passam a ser uma só a partir do decreto no 19.525-A, de 27 de junho de 1950, acima referido (NERY, 2008, p. 8).

Figura 11 – Armários do acervo histórico da Bilbioteca da antiga *Escola Normal de Piracicaba*



Fonte: Acervo iconográfico do GEPAEFE

Conforme é possível perceber, por meio das figuras, a situação do acervo, quando da visita realizada durante o desenvolvimento dessa pesquisa, era precária, visto que, o local não apresentava condições adequadas para acondicionamento e preservação dos livros e documentos. Essa ausência de preservação dos documentos históricos tem

sido constatada por diversos pesquisadores da história da educação, que se deparam com acervos precários, escassos, e especialmente pela falta de condições adequadas de preservação desses documentos, que por fazerem parte de um passado relativamente distante, são considerados como “coisas velhas” e “inservíveis”, por esse e outros motivos muito da nossa história tem sido perdida.

A partir do que foi possível perceber com base no desenvolvimento deste capítulo, torna-se evidente a relevância dos estudos sobre bibliotecas e especialmente os que se debruçam sobre as específicas para formação de professores, no sentido de revelar aspectos específicos para a compreensão do tipo de formação que se praticava em cada momento. As bibliotecas escolares das Escolas Normais, especificamente, desempenharam um papel singular na formação do professor para a Escola Primária, uma vez que era por meio da literatura que circulava entre sala de aula e biblioteca que o aluno e futuro professor acumulavam seu conjunto de saberes dos quais iria se utilizar quando efetivamente estivesse no desempenho de suas funções.

4 – O BIBLIOTECÁRIO DA ESCOLA NORMAL PAULISTA: AGENTE MEDIADOR DA CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS E PRÁTICAS DE LEITURA

Figura 12 - Aula de leitura na Biblioteca da *Escola Normal de Piracicaba*



Fonte: Acervo iconográfico da *Escola Normal de Piracicaba* [s.d.]

Enfocar o papel do Bibliotecário da Escola Normal paulista, aqui compreendido como responsável pela seleção, aquisição, organização e preservação do acervo da biblioteca escolar e também agente mediador das práticas de leitura dos professores e normalistas pode trazer grandes contribuições para compreender como se constituíam e se instalavam determinados saberes pedagógicos que permearam a formação do professor primário no estado de São Paulo, assim como no Brasil e que circularam nas Escolas Normais, desde o final do século XIX até as décadas iniciais do século XX.

Considerando o papel mediador do Bibliotecário, uma vez que ele é o responsável pela divulgação e disseminação da informação, destaca-se o seu papel primordial na condução do conhecimento, assim como da circulação de saberes. Toda mediação da informação também perpassa pela mediação pedagógica e exige desse profissional determinadas habilidades, percepção, competências e responsabilidade para conduzir o usuário, seja aluno ou professor em sua busca pela informação.

Confirmando a importância que tinham as bibliotecas, assim como a atuação do Bibliotecário na mediação das práticas de leitura desenvolvidas no interior da biblioteca escolar, no *Anuario*²² do ensino (1917) consta um artigo em que menciona a importância desse espaço dentro das escolas.

É sabida a influência que a leitura exerce sobre nós todos, e, principalmente, sobre a criança. As revistas illustradas teem uma acção muito mais decisiva sobre o seu espírito do que as lições, os discursos e a conversação. A criação das bibliothecas escolares, fomentando o gosto pela leitura sadia, fiscalizaria a escolha de livros manuseados pelas crianças, já quanto á pureza da língua, já quanto á limpeza do assumpto. Afastar-se-ia assim dos olhos da nossa infância essa série de revistas que exploram, de preferênciã, fatos e crimes sensacionaes, cuja leitura é nefasta ao espírito infantil. As nossas crianças anseiam por que lhes batam á porta, semanalmente, os vendedores dessas revistas; e os paes, innocentemente, adquirem para a leitura de seus filhos aquilo cuja leitura deveriam ser os primeiros a lhes vedar.

A criação, pois, das bibliothecas escolares, nos nossos grupos, traria innumeras vantagens para a formação moral dos nossos alumnos. Organizadas de acôrdo com o fim a que se destinam, os seus móveis deveriam ser adequados ás crianças; os livros escolhidos com critério seriam destinados a alumnos de todas as classes, desde os analfabetos, que poderiam passar horas na bibliotheca manuseando livros de figuras, até os de classe mais adeantada. [...] E para que tenham as crianças curiosidade de espontaneamente procurar os livros de contos e historietas, seria vantajoso que muitas das narrativas iniciadas pelo diretor ou pelo professor se concluísse no dia seguinte, afim de que os alumnos, de moto próprio, les fossem procurar a conclusão nos livros iniciados.

As bibliothecas assim installadas seriam uma instituição nova entre nós. Mas se a organização, nesse momento, nos é impossível, introduzamos já nas nossas escolas para uso dos alumnos das escolas annexas e dos grupos escolares um arremedo dessa idéa. Sob os cuidados de cada professor cada sala de aula poderia ter algumas dezenas de livros para empréstimo aos alumnos.

A nova instituição deverá cultivar, nos seus frequentadores, o habito de, mediante declaração escripta, retirar livros da bibliotheca para leitura em casa, por alguns dias. Assim as bibliothecas escolares terão uma alta função educativa e aperfeiçoadora da cultura moral.

(ANUARIO DO ENSINO, 1917, p.204-205).

Na mesma publicação também há um pequeno relatório indicando o número de obras constante em cada biblioteca das Escolas Normais em 1917.

²² Destaco que a partir deste trecho mantenho a ortografia da época, neste temo e nas demais citações literais.

As bibliothecas das Escolas Normaes, tiveram, em 1917, o seguinte movimento:

Bibliotheca	Consultantes	Obras
E. N. da Capital	2.778	2.854
Itapetininga	5.578	1.309
S. Carlos	5.764	1.328
Piracicaba	312	542
Pirassununga	1.917	398
Casa Branca	657	61
Campinas	1.480	1.490
Botucatú	1.070	210
Braz	148	156
Guaratinguetá	119	61
Total	19.823	8.409

(ANNUARIO DO ENSINO, 1917, p. 205).

A implantação das bibliotecas escolares nos cursos de formação de professores já estava prevista no Estado de São Paulo desde 1892, por meio da *Lei n.º. 88*, que previa a instalação de uma biblioteca em cada Escola Complementar. Essa lei também previa a existência de um Secretário-bibliotecário, função esta que deveria ser ocupada por um professor da escola (SÃO PAULO, 1892).

No ano seguinte, 1893, entra em vigor o Regulamento da Instrução Pública (com o objetivo de regulamentar as *Leis n.º. 88 e 169 de 1892*) o qual prevê em seu Artigo 68:

Para uso e instrucção do professor haverá, sob sua guarda e responsabilidade, em cada escola preliminar, uma bibliotheca escolar, contendo manuaes de modernos processos de ensino e vulgarização das principaes applicações da sciencia á agricultura e á industria (art.7.º da lei n.88). (SÃO PAULO, 1892).

4.1 O bibliotecário e suas atribuições

As funções do Bibliotecário estão previstas no artigo 225, § 1º. “As funções do Secretario e do Bibliothecario serão cumulativamente exercidas por um dos professores, que perceberá mais a gratificação de 600\$000 annuaes”²³ (SÃO PAULO, 1893).

Esse Regulamento, em seu artigo 300, trata das Escolas Normais, prevendo igualmente a presença de um Bibliotecário dentre o corpo de funcionários da escola, função esta que também deveria ser acumulada pelo Secretário. Esse Regulamento, no entanto, não deixa claro se o Secretário-bibliotecário receberia uma gratificação pelo acúmulo da função, uma vez que descreve os valores dos vencimentos do Secretário e do Bibliotecário separadamente.

Os vencimentos do pessoal das escolas normaes serão os seguintes, contando-se dous terços como ordenado e um terço como gratificação: [...] Secretario 3:600\$000 [...]; Bibliothecario 3:600\$000 [...]. (SÃO PAULO, 1893, Art. 300).

No artigo 331 está prevista a presença do Bibliotecário também para a Escola Normal da Capital. Assim, “a Escola Normal da capital terá um Bibliothecario de nomeação do governo, sob proposta do respectivo diretor, sendo preferidos para esse emprego os alunos do curso superior que se houverem distinguido em seus estudos (art. 27 § 2º. da *Lei n. 88*)”. E no artigo 332 estão previstas as funções para o Bibliotecário.

²³ “Desde a independência, em 1822, o Brasil teve nove moedas. A primeira, que já circulava por aqui no início da nossa colonização, foi o réis, nome derivado do real. O país só conheceria sua segunda moeda oficial em 1942, quando entrou em cena o cruzeiro. A partir daí, devido aos problemas da economia brasileira, as mudanças não pararam mais até 1994, ano de estreia do real.” Disponível em: (<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/moedas-do-brasil>). Acesso: 29/10/2012.

“Réis é o plural do nome das unidades monetárias de Portugal, do Brasil e de outros países lusófonos durante certos períodos da história (singular: real). Conto de réis é uma expressão adotada no Brasil e em Portugal para indicar um milhão de réis: Sendo um conto de réis correspondia a mil vezes a importância de um mil-réis que era a divisionária, grafando-se o conto por Rs. 1:000\$000 ou R\$ 1,000000”. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006).

Artigo 332 - Aos bibliothecarios compete:

§ 1.º - Organizar os catalogos das bibliothecas em tres secções, com as denominações de scientifica, litteraria e diversa, comprehendendo nesta ultima todos os livros e papeis que, com propriedade, não puderm ser classificados em qualquer das outras.

§ 2.º - Addicionar a esses catalogos todas as novas aquisições que as bibliothecas fizerem nas secções respectivas.

§ 3.º - Ter sob sua guarda e vigilancia todos os livros, revistas, folhetos, mappas, jornaes e quanto formar o peculio das bibliothecas, empregando zelo em sua conservação

§ 4.º - Propôr aos directores a aquisição de novas obras, principalmente por indicação dos professores, e tudo quanto fôr a bem do serviço das bibliothecas.

§ 5.º - Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as instrucções dos directores nas salas destinadas á leitura.

§ 6.º - Guiar os alumnos na consulta das obras, exercendo a maior vigilancia para que não rasguem folhas dellas ou de qualquer outro modo as damnifiquem, caso em que os fará responsabilisar perante os directores pelos prejuizos e damnos causados.

§ 7.º - Não permittir a retirada de qualquer livro ou papel das bibliothecas a titulo de consulta para fóra das salas de leitura, salvo quando reclamado por membros da corporação docente, que nesse caso assignarão as cargas de resalva em livros especiaes.
(SÃO PAULO, 1893).

É especialmente a partir de 1911, com o *Decreto nº. 2025* que converte as Escolas Complementares em Escolas Normais Primárias e que regulamenta o seu funcionamento, que as bibliotecas escolares apresentam um relativo crescimento acompanhando o movimento de expansão das Escolas Normais paulistas. É nesse momento também que essas bibliotecas passam a contar com recursos específicos do governo para aquisição de livros e mobiliários adequados ao seu uso e funcionamento. É também, a partir desse momento que entra em cena e passa a fazer parte do corpo administrativo da escola o profissional que irá conduzir todo o trabalho nesse espaço e que aos poucos vai se tornando cada vez mais importante para que o acesso aos livros e aos saberes se torne efetivamente importante à formação do futuro professor primário, “o Amanuense-Bibliothecario”, conforme demonstram os artigos a seguir:

Artigo 44. - O pessoal administrativo da Escola constara de 1 Director, 1 Auxiliar, 1 Amanuense-Bibliothecario e uma Professora-Inspectora, além de 1 Porteiro, 1 Continúo e 2 Serventes.

Artigo 64 - Ao Amanuense-Bibliothecario compete:

- a) Fazer o trabalho de escripturação escolar, de accôrdo com as determinações do Director, tendo sob sua guarda todos os livros;
- b) Ter sob sua guarda o archivo e a bibliotheca da Escola;
- c) Não permittir a retirada de livro, salvo por algum professor ou alumno, mediante sua assignatura, e pelo prazo de 15 dias, no maximo;
- d) Guiar os alumnos na consulta de obras, exercendo a maior vigilancia, para que não haja damnificação das mesmas, e responsabilizando os damnificadores perante o Director;
- e) Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regulamento na sala de leitura;
- f) Propôr ao director a aquisição de novas obras, principalmente as que forem indicadas pelos professores. (SÃO PAULO, 1911).

Em 1912, por meio do *Decreto n ° 2225* a nomenclatura do cargo passa a ser “Bibliothecario”, tornando-se assim uma função independente e exclusiva para atuar na biblioteca escolar, conforme prevê o texto da lei.

Artigo 408 - Os vencimentos do pessoal das escolas normaes de curso secundario, emquanto não forema alterados, serão os seguintes:

[...] Biliothecario: 4:800\$000 [...]

Artigo 397. - As escolas normaes de curso secundario terão o pessoal seguinte:

Pessoal administrativo

[...] 1 secretario; 1 bibliothecario; [...]

Artigo 426. - O cargo de bibliothecario é de nomeação do Governo por proposta do director.

Artigo 427. - O cargo de bibliotecario incumbe:

- a) organizar o catalogo da bibliotheca;
- b) ter sob sua guarda e vigilancia tudo quanto formar o peculio da bibliotheca;

c) não permittir a retirada de qualquer livro para fora da sala de leitura, salvo quando pedido por algum lente ou professor, o qual assignará nesse caso a carga de resalva, podendo conserval-o, para consulta, até 15 dias;

d) guiar os alumnos na consulta das obras;

e) cumprir e fazer cumprir na sala de leitura as disposições regulamentadores;

f) propor ao director a aquisição de novas obras e tudo quanto for a bem do serviço da biblioteca.

§ unico. - O bibliothecario será substituido em seus impedimentos, por quem o director designar. (SÃO PAULO, 1912).

Em 1913, no *Decreto n.º. 2367* que aprova o regulamento das Escolas Normais secundárias e Escolas anexas, também está prevista a atuação de um "Bibliothecario", em seu corpo de funcionários e cujas funções estão descritas a seguir.

Artigo 66. - As escolas terão o seguinte pessoal docente e administrativo :

Pessoal administrativo

1 director
 1 inspector technico (na escola da Capital)
 1 auxiliar (nas escolas do interior)
 1 Secretario
 1 professora-inspectora das alumnas
 1 bibliothecario
 1 preparador de physica e chimica
 1 zelador do museu pedagogico
 1 official da secretaria
 2 amanuenses, servindo um deles de archivista
 1 porteiro
 5 continuos
 7 serventes
 2 jardineiros

Artigo 99 - Ao bibliothecario incumbe:

a) - organizar o catalogo da bibliotheca ;

b) - ter sob a sua guarda e vigilancia tudo quanto formar o peculio da bibliotheca ;

c) - não permittir a retirada de qualquer livro, salvo quando pedido por

algum lente ou professor, o qual assignará nesse caso a carga de resalva, podendo conserval-o para consulta até 15 dias ;

d) - guiar os alumnos na consulta das obras ;

e) - cumprir e fazer cumprir, na sala de leitura, as disposições regimentaes ;

f) - propor ao director tudo quanto for a bem do serviço da bibliotheca e especialmente indicar as obras que devam ser adquiridas. (SÃO PAULO, 1913).

Embora no *Decreto n ° 2367/1913* e no *Decreto n °. 2225/1912* a nomenclatura do cargo seja diferente do *Decreto n°. 2025/1911*, as funções são praticamente iguais tanto para o “Amanuense-bibliothecario”, quanto para o “Secretario-bibliothecario” e quanto para o “Bibliothecario”.

Em análise à postura civilizatória do pessoal administrativo das Escolas Normais, Honorato (2011) faz um paralelo entre a atuação do responsável pela biblioteca tanto na Escola Complementar, como na Escola Normal. Assim descreve o autor:

Para a escola complementar o artigo 44 do Decreto n. 400/1896 previa um amanuense-bibliotecário e para a normal primária o artigo 65 da Lei n. 1.311/1912 previa um secretário-bibliotecário. Este profissional estabeleceria relações com o diretor, os professores e os alunos a partir da administração, preservação e visitação do acervo da biblioteca e do arquivo da secretaria da Escola. O amanuense e/ou secretário bibliotecário nas relações sociais com os alunos tinha o dever de vigiar o manuseio da obra consultada. Caso identificasse danificação no exemplar consultado, usaria o poder de autoridade bibliotecária para conduzir ao diretor o responsável pelos danos. Na relação com os professores, ele tinha o poder de controlar o tempo de empréstimo e propor a aquisição de obras indicadas pelos docentes. Competia também: auxiliar e fazer o trabalho de escrituração escolar, de acordo com as determinações do diretor; ter sob sua guarda o arquivo e a biblioteca da escola; controlar a retirada de livros e não permitir a retirada de papéis da administração escolar, salvo quando reclamados por pessoas autorizadas; guiar alunos na consulta das obras; receber e expedir correspondências (HONORATO, 2011, p. 4).

Conforme apontado por Honorato (2011) e por meio da análise da legislação referente à competência do Bibliotecário, é possível perceber que a esse profissional cabia, organizar, cuidar, zelar pelo acervo, embora fosse de sua responsabilidade

também conduzir, guiar os alunos nas aulas de leitura que aconteciam no interior da biblioteca. No entanto, fica evidente que esse profissional, durante os primeiros anos de atuação como Bibliotecário, possuía uma função de caráter mais técnico, como um cuidador e preservador do acervo.

Na *Lei nº. 1750/1920* que reformou a Instrução Pública Paulista e unificou as Escolas Normais, conhecida como Reforma Sampaio Dória, não há menção a alterações em relação ao cargo ou função do Bibliotecário.

A partir da década de 1920, até o ano de 1929, apesar de ter havido várias reformas na Instrução Pública paulista, como constam nas *Leis e Decretos nºs. 3.356/1921 - 1.837/1921 - 1.888/22 - 3.858/1925 - 2.095/1925 - 4.101/1926 - 2.182/1926 - 2.269/1927 - 4.600/1929* não houve mudanças significativas quanto à biblioteca ou a atuação do Bibliotecário das Escolas Normais.

Apenas no ano de 1933, por meio do *Decreto 5.846* que regulou a formação profissional de professores primários e secundários e administradores escolares, transformou o Instituto "Caetano de Campos" em Instituto de Educação, em nível universitário e reorganizou as Escolas Normais, é que ocorre uma relativa mudança nas funções do Bibliotecário, impondo-lhe novas atribuições, como demonstro a seguir:

Art. 741. - Compete ao bibliotecario:

- a) organizar, administrar e fiscalizar as várias secções da biblioteca;
- b) manter em dia a classificação, catalogação e inventario do livros;
- c) propôr ao diretor do Instituto de Educação a compra e permuta de livros e outras publicações;
- d) orientar e auxiliar a leitura dos alunos do Instituto;
- e) incumbir-se de aulas de biblioteconomia, quando solicitadas;
- f) colaborar com os professores na elaboração de resenhas bibliograficas;
- g) manter correspondencia com bibliottécas nacionais e estrangeiras;
- h) incumbir-se da preparação do catálogo geral;
- i) apresentar semestralmente ao diretor do Instituto relatorio dos trabalhos realizados e, anualmente, inventario dos livros;

- j) organizar e manter em dia cópia do catalogo de bibliotécas e, livrarias que publiquem boas obras sobre educação;
- k) dirigir e orientar os trabalhos do escriptorio e do servente .
(SÃO PAULO, 1933).

Com a Legislação de 1933, é possível perceber uma relativa mudança quanto à atuação do Bibliotecário, uma vez que, diferentemente das leis anteriores, que previam uma atuação mais técnica e preservacionista por parte desse profissional, a partir desse momento, o Bibliotecário passa a desempenhar uma função mais pedagógica e de orientação, conforme demonstrado no artigo 741 itens “d”, “e”, “f”, - dentre essas funções estão: orientar e auxiliar a leitura dos alunos do Instituto; incumbir-se de aulas de biblioteconomia, quando solicitadas; e colaborar com os professores na elaboração de resenhas bibliográficas, além de estabelecer correspondências com bibliotecas nacionais e estrangeiras.

Com essas novas atribuições o papel do Bibliotecário deixa de ser somente o de cuidador, responsável por adquirir e organizar o acervo e passa a ser mais fortemente destacado o papel de mediador e incentivador das práticas de leitura.

Por meio dessa constatação é possível inferir que, no período abordado por esta pesquisa, a legislação a respeito da implantação das bibliotecas escolares e da atuação do Bibliotecário, especialmente nas Escolas Normais, previam a presença desse profissional, que, mesmo não possuindo formação específica para o cargo, tornava-se o responsável por conduzir, organizar e dirigir as atividades na biblioteca. Essa função, no entanto, era desempenhada em alguns momentos por um professor, em outros pelo secretário, que acabava por acumular duas funções. Com isso, apesar dos impedimentos inerentes à falta de formação específica, podemos compreender que essa prática consistia um avanço para a formação dos alunos-mestres, uma vez que tinham suas atividades na biblioteca mediadas por um profissional, que geralmente, possuía formação pedagógica.

4.2 – O exemplo do Bibliotecário da Escola Normal de Piracicaba

Figura 13 - Aula de leitura na Biblioteca da *Escola Normal de Piracicaba* com alunos da Escola Normal e Escola Modelo [1925?]



Fonte: Acervo GEPAEFE

Em artigo publicado na *Revista de Educação*, em que trata dos métodos ativos de aprendizagem, Honorato Faustino, então diretor da Escola Normal de Piracicaba, oferece indícios de que as aulas de leitura eram uma prática constante naquele momento, uma vez que afirma que os professores deveriam indicar aos seus alunos “obras de real valor” para serem consultadas e lidas na biblioteca escolar. Conforme demonstra a figura acima. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1921, p. 71, apud NERY, 2009, P. 162).

Embora o Bibliotecário fosse o responsável pela organização e manutenção da biblioteca escolar, todos os atos deveriam ser previamente comunicados ao diretor, conforme previa a legislação, especialmente a indicação de obras a serem adquiridas.

O primeiro Bibliotecário a atuar na biblioteca da antiga Escola Normal Primária de Piracicaba, foi o “Secretario-bibliothecario” Fernando Paes de Almeida, que, inicialmente, ocupava a função de “amanuense” desde a Escola Complementar. A partir da Reforma da Instrução Pública, em 1920, que promoveu a unificação das Escolas Normais Primárias e Secundárias, o cargo de “Secretario-bibliothecario” deixa de

existir, passando a existir os dois cargos separadamente. Fernando Paes de Almeida torna-se o “secretário” e João Alves de Almeida torna-se o “Bibliotecário”. (NERY, 2009).

Embora ao texto da *Lei nº. 1750/1920* que promoveu a Reforma da Instrução Pública não trouxesse detalhadamente qual a função do Bibliotecário, como aconteceu em reformas anteriores, ele apenas sugeria que cabia a cada Escola Normal regulamentar tal função.

Segundo consta no *Livro jubilar da Escola Normal da Capital* (RODRIGUES, 1930), publicação que também abriga a relação completa dos diplomados em todos os institutos congêneres do Estado entre os anos de 1876 a 1929, Fernando Paes de Almeida formou-se pela Escola Complementar de Piracicaba em 1904, também fez parte do corpo docente dessa escola, não sendo possível saber qual disciplina ele lecionava. João Alves de Almeida também foi formado pela Escola Normal de Piracicaba, no ano de 1916, e atuou como professor de matemática.

Dentre os documentos localizados e digitalizados durante a visita ao “arquivo permanente” da antiga “Escola Normal de Piracicaba”, estão o *Livro Termo de compromisso da Escola Complementar de Piracicaba*, com data de 1905, em que consta a assinatura de Fernando Paes de Almeida, assumindo o cargo de Amanuense e o *Livro Ponto da Escola Complementar*, com data de 1911, em que também consta a assinatura de Fernando Paes de Almeida e da *Escola Normal de Piracicaba*, no ano de 1925, em que consta a assinatura de Fernando Paes de Almeida, como secretário e de João Alves de Almeida, como Bibliotecário.

O livro *Termo de Compromisso* assinado por Fernando Paes de Almeida, como mencionado anteriormente, apresenta indícios do ano de sua contratação, como o ano de 1905 (conforme figura a seguir).

Termo de compromisso que presta o amannuense Fernando Paes de Almeida

Aos seis dias do mês de fevereiro de mil novecentos e cinco, nesta Escola Complementar perante o diretor compareceu o cidadão Fernando Paes de Almeida, nomeado amannuense deste estabelecimento e promete ser fiel a causa da Republica, observar e fazer observar suas leis e regulamentar e ser exacto no cumprimento dos deveres de seu cargo.

Em virtude do que foi lavrado o presente termo, que assigna com o diretor o referido amannuense.

Escola Complementar de Piracicaba, 6 de fevereiro de 1905.

O diretor

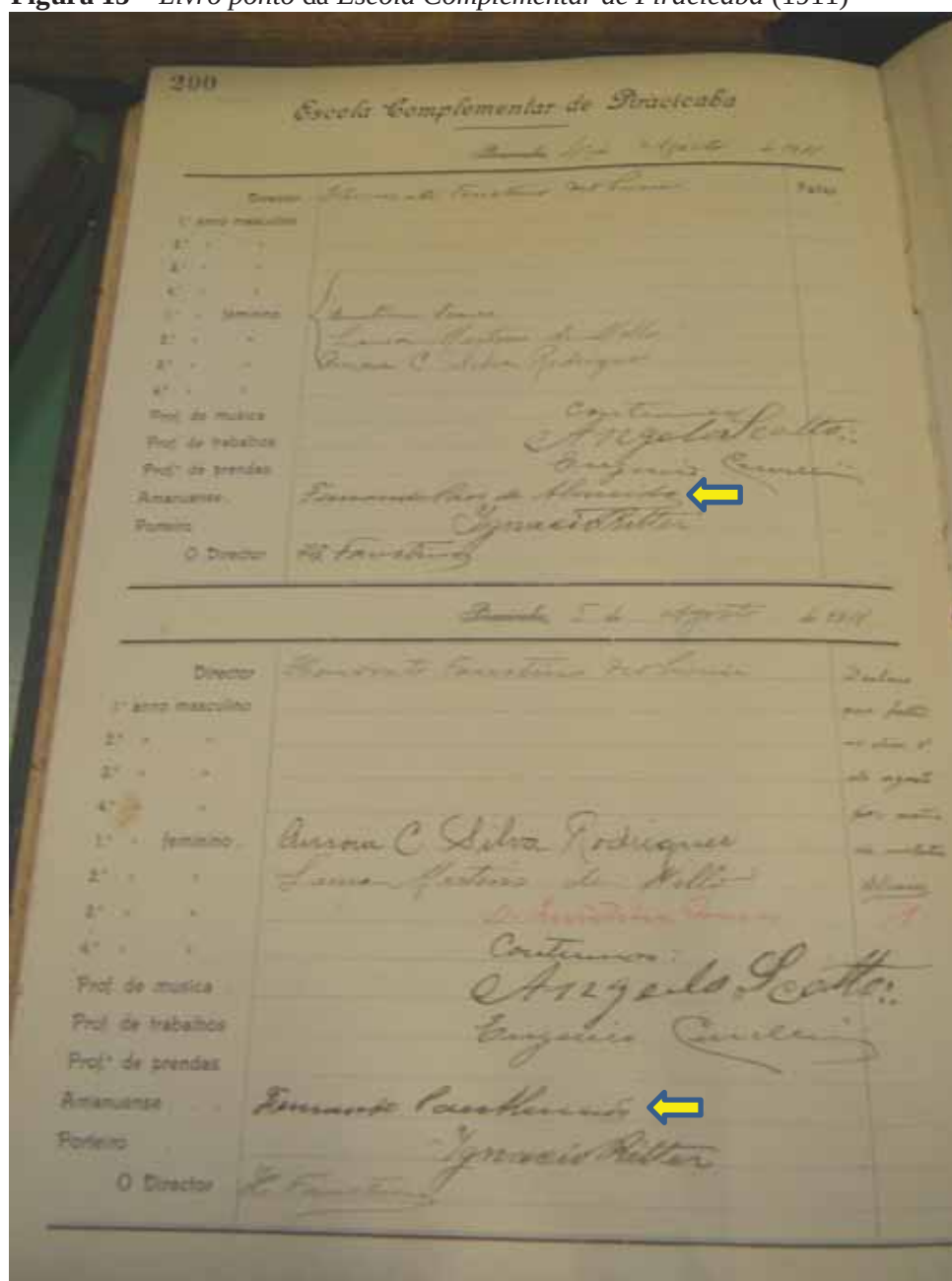
Honorato Faustino Oliveira

Fernando Paes de Almeida

(LIVRO TERMO DE COMPROMISSO, 1905).

Também no *Livro Ponto da Escola complementar* de 1911, consta a assinatura de Fernando Paes de Almeida como Amanuense (evidenciada com seta amarela), conforme figura a seguir:

Figura 15 – Livro ponto da Escola Complementar de Piracicaba (1911)



Fonte: arquivo pessoal (abril de 2012)

No *Livro Ponto da “Escola Normal de Piracicaba”* de 1925, constam as assinaturas de ambos os funcionários (evidenciadas com seta amarela), Fernando Paes de Almeida como secretário e João Alves de Almeida como Bibliotecário, conforme figura a seguir:

Figura 16 – Livro ponto da Escola Normal de Piracicaba (1925)

CARGOS	NOME	OBSERVAÇÕES
Diretor	H. F. F. F.	
Professores	[Handwritten names]	
Bibliotecário	[Handwritten name]	
Alunos	[Handwritten names]	
		Faltou por doença
		Faltou por motivo de saúde

Director H. F. F. F.

Fonte: arquivo pessoal (abril de 2012)

Assim, os indícios da atuação do Bibliotecário, permitem deduzir que devido sua formação, também de base normalista e dos conhecimentos na área pedagógica, são fundamentais para a constituição desse acervo, predominantemente voltada à formação do professor, contando com um grande número de livros de Pedagogia e Psicologia. Isso pode ser constatado, a partir do estudo de Nery (2009) em que são catalogados os

livros pertencentes à Biblioteca histórica da Escola Normal de Piracicaba, conforme mencionado anteriormente “[...] são os dispositivos materiais acrescentados pelo bibliotecário que fornecem dados para iniciar a análise, o que o torna agente essencial na mediação entre o autor e o leitor [...]” (NERY, 2009, p. 148).

Embora não tenha sido possível acessar o livro tombo dessa biblioteca, o que permitiria uma melhor análise dos aspectos abordados na pesquisa, muitos elementos de interpretação e compreensão daquele momento podem ser apreciados por meio de uma observação criteriosa dos aspectos da materialidade constatados em muitos livros presentes no acervo.

A partir das imagens dos livros digitalizados a que tive acesso, por meio do grupo GEPAEFE, foi possível observar indícios da atuação do Bibliotecário, por meio dos carimbos que traziam os nomes da antiga Escola Complementar (figura 18) – que se referem aos livros com entrada na biblioteca com data anterior a 1911 – mas que posteriormente passaram a fazer parte do Acervo Escola Normal de Piracicaba, a qual passou a receber o novo carimbo a partir de 1911. (figura 19).

Figura 17
Carimbo da *Escola Complementar*



Fonte: Acervo do GEPAEFE

Figura 18
Carimbo da *Escola Normal Primária*



Fonte: Acervo do GEPAEFE

Segundo Nery (2009), “somente quando aparecem os carimbos da Escola Normal de Piracicaba, após 1920, é que aparecem os números. Há um selo na lombada dos livros, com indicação de tombamento, porém não foi possível identificar sua origem” (p. 148).

Como mencionei anteriormente, não foi encontrado o livro tomo dessa biblioteca referente ao período entre 1911 e 1933, que é o foco dessa pesquisa. Entretanto, conforme indica Nery (2009), o livro tomo²⁴ só foi instituído na década de 1950 e nele está escriturado todo o acervo desde sua criação até a década de 1970. Assim relata a autora sobre a constituição do acervo:

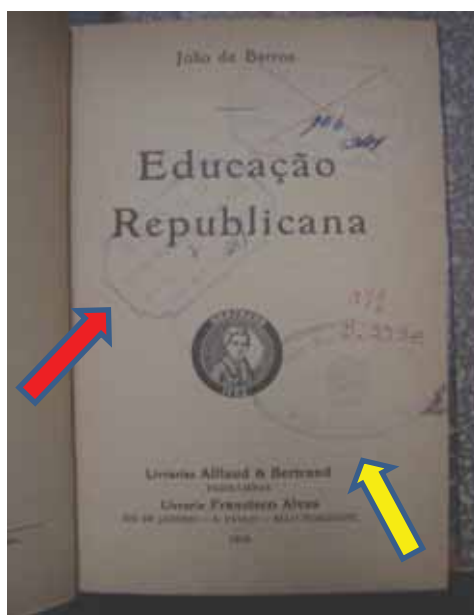
Numa breve descrição do acervo, que consta aproximadamente com 30 mil volumes, não organizados, é possível visualizar algumas de suas características, como o grande volume de livros de literatura infantil e juvenil. São coleções, obras individuais, livros de leitura, literatura nacional e estrangeira. Entre essas coleções aparecem as da Companhia Editora Nacional, como a Coleção de Literatura Infantil, de Monteiro Lobato e a Biblioteca das Moças, entre outras. A Editora Melhoramentos ocupa espaço igualmente expressivo. Os demais volumes são de livros didáticos das várias áreas; livros de Educação, de História, de Geografia, de Letras, de Economia, da área Comercial, da área Agrícola, dicionários de vários tipos; atlas geográficos e históricos; mapas; periódicos especializados; e a Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo – desde 1890 (NERY, 2009, p. 140).

Alguns livros encontrados no acervo apresentam vários carimbos na mesma folha, alguns se referem à “Biblioteca da Escola Normal Primária” (conforme consta na figura abaixo, identificada com a seta amarela), estes, conforme já mencionado não recebem número; outros se referem à “Biblioteca da Escola Normal de Piracicaba” e apresentam um número de classificação ou tombamento (conforme consta na figura abaixo, identificada com a seta vermelha), outros se referem à “Biblioteca da Escola Normal Sud Mennucci – Piracicaba” (conforme consta na figura abaixo, identificada com a seta azul), estes provavelmente receberam esse carimbo a partir de 1953, quando a instituição passou a receber essa denominação.

²⁴ As informações referentes ao Livro tomo da Biblioteca em foco foram obtidas a partir de Nery (2009 a), uma vez que não tive acesso a esse Livro, apenas a um arquivo digital, contendo a listagem dos livros inscritos no Livro tomo.

Figura 19

Carimbos da *Escola Normal Primária*
E Biblioteca da *Escola Nomal de Piracicaba*



Fonte: Acervo do GEPAEFE

Figura 20

Carimbos da Biblioteca da *Escola Normal de Piracicaba* e *Escola Normal Sud Mennucci*- Piracicaba

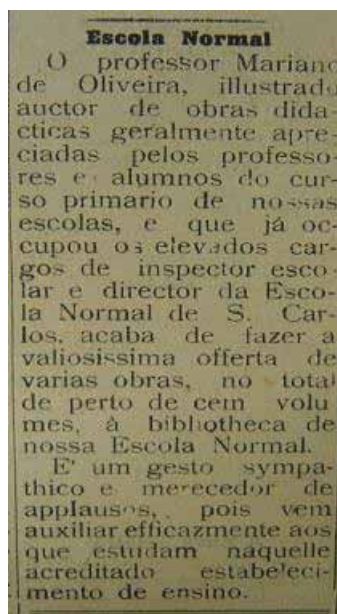


Fonte: Acervo do GEPAEFE

Em consulta à lista que se refere ao acervo da biblioteca da antiga Escola Normal de Piracicaba, disponibilizada pelo GEPAEFE, foi possível perceber que a grande maioria dos livros constantes nessa listagem se refere ao período após 1940 e recebem carimbo da Escola Normal Sud Mennucci e Instituto de Educação Sud Mennucci, os quais não foram analisados por não fazerem parte do período focado nessa pesquisa.

Muitos dos livros constantes no acervo da biblioteca foram recebidos por meio de doações, conforme nota no *Jornal de Piracicaba* (1924).

Figura 21 – Matéria de jornal sobre a Biblioteca da Escola Normal



Fonte: *Jornal de Piracicaba*, 23 de abril de 1924

Também foi possível perceber que muitos dos livros doados apresentam apenas o nome ou a dedicatória doador. (conforme figuras a seguir)

Figura 22 – Livro doado para a Biblioteca da Escola Normal por Procopio F. Junior [s.d.]



Fonte: Acervo Iconográfico do GEPAEFE

Muitos outros livros foram adquiridos por intermédio da Livraria Augusta, conforme consta carimbado em alguns livros, situada, muito provavelmente da cidade de Piracicaba que abrigava uma livraria com esse nome no período de funcionamento da Escola Normal. Também foram encontrados livros adquiridos pela Livraria Acadêmica e pela Siqueira, Salles & C., ambas localizadas em São Paulo (NERY, 2009a).`

Segundo Nery (2009), há no acervo também uma considerável quantidade de livros de editoras estrangeiras, especialmente provenientes de Portugal, Espanha e França, demonstrando que os saberes pedagógicos circulavam, não somente entre as Escolas Normais do Brasil, mas também de outros países.

Nery (2009) constata também, que dos livros publicados a partir da década de 1920, boa parte deles foi publicada por casas editoras nacionais, como Editora Melhoramentos, Companhia Editora Nacional, entre outras, o que evidencia o crescimento do mercado editorial nacional nesse período, que além de publicações de livros de autores nacionais, publicaram traduções de importantes obras de autores internacionais ligados à educação que ganharam reconhecimento e ocuparam espaço de destaque, especialmente nos cursos de formação de professores, como no caso das Escolas Normais.

A análise do conjunto de indícios presentes, tanto nos carimbos que provavelmente tenham sido colocados nos livros pelo Bibliotecário, quanto aos que se referem aos locais compra ou formas pelas quais os livros chegaram ao acervo, permite-nos perceber a atuação do Bibliotecário da Escola Normal de Piracicaba, uma vez que essas funções faziam parte de suas atribuições. Boa parte dos livros do acervo pode ter sido adquirida por intermédio do Bibliotecário da Escola Normal, uma vez que era de sua responsabilidade solicitar as compras e conforme foi destacado, essas livrarias ficavam localizadas na cidade de Piracicaba e São Paulo, o que, de certa forma, facilitava assim o acesso ou o contato entre as empresas e o representante da Escola Normal.

A *Revista de Educação*, publicação de responsabilidade dos professores da Escola Normal de Piracicaba, em maio de 1921, trazia uma importante informação a respeito da biblioteca dessa instituição, assim como demonstra a presente atuação do Bibliotecário na organização e sistematização do controle de saída dos livros do acervo, conforme transcrição a seguir:

Bibliotheca Escolar: Com a nomeação de um bibliothecario, cargo criado pela nova reforma [1920], a Biblioteca da Escola Normal poudé ter uma reorganização e ser instalada em local adequado. O movimento de consultas, de fevereiro até 12 de maio, foi o seguinte:

Obras de psychologia e Pedagogia	514
“ de literatura	208
“ de linguística	29
“ de sc phys. E naturaes	59
“ de historia e geografia	74
“ de mathematica	3
“ diversas	16
Total	903

Desse total 852 obras consultadas, são de textos em portuguez e 51 em língua estrangeira. É denotar-se o número animador de consultas em geral e, particularmente, o de consultas de obras de psychologia e pedagogia.

Está em organização uma pequena secção infantil da biblioteca, que se destina a incentivar o gosto pela leitura entre os alunos da escola modelo.

(REVISTA DE EDUCAÇÃO, v. 1, fasc. 1, maio, 1921, p. 64, apud NERY, 2009, p. 145).

Por meio dessa nota na *Revista de Educação* é possível perceber uma intensa atuação do Bibliotecário no sentido de manter sob controle o movimento de consulta da biblioteca, uma vez que, dentre as suas atribuições estava manter o diretor informado a respeito do movimento dos livros da biblioteca. Os dados apresentados na Revista servem de indicativo para revelar a grande preferência dos leitores sobre os livros de Pedagogia e Psicologia, dada provavelmente, pelo caráter da biblioteca e possivelmente pela indicação dos professores das respectivas disciplinas para que os alunos tivessem maior contato com as obras relativas às matérias pedagógicas e psicológicas.

No interior da biblioteca cabia ao Bibliotecário a organização dos livros, obedecendo a determinados critérios normativos, próprios de cada época. Era de sua responsabilidade conduzir e apresentar os livros aos alunos ou professores e orientá-los, especialmente nas aulas específicas de leitura que aconteciam na própria biblioteca, geralmente com os alunos da Escola Normal e os alunos da Escola Modelo anexa. O trabalho desempenhado pelo Bibliotecário consistia, segundo apontam os estudos de Chartier (2002), numa forma de mediação que ocorre entre o autor do texto e seu leitor

final. Tais processos de mediação existem à medida que um intermediário se coloca no meio desse processo, como é o caso do Bibliotecário, que seleciona, indica, organiza e muitas vezes orienta o trabalho do aluno no ambiente da biblioteca. Tais práticas podem de certa forma, gerar produções de sentidos, significações nem sempre pensadas e idealizadas pelo autor. Podem ser consideradas como diferentes formas de apropriação que cada leitor faz do texto a que tem acesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta Dissertação, apresento resultados de pesquisa de Mestrado, iniciada no ano de 2011, cujo desenvolvimento e conclusões podem ser aqui observados. Conforme mencionei anteriormente, muitos desafios tiveram que ser superados no decorrer da pesquisa, dentre eles, a mudança de orientador, com consequente mudança do projeto inicial. Embora todos os esforços fossem envidados para que esses desafios pudessem ser superados, certamente outros também vieram e, mesmo tendo como meta vencê-los, é possível que alguns deles tenham perdurado durante a trajetória da pesquisa ou, ao menos, deixado suas marcas.

O objetivo desta investigação foi o de compreender aspectos da circulação de saberes pedagógicos presentes nas Escolas Normais Paulistas; para isso, busquei enfocar a biblioteca dessas escolas como *locus* de atuação do seu principal agente mediador: o Bibliotecário.

Dentre as escolhas teóricas que fiz, optei por conduzir a pesquisa com base nos pressupostos da História Cultural e, especificamente, História cultural dos saberes Pedagógicos, problematizados por Chartier, Certeau e Carvalho, que nos permite visualizar uma multiplicidade de sentidos a determinadas realidades. Esses sentidos são construídos por meio da apropriação que cada leitor faz do real, o que se traduz em diversas possibilidades de leitura, compreensão e apropriação mediadas pelas vivências sociais e culturais.

Para aprofundar na compreensão do papel do Bibliotecário como agente mediador da circulação dos saberes pedagógicos e das práticas de leituras desenvolvidas no âmbito das bibliotecas das Escolas Normais, fez-se necessário compreender o conceito de mediação, segundo o referencial teórico adotado, que pressupõe, geralmente, a existência de fatores que ultrapassam a intencionalidade do autor, *a priori*. Para Chartier (2002), os processos de mediação que um texto sofre desde a sua origem, ou seja, da escrita pelo autor até chegar ao seu leitor final, trata-se de um processo pelo qual os atores envolvidos, nessa mediação “[...] dão sentidos aos textos que transmitem, imprimem e lêem”. Nesse sentido, afirma que “[...] os textos não

existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são os veículos” (CHARTIER, 2002, p. 61).

Considerar que um texto é historicamente construído implica também em perceber os processos de leitura e apropriação que fazem a sua produção de sentido e diferenciadas significações (CHARTIER, 2002).

Por meio do processo de mediação e de sua construção de sentidos o texto vai sofrendo interferências até chegar ao leitor, com isso é possível inferir que existe uma infinidade de mediadores entre o autor de determinado texto – que para o nosso objetivo, caracteriza-se como os autores dos livros pedagógicos – e o seu leitor final, que pode ser compreendido como o professor e/ou futuro professor. Dentre esses mediadores podem estar: os editores, nas decisões quanto às configurações materiais e suportes específicos para aquele determinado texto (tipo de papel, capa, tamanho, tipografia, número de páginas, texto de apresentação etc.); a partir daí outras mediações também vão acontecendo, como as realizadas nas livrarias, quanto às estratégias de divulgação, exposição e venda. Tal mediação ocorre também no contexto da biblioteca, sendo o Bibliotecário o agente responsável por selecionar, escolher, indicar e, na maioria dos casos, adquirir os livros e demais materiais que compõem o acervo. É também o Bibliotecário quem organiza e disponibiliza os livros e, ainda em muitos casos, intermedeia a escolha do livro segundo os objetivos de cada leitor.

Para evidenciar o papel desse profissional e destacar sua relevância e contribuição no processo formativo dos futuros professores primários formados pelas Escolas Normais, especialmente no início do século XX passei a analisar a legislação referente à implantação da biblioteca escolar e da presença do Bibliotecário nessas instituições, no período de 1911 a 1933. Partindo da legislação específica, foi possível observar, por meio de documentos, embora muito escassos, os indícios de atuação do Bibliotecário da Escola Normal de Piracicaba, como agente mediador na circulação de saberes pedagógicos e das práticas de leitura, tanto para professores quanto para alunos naquela instituição. Tais indícios – materializados na forma de fotos tiradas no interior da biblioteca, artigos em periódicos da época, publicações institucionais como o *anúário* do ensino, carimbos encontrados nos livros que compunham o acervo, assim como o próprio acervo e suas características – entrecruzados com bibliografia especializada, dentre outras fontes, permitiram compreender aspectos da atuação e do papel desempenhado por esse profissional.

O papel mediador do Bibliotecário torna-se evidente, na medida em que compreendemos que ele é o responsável pela divulgação e disseminação da informação, torna-se primordial reconhecer o seu papel na condução do conhecimento, assim como da circulação de saberes. Essa mediação também perpassa pela mediação pedagógica, o que exige desse profissional algumas habilidades como percepção, competências e responsabilidade para conduzir o usuário, seja aluno ou professor em sua busca pelo conhecimento.

Por meio dessas constatações é possível inferir que, especialmente no período enfocado nesta pesquisa, a legislação educacional específica sobre implantação das bibliotecas escolares e da atuação do Bibliotecário nas Escolas Normais priorizava o trabalho na biblioteca, uma vez que previa a presença de um profissional, que, mesmo não possuindo formação específica para o cargo e tendo que acumular, em alguns momentos, a função de professor ou de secretário, tinha a incumbência de conduzir, organizar e dirigir as atividades na biblioteca. Apesar dos impedimentos inerentes à falta de formação específica, podemos compreender que essa prática consistia um avanço para a formação dos alunos-mestres, uma vez que tinham suas atividades mediadas por um profissional, que geralmente, possuía formação pedagógica.

Com base no exposto no decorrer deste texto, considero, portanto, que os objetivos da pesquisa puderam ser contemplados por meio dos resultados, aqui apresentados, na medida em que evidenciam alguns aspectos da importância desse profissional para que os saberes pedagógicos circulassem entre biblioteca – alunos e professores. Por meio desses resultados, foi possível perceber a contribuição do Bibliotecário para a formação de professores, enquanto agente mediador, uma vez que, na maior parte das vezes, era ele o responsável pela seleção, indicação e aquisição dos livros do acervo. E ainda, era de sua responsabilidade orientar os alunos nas atividades de prática de leitura, realizadas no horário destinado à frequência à biblioteca.

Sua influência mediadora fica registrada quando organiza a biblioteca, estabelece a disposição dos livros nas prateleiras, facilitando em maior ou menor grau o acesso dos usuários ao acervo e, também, quando oferece ou põe à disposição determinados livros que selecionou.

Considerando que tanto os professores, quanto os futuros professores vinham à biblioteca buscar fundamentos para sua prática e tinham suas escolhas mediadas por esse profissional, enfim, é possível inferir que, por meio de sua atuação, seus conhecimentos e suas formas de mediação, o bibliotecário exerceu influência na

circulação de saberes que permeou os cursos de formação de professores primários, contribuindo para a instauração da cultura pedagógica hegemônica no contexto das Escolas Normais paulistas, especialmente, nas primeiras décadas do século XX.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Formação de Professores do 1º. Grau: Prática de Ensino em questão*. 1991. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1991.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, M. (Org.). *Gestão da informação e do conhecimento*. São Paulo: Polis, 2008. v. 1, p. 41-54.

_____. Mediação da informação e múltiplas linguagens... *Pesq. Bras. Ci. Inf.*, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.

BATTLES, Matthew. *A conturbada história das Bibliotecas*. Trad. João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. *A escola e a república e outros ensaios*. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

_____. *Uma biblioteca francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais*. 2002.

CENTRO REFERÊNCIA EDUCAÇÃO, Mário Covas. Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. 4. ed. Tradução Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria M. Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade. 1996.

_____. A ordem dos livros. Leitores e bibliotecas na França entre os séculos XIX e XVIII. Brasília: Editora UNB, 1994.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Trad. Guacira Lopes Louro. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n. 2, p. 117-229, 1990.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA; CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECOLOGIA. *Legislação*.

Disponível em: <http://www.cfb.org.br/historico/historico_02.htm>. Acesso em: 25 jan. 2013.

FARIA FILHO Luciano Mendes de; Gonçalves, IRLÊN Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci: *Sud Mennucci - Memórias de Piracicaba, Porto Ferreira, São Paulo...*, IMESP, 1997.

GHIRALDELLI JR. Paulo. *Filosofia e história da Educação brasileira*. São Paulo: Manole, 2003.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villa-Lobos. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.

HÉBRARD, Jean. Bibliotecas Escolares. In: MENEZES, Maria Cristina (org). *Educação, Memória, História*. Possibilidades, leituras. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

_____; CHARTIER, Anne Marie. 2000. *Discursos sobre a leitura: 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. 1986. 350 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

HONORATO, Tony. *Indivíduos da ação civilizatória nas escolas normais Paulistas (1896-1913)*. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/>>

portugues/sitesanais/anais14/arquivos/textos/Mesa_Coordenada/Trabalhos_Completos/Tony_Honorato.pdf>. Acesso em: 13/01/2013

INOUE, Leila Maria. *A revista de Educação (1921-1923) o nacionalismo e a Reforma de 1920: a formação dos professores em São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

JACOB, Christian; BARATIN, Marc (Org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

JULIA, Dominique. A Cultura escolar como objeto histórico. *In: Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Autores Associados, n. 1, p. 9.43, Jan/jun. 2001.

LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano M; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MENEZES, Maria Cristina. *O Mapeamento de uma biblioteca de Formação de Professores*. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/conteudo/file/1264.doc>. Acesso em: 20 ago. 2012.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Unicamp, 1999.

MORTATTI, Maria do Rosário L. Notas para uma história da formação do alfabetizador no Brasil. *In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 89, n. 223, set/dez. 2008b. Brasília: INEP, 2008. p. 467-476.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1976.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *Em busca do elo perdido: a ação reformadora de Oscar Thompson e a formação de professores (1911-1923)* 2009. Tese (Livre docência). Universidade Estadual Paulista– Marília, 2009a.

_____. A constituição de um saber especializado: a biblioteca escolar da Escola Normal de Piracicaba. *In: Anais do IX Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste*, 2009b.

_____. Biblioteca da Escola Normal de Piracicaba: Constituição do acervo e cultura pedagógica (1911-1920). In: *Anais do V CBHE.*, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/438.pdf>>. Acesso em: 20/12/2012.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester, *Schola mater. a antiga Escola Normal de São Carlos* (1911-1933). São Carlos: Ufscar, 1996.

PERECIN, Marly T G. A educação Pública no Interior do Estado de São Paulo: Piracicaba Como Modelo de Experiência Pedagógica no estado de São Paulo durante a Primeira República. In: *Revista Anual Histórias Piracicabanas* Passado sem Poeira. Piracicaba. ano XII. n 12, 2005, p. 3-23.

POLIANTEIA comemorativa do 1º centenário do Ensino Normal de São Paulo. São Paulo: [s. n.], 1946.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

RODRIGUES, João Lourenço. *Livro jubilar da Escola Normal da Capital*. São Paulo: Inst. D. Ana Rosa, 1930.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SÁ, Mariana Galluzzi de. *Uma biblioteca para formação de professores: a biblioteca “Joaquim Nabuco” do Instituto Coração de Jesus, Santo André - SP (1959 – 1974)*. Marília, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista - Marília. 2011.

SALES, Gizelma Guimarães Pereira. *Um estudo sobre Metodologia da linguagem (1949), de J. Budin*. Marília, 2009a. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília. 2009.

_____. *Metodologia da linguagem (1949), de J. Budin e a formação de professores alfabetizadores no Brasil*. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 17, 2009b. *Anais...* Campinas: ALB, 2009.

_____. *Um estudo sobre Metodologia da linguagem (1949), de J. Budin (1914-1953)*. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 2009c. *Anais...* São José do Rio Preto: Unesp, 2009.

_____. *Metodologia da linguagem (1949), de J. Budin e o ensino da linguagem no Brasil*. In: 17 SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA USP, 2009d. *Anais...* São Paulo: USP, 2009.

_____. *Bibliografia de e sobre J. Budin (1914-1953): um instrumento de pesquisa*. Marília, 2009e. (digitado).

_____. Aspectos da análise da configuração textual de Metodologia da Linguagem (1949), de J. Budin. *Revista de Iniciação Científica da FFC/Unesp*. 2010a, Marília, v. 10, n. 2, 2010.

_____. *As concepções de linguagem apresentadas por J. Budin (1914-1953) em Metodologia da linguagem (1949)*. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE HISTÓRIA DO ENSINO DE LEITURA E ESCRITA. 2010, Marília. *Cadernos de resumos*. ... Marília: Universidade Estadual Paulista, 2010b.

_____. *Um estudo sobre Metodologia da linguagem, de J. Budin (1949)* In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2011, Vitória. *Anais...* Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

_____. Circulação de saberes pedagógicos: os manuais de ensino na história da escola primária no Brasil. In: X CONGRESSO LUSOBRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2012a, Lisboa. *Anais...* Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012.

_____. Bibliotecas para formação de professores primários no Brasil: circulação de saberes por meio dos manuais pedagógicos. In: 18. CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. 2012b, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2012.

_____. Leituras para professores e alunos: a circulação de saberes pedagógicos e a história da escola primária no Brasil. In: VII ENCUENTRO INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN. 2012c, Santiago, Universidade Acalá, 2012.

SÃO PAULO. *Coleção de leis e decretos do estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/index.htm>>. Acesso em: 12/09/2012.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia e formação de professores no Brasil*. Vicissitudes dos dois últimos séculos. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo01/Coordenada%20por%20Dermeval%20Saviani/Dermeval%20Saviani%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em: 01/12/2012.

SILVA, Helen de Castro. *A biblioteca da fazenda Pinhal e o universo de leitura na passagem do século XIX para o século XX*. Araraquara, 2001. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2001.

SILVA, Vivian Batista da. *Uma história das leituras para professores: análise da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971)*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

SILVA, Vivian Batista da. *Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970)*. 2005. 400 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

SOUZA, Luciene Soares. *A instituição de bibliotecas nos Grupos Escolares de São Paulo (1890-1920)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

TANURI, Leonor Maria. *O ensino normal no Estado de São Paulo: 1890 – 1930*. São Paulo: USP, 1979.

TANURI, Leonor Maria. Contribuição para o estudo da Escola Normal no Brasil. Pesquisa e planejamento. São Paulo, v.13, dez.1970, p. 7-98.; VILLELA, H. O. S. A primeira Escola Normal do Brasil. In: Clarice Nunes. (Org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992, v., p. 17-42.

_____. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 14, p. 61-88, mai./ago. 2000. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_06_LEONOR_MARIA_TANURI.pdf> Acesso em: 03/07/2012.

TOLEDO, Maria Rita; MOGARRO, Maria João. *Circulação e apropriação de modelos de leitura para professores no Brasil e em Portugal*: edições pedagógicas da Companhia Editora Nacional nas bibliotecas Portuguesas. 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Exercício disciplinado do olhar*: livros, leituras e práticas docentes no Instituto de Educação do Distrito Federal (1927-1937). Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2001.

_____. Uma biblioteca escolar: práticas de formação docente no Rio de Janeiro, 1927-1935. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; VIDAL, Diana Gonçalves (org.) *Biblioteca e formação docente*: percursos de leitura (1902-1935). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. *Culturas escolares*. Estudos sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

_____; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história*: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Maria Pillar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 2005.

APÊNDICE

COMPILAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE BIBLIOTECA DA ESCOLA NORMAL E COMPLEMENTAR/BIBLIOTECÁRIO

LEIS E DECRETOS – ESTADO DE SÃO PAULO (1890-1933)

Fonte: <http://www.al.sp.gov.br/alesp/legislacao.html>

Gizelma Guimarães Pereira Sales

Apresentação

Esta compilação de Leis e Decretos do Estado de São Paulo é resultado de etapas de desenvolvimento da pesquisa de Mestrado, sobre a atuação do Bibliotecário da Escola Normal Paulista e tem como objetivo subsidiá-la e permitir maior compreensão do objeto de pesquisa (Biblioteca/bibliotecário da Escola Normal). Por meio de consulta ao banco de dados da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e consulta à *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, disponível no “Acervo de Obras Raras” da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Marília, foi possível reunir um conjunto de Leis e Decretos desde o ano de 1890, quando efetivamente encontrei a primeira menção ao bibliotecário nos cursos de formação (Escola Complementar/ Escola Normal) até o ano de 1933, quando se encerra o período da pesquisa.

Embora o recorte cronológico delimitado na pesquisa tenha sido os anos de 1911 a 1933, considerei relevante para a compreensão dos aspectos relativos à constituição das bibliotecas e da introdução do cargo de Bibliotecário nas Escolas Normais retomar a legislação desde a implantação da primeira Escola Normal em São Paulo. Por meio desse procedimento pude perceber que, apesar da primeira Escola Normal ter sido implantada no ano de 1846, na Capital da Província, o cargo de bibliotecário (seja como bibliotecário-arquivista, secretário-bibliotecário, amanuense-bibliotecário ou bibliotecário) só aparece na legislação específica a partir do ano de 1890.

Em análise a esta compilação de leis, pude perceber que, conforme está especificado na *Lei 5884/1933*, as atribuições do pessoal administrativo (dentre eles o Bibliotecário) das Escolas Normais são as mesmas do pessoal do Instituto de Educação,

por esse motivo apresento os artigos 599 a 743 dessa lei que se referem à biblioteca e ao Bibliotecário do Instituto de Educação.

Destaco que a legislação apresentada a seguir está citada e transcrita literalmente, conforme consta no banco de dados consultado e, por esse motivo, conserva a ortografia da época e eventuais erros de digitação ou conversão do arquivo que venham a existir.

1890

DECRETO N. 27, DE 12 DE MARÇO DE 1890

Reforma a Escola Normal e converte em Escolas Modelos as Escolas anexas

Artigo 11. O pessoal da Escola constará do seguinte :

- 1 Director ;
- 10 Professores (art. 3.º) ;
- 6 Ditos contractados (art. 4.º) ;
- 1 Professor director da escola modelo annexa do sexo masculino ;
- 1 Professora Directora da escola modelo annexa do sexo feminino ;
- 1 Preparador de physica e chimica ;
- 1 Secretario ;
- 1 Bibliotecario e archivista ;**
- 2 Porteiros ;
- 2 Contínuos ;

Artigo 15. Os logares de secretario e de **bibliothecario-archivista** serão exercidos por professores da escola, designados pelo governador.

1890

DECRETO N. 50, DE 28 DE ABRIL DE 1890

Fixa a despesa e orça a receita do Estado de S. Paulo para o exercicio de 1890 a 1891 Escola Normal

Pessoal.

1 Director,

ordenado.....2:800\$000

Gratificação.....1:400\$000

10 Professores effectivos,	
ordenado.....	24:000\$000
Gratificação.....	12:000\$000
2 ditos de calligraphia e desenho,	
ordenado.....	3:200\$000
Gratificação.....	1:600\$000
2 ditos de gymnastica,	
ordenado.....	480\$000
Gratificação.....	240\$000
2 ditos directores de escolas modelo,	
ordenado.....	4:800\$000
Gratificação.....	240\$000
1 Preparador de physica e chimica,	
ordenado.....	1:333\$000
Gratificação.....	2:400\$000
1 Secretario,	
gratificação.....	600\$000
1 Bibliothecario-archivista,	
gratificação.....	600\$000
1 Zelador do museu pedagogico,	
gratificação.....	300\$000
2 Mestres de trabalho manuaes	
gratificação.....	600\$000
2 Porteiros,	
ordenado.....	1:600\$000
Gratificação.....	800\$000

1892

LEI N. 88, DE 8 DE SETEMBRO DE 1892

Reforma a instrucção publica do Estado

Artigo 15. - Em cada **escola complementar** haverá uma pequena **bibliotheca** e laboratorio, gabinete de physica e chimica, e collecções de historia natural, com o material mais apropriado ao ensino, além dos objectos, taes, como : lousas, mappas, etc.

Artigo 24. - Nas **Escolas Normaes** primarias o curso será de tres annos e comprehenderá as materias seguintes: -- moral, educação civica, psychologia, pedagogia e direcção de escolas ; portuguez, francez e inglez ou allemão (facultativo).
Historia e geographia. Mathmaticas elementares, comprehendendo elementos de mechanica.
Astronomia elementar. Generalidades sobre anatomia e physiologia.

Physica, chimica e historia natural, visando especialmente suas applicações á agricultura e á industria, agrimensura (para homens), escripturação mercantil. Economia política (para os homens). Economia domestica (para as mulheres)

Desenho e calligraphia. Musica. Exercicios militares, para os homens. Exercicios gymnasticos e manuaes apropriados ao sexo.

§ unico. - Todas as **Escolas Normaes** primarias serão providas de laboratorios de chimica, gabinete de physica, collecções de historia natural, **bibliothecas** e material necessario para o ensino, com accomodações especiaes para os trabalhos dos alumnos e sua permanencia durante todo o dia na escola, e officinas para os trabalhos manuaes, dirigidas por habéis mestres contractados.

Artigo 27. - O Governo fica auctorizado a regulamentar as **Escolas Normaes**, determinando o numero dos professores e outros, funcionarios necessarios ao ensino e marcando a estes ultimos os respectivos vencimentos. Os regulamentos serão os mesmos para todas as **Escolas Normaes primarias**, e determinarão que, nos exames de passagem de um anno para outro, se observe o mesmo systema de classificação por merecimento que o adoptado para admissão.

§ 1.º - A classificação final dará direito, aos alumnos diplomados, de escolherem, conforme seu logar, as cadeiras quo preferirem e se acharem vagas por occasião de sua sahida da escola.

§ 2.º - Serão preferidos para os cargos, de preparador de physica e chimica, de zelador do muzeu pedagogico e de **bibliothecario**, os alumnos do curso superior que se houverem distinguido em seus estudos.

1892

DECRETO N. 144-B, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1892

Approva o regulamento da Instrucção Publica

DA FISCALIZAÇÃO DO ENSINO

SECÇÃO I

Do secretario do Interior

Artigo 3.º - Ao secretario do Interior, como auxiliar do presidente do Estado na direcção suprema do ensino, compete:

§ 17. - Nomear, para os estabelecimentos de ensino, os amanuenses, **bibliothecarios**, zeladores, porteiros e continuos.

Das camaras municipaes

Artigo 43. - As camaras municipaes, directamente interessadas no progresso da instrucção nos respectivos municipios, têm o dever imprescindivel de velar pela execução da lei do ensino publico, prestando o seu auxilio ás auctoridades escolares e concorrendo por si para tornar uma realidade a instrucção popular.

Artigo 44. - A's camaras municipaes incumbem:

§ 1.º - Deliberar sobre instrucção primaria profissional, creando escolas, museus e **bibliothecas**, adoptando os methodos e programmas que lhes parecerem mais convenientes, contractando ou nomeando livremente os professores e fixando seus vencimentos e vantagens. (art. 13-b do reg. de 29 de Julho de 1892).

Artigo 62. - Para uso e instrucção do professor haverá, sob sua guarda e responsabilidade, em cada **escola preliminar**, uma **bibliotheca**_escolar, contendo manuaes de modernos processos de ensino e vulgarização das principaes applicações da sciencia á agricultura e á industria (art. 7.º).

Artigo 219. - Em cada **escola complementar** haverá uma pequena **biblioteca** , um gabinete e laboratório de physica e chimica e colleções de historia natural, com o material mais appropriado ao ensino, além dos objectos como lousas, mappas, etc. (art. 15)

Artigo 233. - Cada escola **complementar** terá o seguinte pessoal:

- 1 director ;
- 13 professores;
- 3 mestres
- 1 secretario accumulando as funções de bibliothecario;**
- 1 zelador do gabinete e laboratorio de physica e chimica;
- 1 porteiro ;
- 1 continuo;
- 1 servente;

Artigo 241. - No regimento interno de que trata o artigo serão especificadas minuciosamente: as funções dos directores das **escolas complementares**, os deveres dos professores e demais empregados, assim como dos alumnos; as horas do trabalho; a forma dos exames annuaes; o custeio dos edificios; as bases para o plano das construcções escolares; o modelo dos moveis escolares e de outros que forem precisos para cada estabelecimento; a formação das **bibliothecas**, gabinetes e laboratorios, e, finalmente, tudo quanto possa concorrer para o mais amplo desenvolvimento do ensino em taes escolas.

Do pessoal das **Escolas Normaes** e seus vencimentos

Artigo 297. - O pessoal da **Escola Normal** da capital constará de:

- 1 director;
- 34 professores e 1 professora;
- 5 mestres e mestras;
- 1 director ou directora da escola-modelo;
- 1 secretario;
- 2 officiaes;
- 3 amanuenses, servindo um delles de archivista;
- 1 bibliothecario;**
- 1 zelador do museu escolar;

2 preparadores de physica e chimica;
 3 porteiros;
 5 continuos;
 3 serventes.

Artigo 298. - O pessoal das outras **Escolas Normaes** constará de:

1 director;
 18 professores;
 5 mestres e mestras;
 1 director ou directora da escola - modelo;
1 secretario, accumulando o lugar de bibliothecario;
 1 official;
 2 amanuenses, servindo um de archivista;
 1 zelador do museo escolar;
 1 preparador de physica e chimica;
 2 porteiros;
 2 continuos;
 2 serventes.

Artigo 303. - Para provimento dos logares de secretarios das **Escolas Normaes** serão preferidos os professores das respectivas escola-modelo (art.74, ultima parte).

§ unico. - Para o dos logares de preparador de physica e chimica, de zelador do museu pedagogico e de **bibliothecario**, serão preferidos os alumnos do curso superior que se houverem distinguido em seus estudos (art.27, § 2.º)

SECÇÃO VII

Dos bibliothecarios

Artigo 328. - A **Escola Normal** da capital terá um **bibliothecario** de nomeação do Governo, sob proposta do respectivo director, sendo preferidos para esse emprego os alumnos do curso superior que se houverem distinguido em seus estudos (art.27, § 2.º).

§ unico. - Nas outras **Escolas Normaes** as funções dos **bibliothecarios** serão exercidas cumulativamente pelos secretarios.

Artigo 329. - **Aos bibliothecarios compete:**

§ 1.º - Organizar os catalogos das **bibliothecas** em tres secções, com as denominações de scientifica, litteraria e diversa, comprehendendo nesta ultima todos os livros e papeis que com propriedade não puderem ser classificados em qualquer das outras.

§ 2.º - Addicionar a esses catalogos todas as novas aquisições que as **bibliothecas** fizerem nas secções respectivas.

§ 3.º - Ter sob sua guarda e vigilancia todos os livros, revistas, folhetos, mappas, jornaes e quanto formar o peculio das **bibliothecas**, empregando zelo em sua conservação.

§ 4.º - Propor aos directores a aquisição de novas obras, principalmente por indicação dos professores e tudo quanto for a bem do serviço das **bibliothecas**.

§ 5.º - Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as instrucções dos directores nas salas destinadas a leitura.

§ 6.º - Guiar os alumnos na consulta das obras, exercendo a maior vigilancia para que não rasguem folhas dellas ou de qualquer outro modo as damnifiquem, caso em que os fará responsabilizar perante os directores pelos prejuizos e danos causados.

§ 7.º - Não permittir a retirada de qualquer livro ou papel das **bibliothecas**, a titulo de consulta, para fora das salas de leitura, salvo quando reclamado por, membros da corporação docente, que nesse caso assignarão as cargas de resalva em livros especiaes.

Artigo 330. - A **bibliotheca** da **Escola Normal** da capital estará aberta desde 8 horas da manhan até ás 4 horas da tarde, em todos os dias uteis, excepto durante as férias, e as das outras escolas serão as 10 horas da manhan, fechando-se ás 4 da tarde.

Artigo 482. - Incorrerão em multa:

§ 1.º - De 10\$000, os funcçionarios encarregados da gestão das caixas escolares, que commetterem erro na escripturação dos livros das mesmas caixas ou a fizerem viciada com raspaduras ou borraduras.

§ 2.º - De 20\$000:

a) os funcçionarios que deixarem de fazer, no devido tempo, a escripturação dos referidos livros;

b) o inspector de districto escolar que, sem motivo justificado, negar attestado a qualquer professor sob sua jurisdição, quando tenha exercicio provado e reconhecido;

c) o inspector que alterar, na escripturação de seu roteiro, a ordem chronologica das datas.

§ 3.º - De 50\$000, o inspector de districto que deixar de comparecer a qualquer sessão das commissões de estatistica municipal.

§ 4.º - Do valor das obras, objectos e utensilios de exercicios ou trabalhos, que forem damnificados ou extraviados das **bibliothecas**, museus pedagogicos, gabinetes, laboratorios e officinas, os respectivos funcçionarios.

1892

LEI N. 169, DE 7 DE AGOSTO DE 1893

Addita diversas disposições á lei n.88, de 8 de Setembro de 1892

Artigo 10. - A nomeação de directores das escolas complementares só poderá recahir em professores das mesmas escolas, os quaes perceberão mais a gratificação de 600\$000 annuaes.

Artigo 11. - Cada escola completar terá o seguinte pessoal:

1 Director.

6 Professores.

1 Secretario-bibliothecario.

1 Porteiro e servente.

1 Continuo.

§ 1.º - As funções do secretario e **bibliothecario** serão cumulativamente exercidas por um dos professores, que perceberá mais a gratificação de 600\$000 annuaes.

§ 2.º - Ao professor de physica e chimica compete zelar os gabinetes e laboratorios de sciencias naturaes.

1893

DECRETO N. 218, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1893

Approva o Regulamento da Instrucção para execução das leis ns. 88, de 8 de Setembro de 1892, e 169, de 7 de Agosto de 1893.

Art. 3.º - Ao Secretario do Interior, como auxiliar do Presidente do Estado na direcção suprema do ensino, compete:

§ 17. - Nomear, para os estabelecimentos de ensino, os amanuenses, **bibliothecarios**, zeladores, preparadores, porteiros e continuo.

Das Camaras Municipaes

Artigo 46. - As camaras municipaes, directamente interessadas no progresso da instrucção nos respectivos municipios, têm o dever imprescindivel de velar pela execução da lei do ensino publico, prestando o seu auxilio ás auctoridades escolares e concorrendo por si para tornar uma realidade a instrucção popular.

Artigo 47. - As camaras municipaes incumbe:

§ 1.º - Deliberar sobre instrucção primaria profissional, creando escolas, museus, **bibliothecas**, adoptando os methodos e programmas que lhes parecerem mais convenientes, contractando ou nomeando livremente os professores e fixando seus vencimentos e vantagens (art. 13 - b do reg. de 29 de Junho de 1892).

SECÇÃO II

Dos programmas de ensino nas escolas preliminares e meios de desenvollvel-os:

(...)

Artigo 68. - Para uso e instrucção do professor haverá, sob sua guarda e responsabilidade, em cada escola preliminar, uma **bibliotheca** escolar, contendo manuaes de modernos processos de ensino e vulgarização das principaes applicações da sciencia á agricultura e á industria (art.7.º da lei n.88).

Artigo 225. - Cada **escola complementar** terá o seguinte pessoal:

1 director;
6 professores;
1 secretario-bibliothecario;
1 porteiro-servente;
1 continuo.

§ 1.º - As funções do secretario e **bibliothecario** serão cumulativamente exercidas por um dos professores, que perceberá mais a gratificação de 600\$ annuaes.

§ 2.º - Ao professor de physica e chimica compete zelar os gabinetes e laboratorios de sciencias naturaes (lei n.169, art.11, §§ 1.º e 2.º).

Artigo 226. - Em cada **escola complementar** haverá uma pequena **bibliotheca**, um gabinete e laboratorio de physica e chimica e collecções de historia natural, com o material mais apropriado ao ensino, além dos objectos taes como lousas, mappas, etc. (art. 15 da lei n.88).

Artigo 227. - Em cada **escola complementar** haverá tambem uma officina apropriada com as ferramentas mais empregadas em trabalhos simples, de madeira e ferro, a que ficam obrigados os alumnos (art. 13, § unico da lei n. 88.)

Artigo 241. - No regimento interno de que trata o artigo serão especificados minuciosamente: as funções dos directores das **escolas complementares**; os deveres dos professores e demais empregados, assim como dos alumnos; as horas de trabalho; a fórma dos exames annuaes e admissão; o custeio dos edificios; as bases para os planos das construcções escolares; o modelo dos moveis escolares e de outros que forem precisos para cada estabelecimento; a formação das **bibliothecas**, gabinetes e laboratorios e, finalmente, tudo quanto possa concorrer para o mais amplo desenvolvimento do ensino em taes escolas.

Artigo 299. - O pessoal da **Escola Normal** da capital constará de:

1 director;
30 professores e uma professora;
6 mestres e mestras;
1 director ou directora da Escola Modelo;
1 secretario;
2 officiaes;
3 amanuenses, servindo um delles de archivista;
1 bibliothecario;
1 zelador do museu escolar;
2 preparadores de physica e chimica;
3 porteiros;

5 continuos;
3 serventes.

Artigo 300. - O pessoal das outras **Escolas Normaes** constará de:

1 director;
17 professores;
6 mestres e mestras;
1 director ou directora da Escola Modelo;
1 **secretario**, accumulando o logar de **bibliothecario**;
1 official;
2 amanuenses, servindo um de archivista;
1 zelador do museu escolar;
1 preparador de physica e chimica;
2 porteiros;
2 continuos;
2 serventes.

Artigo 304. - Para provimento dos logares de **secretarios** das **Escolas Normaes** serão preferidos os professores das mesmas escolas (lei n. 169, art. 24).

§ unico. Para o dos logares de preparador de physica e chimica, de zelador do museu pedagogico e de **bibliothecario** serão preferidos os alumnos do curso superior que se houverem distinguido em seus estudos (art. 27, § 2º, da lei n. 88).

Dos bibliothecarios

Artigo 331. - A **Escola Normal** da capital terá um **bibliothecario** de nomeação do Governo, sob proposta do respectivo director, sendo preferidos para esse emprego os alumnos do curso superior que se houverem distinguido em seus estudos (art. 27, § 2º da lei n. 88).

§ unico. Nas outras **Escolas Normaes** as funções dos **bibliothecarios** serão exercidas cumulativamente pelos secretarios.

Artigo 332. - **Aos bibliothecarios compete:**

§ 1.º - Organizar os catalogos das **bibliothecas** em tres secções, com as denominações de scientifica, litteraria e diversa, comprehendendo nesta ultima todos os livros e papeis que, com propriedade, não puderm ser classificados em qualquer das outras.

§ 2.º - Addicionar a esses catalogos todas as novas aquisições que as **bibliothecas** fizerem nas secções respectivas.

§ 3.º - Ter sob sua guarda e vigilancia todos os livros, revistas, folhetos, mappas, jornaes e quanto formar o peculio das **bibliothecas**, empregando zelo em sua conservação.

§ 4.º - Propôr aos directores a aquisição de novas obras, principalmente por indicação dos professores, e tudo quanto fôr a bem do serviço das **bibliothecas**.

§ 5.º - Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as instrucções dos directores nas salas destinadas á leitura.

§ 6.º - Guiar os alumnos na consulta das obras, exercendo a maior vigilancia para que não rasguem folhas dellas ou de qualquer outro modo as damnifiquem, caso em que os fará responsabilisar perante os directores pelos prejuizos e danos causados.

§ 7.º - Não permittir a retirada de qualquer livro ou papel das **bibliothecas** a titulo de consulta para fóra das salas de leitura, salvo quando reclamado por membros da corporação docente, que nesse caso assignarão as cargas de resalva em livros especiaes.

Artigo 333. - A **bibliotheca** da **Escola Normal** da capital estará aberta desde ás 8 horas da manhan até ás 4 horas da tarde, em todos os dias uteis, excepto durante as férias, e as das outras escolas serão abertas ás 10 horas da manhan, fechando-se ás 4 da tarde.

Artigo 483. - Incurrerão em multa:

§ 1.º - De 10\$000 os funcçionarios encarregados da gestão das caixas escolares, que commetterem erro na escripturação dos livros das mesmas caixas ou a fizerem viciada com raspaduras ou borraduras;

§ 2.º - De 20\$000:

- a) os funcçionarios que deixarem de fazer, no devido tempo, a escripturação dos referidos livros;
- b) o inspector que alterar, na escripturação de seu roteiro, a ordem chronologica das datas.

§ 3.º - De 50\$000 o inspector de districto que deixar de comparecer a qualquer sessão das commissões de estatistica municipal.

§ 4.º - Do valor das obras, objectos e utensilios de exercicios ou trabalhos, que forem damnificados ou extraviados das **bibliothecas**, museus pedagogicos, gabinetes, laboratorios e officinas os respectivos funcçionarios.

1897

LEI N. 524, DE 04 DE SETEMBRO DE 1897

Crea escholas em diversos municipios do Estado

Artigo 1.º - Ficam creadas as seguintes **escholas preliminares**.

§ 3.º - Mixtas :

Tres, sendo uma em cada um dos bairros Bom Retiro, Invernada e Santo Antonio, municipio de Santa Barbara.

Uma no bairro da Capellinha, municipio de Santo Amaro.

Duas, sendo uma em cada um dos bairros Santo Antonio do Ibicatú e Pao d'Alho, municipio de Piracicaba.

1910

LEI N. 1.245, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1910

Orça a receita e fixa a despesa para o exercicio financeiro de 1911

§ 10. - ESCHOLA COMPLEMENTAR DE PIRACICABA

Para pagamento do respectivo pessoal	58:670\$000	
Para despesas de expediente e outras	2:000\$000	60:620\$000

1911

DECRETO N. 2.025, DE 29 DE MARÇO DE 1911

Converte as actuaes Escolas Complementares do Estado em Escolas Normaes Primarias e dá-lhes regulamento

Do pessoal da Escola

Artigo 44. - O pessoal administrativo da Escola constara de

1 Director, 1 Auxiliar, 1 **Amanuense-Bibliothecario** e uma Professsra-Inspectora, além de 1 Porteiro, 1 Continúo e 2 Serventes.

Artigo 64. - Ao **amanuense-bibliothecario** compete:

- a) Fazer o trabalho de escripturação escolar, de accôrdo com as determinações do Director, tendo sob sua guarda todos os livros;
- b) Ter sob sua guarda o archivo e a **bibliotheca** da Escola;
- c) Não permitt'r a retirada de livro, salvo por algum professor ou alumno, mediante sua assignatura, e pelo prazo de 15 dias, no maximo;
- d) Guiar os alumnos na consulta de obras, exercendo a maior vigilancia, para que não haja damnificação das mesmas, e responsabilizando osdamnificadores perante o Director;
- e) Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regulamento na sala de leitura;
- f) Propôr ao director a aquisição de novas obras, principalmente as que forem indicadas pelos professores.

1911

LEI N. 1.303, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1911

Artigo 2.º Por conta da importancia fixada no artigo 1 º, é o Governo auctorizado a despender com o serviço a carga da Secretaria do Interior a quantia de 19.184:280\$000

§ 11. ESCOLA NORMAL PRIMARIA DE PIRACICABA

Para pagamento do respectivo pessoal	87:200\$000	
Para aquisição de aparelhos de physica e chimica	5:000\$000	
Para despesas de expediente e outras	6:050\$000	98:200\$00

1912

LEI N. 1.311, DE 2 DE JANEIRO DE 1912

Approva o regulamento das Escolas Normaes Primarias

Do pessoal da Escola

Artigo 45. - O pessoal administrativo da escola constará de 1 director, 1 auxiliar, 1 **secretario bibliotecario** e uma professora-inspectora além de 1 porteiro, 2 continuos e 2 serventes.

SECÇÃO III

DO SECRETARIO-BIBLIOTECARIO

Artigo 65. - Ao **secretario-bibliotecario** compete:

- a) fazer o trabalho de escripturação escolar de accôrdo com as determinações do director, tendo sob sua guarda todos os livros;
- b) ter sob sua guarda o archivo e a **biblioteca** da Escola;
- c) não permittir na retirada de livros, salvo por algum professor ou alumnos, mediante sua assignatura, e pelo prazo de 15 dias, no maximo;
- d) guiar os alumnos a consulta de obras, exercendo a maior vigilancia, para que não haja damnificação das mesmas, o responsabilizando os damnificadores perante o director;
- e) cumprir e fazer cumprir as disposições deste regulamento na sala de leitura;
- f) propor ao director aquisição de novas obras, principalmente as que forem indicadas pelos professores

Artigo 114. - Ficam approvados os decretos ns. 2088, 2089 e 2090, de 7 de Agosto do corrente anno, que abriram, respectivamente os creditos de 28:000\$000, suplementares á verba do § 10, do artigo 2.º da lei n. 1245, de 30 de Dezembro de 1910, para recorrer ás despesas accrescidas com a conversão de cada uma das **Escolas Complementares de Piracicaba**, de Campinas e de Guaratinguetá, **em Normaes Primarias**.

1912

DECRETO N. 2.225, DE 16 DE ABRIL DE 1912

Manda observar a Consolidação das leis, decretos e decisões sobre o ensino primario e as Escolas Normaes

Titulo III

Das escolas normaes primarias

CAPITULO V

Do pessoal da Escola em geral

Artigo 518. - O pessoal administrativo da escola constaráde 1 director, 1 auxiliar, 1 **secretario-bibliothecario** e uma professora-inspectora, além de 1 porteiro, 2 continuos e 2 serventes (Lei n. 1311, art. 45).

Artigo 539. - Os professores das **escolas complementares** extinctas não nomeadas para as **escolas normaes** primarias e addidos a estas escolas ou aproveitados em escolas preliminares continuarão a perceber os vencimentos que então lhes competiam (Ibidem, art. 120).

III - Do secretario- bibliothecario

Artigo 547. - Ao secretario bibliothecario compete:

- a) de fazer o trabalho de escripturação escolar, de accordo com as determinações do director, tendo sob sua guarda todos os livros;
- b) ter sob sua guarda o archivo e ae bibliotheca da escola;
- c) não permitir a retirada de livros, salvo por algum professor ou alumno, mediante recibo, e pelo prazo de 15, no maximo;
- d) guiar os alumnos da consulta de obras, evitar que as damnifiquem, responsabilizando-os perante o director;
- e) cumpri e fazer cumprir, na sala de leitura, as diposições regulamentares;
- f) propor ao director a aquisição de novas obras, principalmente as que forem indicadas pelos professores (Lei n. 1311, art 65).

Artigo 600. - Incorrerá em multa:

§ 1.º - De 10\$000, o funcionario encarregado da gestão das caixas escolares que commeter erro na escriptuação dos livros ou borraduras. (Desc. 218, art, 483, § 1.º).

§ 2.º - De 20\$000:

- a) o funcionario que deixar de fazer, no devido tempo, a escripturção dos referidos livros;
- b) o inspector que alterar, na escripturação do seu roteiro, a ordem chronologica (Ibidem, art. 483 § 2.º).

§ 3.º - Do valor das obras, objetos e utensílios de exercícios ou trabalhos, que forem danificados ou extraviados das **bibliotecas**, museus pedagógicos, gabinetes, laboratórios e oficinas, o respectivo funcionário. (Ibidem, art. 483 § 4.º).

1912

LEI N. 1.360, DE 25 DE DEZEMBRO DE 1912

Libera verba para obras em diversas escolas

Artigo 1.º - Fica o governo autorizado a despendar até á quantia de dois mil quatrocentos e vinte e três contos de réis (2.423:000\$000), sendo com as obras complementares dos edificios já construídos para os grupos escolares do Braz, Barra Funda, Penha, Belémzinho, Carmo, Lapa, Mooca, S Joaquim e Sant'Anna, na Capital; Agudos, Amparo, Baurú, Bebedouro, Bôa Esperança, Campinas, Caconde, Capão Bonito do Paranápanema, Casa Branca, Cunha, Cravinhos, Dois Corregos, Faxina, Fartura, Itaberá, Itararé, Igarapava, Iguape, Itapolis, Jahú, Guaratinguetá, Lorena, Lenções, Leme, Mattão, Monte-Alto, Monte Mór, Mogy-guassú, Nazareth, Orlandia, Piracaia, Pirajú, Porto Ferreira, Pitangueiras, Pereiras, Queluz, Ribeira, Redempção, Ribeirão Preto, S. Bernardo, Santos (Villa Mathias), S. João do Curralinho, Santa Branca, Sorocaba, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Rita do Passa Quatro, Salto de Itu, S. João da Bocaina, Santos (Villa Macuco), S. Vicente, S. Bento do Sapucahy, Serra Negra, Tatuhy, Tambahú, Taquaritinga, Taubaté, Bariry, Rio das Pedras, Ribeirão Branco 1.400:000\$000 (mil e quatrocentos contos de réis); com a construção do edificio para a Escola Profissional Masculina do Braz, na Capital..... 200:000\$000 (duzentos contos de réis); **com a construção de predios para a Escola Normal Secundaria de S. Carlos e as Normaes Primarias de Botucatú e Piracicaba. 200:000\$000 (duzentos contos de réis), cada uma, 600:000\$000;** e com o mobiliario, cocheiro, carril, casa para o director, duas casas para os ajudantes, uma casa para o auxiliar, parque, portão de entrada e gradil, no Instituto Serumtherapico de Butantan, 223:000\$000 (duzentos e vinte e três contos de reis)

1913

DECRETO N.2.339, DE 21 DE JANEIRO DE 1913

Libera verba para construção de diversas escolas no interior

Artigo unico. Fica aberto no Thesouro do Estado á Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, um credito de dois mil quatrocentos e vinte e tres contos de réis (2.423:000\$000), sendo:

(...)

200:000\$000 com a construção do predio destinado á **Escola Primaria de Piracicaba;**

1913

DECRETO N. 2.367, DE 14 DE ABRIL DE 1913

Approva o Regulamento das Escolas Normaes de curso secundario e escolas anexas

Artigo 66. - As escolas terão o seguinte pessoal docente e administrativo :
Pessoal administrativo (...)

1 bibliothecario

Artigo 67. - Serão nomeados :

- a) por decreto do Governo-o director e seu auxiliar, os lentes, os professores auxiliares, o secretario, a professora-inspectora, o official, **o bibliothecario** e o preparador de physica e chimica ;

Artigo 99. - Ao **bibliothecario** incumbe :

- a) - organizar o catalogo da **bibliotheca** ;
- b) - ter sob a sua guarda e vigilancia tudo quanto formar o peculio da **bibliotheca** ;
- c) - não permittir a retirada de qualquer livro, salvo quando pedido por algum lente ou professor, o qual assignará nesse caso a carga de resalva, podendo conserval-o para consulta até 15 dias ;
- d) - guiar os alumnos na consulta das obras ;
- e) - cumprir e fazer cumprir, na sala de leitura, as disposições regimentaes ;
- f) - propor ao director tudo quanto for a bem do serviço da **bibliotheca** e especialmente indicar as obras que devam ser adquiridas.

§ unico. - O **bibliothecario** será substituido em seus impedimentos, por quem o director designar.

Artigo 100. - A **bibliotheca** estará aberta em todos os dias uteis, pelo tempo necessario ao serviço escolar.

1914

LEI N.1.453, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1914

Introduz algumas modificações no Gymnasio do Estado e nas Escolas Normaes da Capital, Itapetininga e S. Carlos.

Artigo 2.º-- Fica revogada a disposição do artigo 35 da lei n. 1.197, de 29 de Dezembro de 1909, que desligou do cargo de secretario do Gymnasio da Capital as funcções de **bibliothecario**

1917

LEI N. 1.579, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1917*Estabelece diversas disposições sobre a instrucção publica do Estado***B - DA INSTITUIÇÃO DOS CURSOS COMPLEMENTARES**

Artigo 6.º - Sob a mesma direcção do estabelecimento principal, fica instituido um curso complementar annexo a cada uma das **escolas normaes** do Estado.

§ unico. - Destina-se o **curso complementar** a: **I.** - Completar o ensino primario.
II. - Preparar candidatos á matricula no primeiro anno das **escolas normaes**.

Artigo 7.º - Serão admittidos á matricula no 1.º anno do **curso complementar**:

I. - Os alumnos que terminarem o curso das escolas modelo e dos grupos-modelo e, em falta, os mais distinctos alumnos de outros grupos escolares, para o effeito de serem admittidos na ordem das médias alcançadas e na proporção de metade dos logares disponiveis.

II. - Para preenchimento do numero restante de vagas os candidatos habilitados no exame de admissão a que se submeterem, devendo ser examinados nas materias que constiuem o curso preliminar dos grupos e segundo os programmas nos mesmo adoptados.

1917

LEI N. 1.584, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1917

Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o ano financeiro de 1918

a)	Para pagamento do pessoal da Escola Normal.....	70:940\$000		
b)	Para pagamento do pessoal do Grupo Escolar Modelo.....	30:400\$000		
c)	Para pagamento do pessoal das Escolas Modelo Isoladas.....	8:200\$000	109:540\$000	
d)	Para aquisição de livros.....	1:000\$000		
e)	Paraapparelhos de gymnastica.....	1:000\$000		
f)	Para o gabinete de physica e chimica.....	1:000\$000		
g)	Para expediente e outras	5:000\$000	8:000\$000	117:540\$000

1919

LEI N. 1.713, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1919

Fixa a Despesa e orça a Receita do Estado para o exercício financeiro de 1920

§ 16 - ESCOLA NORMAL PRIMARIA DE PIRACICABA

Para pagamento ao respectivo pessoal – 75:540\$000

Curso Complementar

Para pagamento ao respectivo pessoal 22:800\$000

Escola Modelo Isolada

Para pagamento ao respectivo pessoal – 8:100\$000

Grupo Escolar Modelo

Para pagamento ao respectivo pessoal – 36:000\$000

Diversas Despesas

Acquisição de livros – 1:000\$000

Apparelhos de Gymnastica – 1:000\$000

Gabinete de Physica e Chimica – 1:000\$000

Expediente e outras despesas – 6:000\$000

1920

LEI N. 1.750, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1920

Reforma a Instrucção Publica do Estado.

TITULO I

DA COMPREHENSÃO DO ENSINO PUBLICO

Artigo 1.º - A Instrucção Publica, no Estado do São Paulo, comprehende:

1.º - o ensino primario, de dois annos, que será ministrado em escolas isoladas, escolas reunidas e grupos escolares;

2.º - o ensino médio, de dois annos que poderá ser ministrado tambem nesses estabelecimentos de ensino;

3.º - o ensino complementar, de tres annos, que será ministrado nas escolas complementares;

4.º - o ensino secundario especial, que será ministrado nos gymnasios e **escolas normaes;**

5.º - o ensino profissional, que será ministrado nas es colas profissionaes;

6.º - o ensino superior, que será ministrado nas academias e faculdaies superiores;

§ 1.º - Onde houver continuidade do ensino, e o exigirem as necessidades sociaes, o Governo installará escolas maternas, de preferencia junto a fabricas que offereçam casa para a installação e alimentos ás crianças.

§ 2.º - Para a matricula no Jardim da Infancia annexo á **Escola Normal** da Capital e nas que o Governo installar terão preferencia os menores orphans de mãe e os filhos das professoras publicas, em exercício, fazendo-se a matricula para os logares restantes mediante sorteio.

TITULO VII DAS ESCOLAS NORMAES

Artigo 8.º - Ficam unificadas as **escolas normaes** nos seguintes termos:

- a) supprime-se nas actuaes secundarias a cadeira de inglez, installando-se cursos livres desta matEria, emquanto não forem os respectivos professores aproveitados em outros logares;
- b) eliminam-se as aulas de escripturação mercantil, dactylographia e tachygraphia, e passam para as complementares as de trabalhos manuaes;
- c) predominará na 13.ª cadeira a pratica pedagogica systematica, desde o 2.º anno, em classes conjunctas, sob a regencia do director da escola ou de professor que o governo designar, sem prejuizo do disposto do artigo 30;
- d) fundem-se, numa só, as cadeiras de mathematica, assim como as de psychologia e pedagogia;
- e) destaca-se a educação civica da cadeira de psychologia e pedagogia, para realizal-a, mediante uma organização associativa, obrigatoria dos estudantes, com uma dotação correspondente a 1/4 das taxas pagas pelos alumnos;
- f) constitue-se autonoma da de portuguez a cadeira de latim e literatura;
- g) restringe-se a biologia vegetal e animal, hygiene, anatomia e physiologia humanas a 8.ª cadeira;
- h) cream-se classes mixtas nas escolas em que a frequencia das classes masculinas fôr insufficiente;
- i) constituem uma só cadeira, nas escolas de classes simples, emquanto não comportarem a secção masculina e si não tiverem cathedraicos respectivos: a 8.ª cadeira com physica e chimica, historia com geographia, portuguez com francez, latim com literatura, ficando creada esta cadeira conjuncta nas escolas em que se não leccionavam tres materias;
- j) fica sendo o seguinte o numero de aulas por semana em cada secção masculina ou feminina:

Para portuguez....	8
Para latim (6) e literatura (3).....	9
Para francez.	6
Para mathematica	6
Para physica e chimica.	6
Para biologia vegetal e animal, bygiene e anatomia e physiologia humanas.....	6
Para geographia, cosmographia e chorographia do Brasil	5
Para historia do Brasil e geral	5
Para psychologia e pedagogia.....	7
Para pratica pedagogica	10
Para musica	8
Para desenho..	8
Para gymnastica,	11

- k) adopta-se para as promoções dos alumnos o systema dos coefficientes;
l) mantêm-se os exames de admissão á matricula ao 1.º anno até metade dos logares, reservando-se a outra metade aos diplomados pelas escolas complementares, mediante concurso.

Artigo 9.º - Os vencimentos do pessoal das **escolas normaes** e dos **gymnasios** obedecerão ao systema da tabella annexa, n. 3.

TABELLA ANNEXA, N. 3

Para o director, 800\$000 mensaes pela direcção, e nas escolas normaes de classes duplas, 300\$000 mensaes pela pratica pedagógica e 150\$000 nas de classes simples; para o vice-director - denominação que substitue a de auxiliar do director - 600\$000 mensaes, ou 300\$000, si fôr lente;
para os cathedromaticos, uma parte fixa de 500\$000 mensaes até seis aulas por semana, e 30\$000 mensaes por aula semanal a mais;
para os professores de desenho, gymnastica e musica, uma parte fixa de 400\$000 mensaes até doze aulas por semana, e 20\$000 mensaes por aula semanal a mais;
por aula que lentes da **normal** derem na **complementar** annexa, 20\$000 mensaes, e 10\$000 mensaes por aula semanal de desenho, canto, gymnastica e trabalhos que ahi derem os professores;
para o secretario 500\$000 mensaes, ou 300\$000 sendo lente;
para o **bibliothecario** 400\$000 mensaes, ou 150\$000 sendo lente, vice-director ou secretario;
para a inspectora 300\$000 mensaes;
para o escriptuario 300\$000 mensaes;
para o preparador 300\$000 mensaes ;
para o porteiro 250\$000 mensaes;
para o coutinuo 200\$000 mensaes ;
para o servente 150\$000 mensaes.

1921

DECRETO N. 3.332, DE 28 DE MARÇO DE 1921

Abre no Thesouro do Estado, á Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um credito de rs. 629:705\$584, para fazer face ás despesas provenientes da reorganisação das Escolas Normaes e Complementares annexas, nos termos da Lei n. 1750, de 8 de Dezembro de 1920.

Artigo unico. - Fica aberto no Thesouro do Estado, á Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, um credito de seiscentos e vinte e nove contos setecentos e cinco mil quinhentos e oitenta e quatro reis (629:705\$584), para fazer face ás despesas accrescidas com a reorganisação das **Escolas Normaes e Complementares** annexas, nos termos da Lei acima citada e suplementar ás seguintes rubricas do art. 2.º da Lei n. 1759, da 29 de Dezembro de 1920 :

Ao § 8.º — Escola Normal da Capital..	87:800\$000
Ao § 9.º — Escola Normal de Itapetininga....	14:839\$600
Ao § 10. — Escola Normal de S. Carlos	6:275\$996
Ao § 11. — Escola Normal do Braz.....	204:750\$000
Ao § 12. — Escola Normal de Botucatu	36:040\$000
Ao § 13. — Escola Normal de Campinas.....	58:480\$000
Ao § 14. — Escola Normal de Casa Branca...	39:720\$000
Ao § 15. — Escola Normal de Guaratinguetá.	87:320\$000
Ao § 16. — Escola Normal de Piracicaba.....	38:959\$988
Ao § 17. — Escola Normal de Pirassununga..	55:520\$000
Rs.....	629:705\$584

1921

DECRETO N. 3.356, DE 31 DE MAIO DE 1921

Regulamenta a Lei n.1750, de 8 de Dezembro de 1920, que refôrma a Instrucção Publica.

TITULO XVIII

Da Escripuração Escolar

Artigo 462. - Para a escripturação escolar haverá:

§ 3.º - Nas **escolas normaes e complemetares**, os seguintes livros:

- a) um de matricula e notas para cada classe;
- b) um de inventario geral;
- c) um de inventario para cada laboratorio;

- d) um de ponto;
- e) um de apontamento sobre o pessoal;
- f) um de termos de compromisso;
- g) um de inscrição para exames de sufficiencia;
- h) um de notas de exames sufficiencia para cada curso;
- i) um de chamada para cada aula;
- j) um de registro de lições para cada professor;
- k) um de inscrição para curso;
- l) um de notas de concuros;
- m) um de termo de visitas;
- n) um de despesas de expediente;
- o) um de protocollo da secretaria;
- p) um de catalago de biblioteca.**

1921

LEI N. 1.837, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1921

Fixa a despesa e orça a receita do estado para o ano financeiro de 1922

Artigo 1.º - E' a despesa ordinaria do Estado de S. Paulo, para o anuo financeiro de 1922 fixada na quantia de 152.357:337\$382.

Artigo 2.º - Por conta da importancia fixada no artigo 1.º, é o governo auctorizado a despender com os serviços a cargo da Secretaria do Interior a quantia de 38.851:825\$330.

§ 16. - ESCOLA NORMAL DE PIRACICABA

Para pagamento do respectivo pessoal.....	156:240\$000		
Escola Complementar			
Para pagamento ao respectivo pessoal.....	41:760\$000		
Escola Modelo			
Para pagamento ao respectivo pessoal.....	42:000\$000		
Diversas Despesas			
a) Para o Gabinete de Psychologia Experimental e de Physica e Clinica.....	2:000\$000		
b) Para aquisição de livros.....	1:000\$000		
c) Para expediente e outras despesas.....	6:000\$000		
d) Para pagamento da quarta parte do ordenado a tres professores que contem mais de 30 annos de serviço.....	3:600\$000	12:600\$000	252:600\$000

1922

LEI N.1.888, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1922

Estabelece medidas de caracter financeiro

Artigo. 1.º - Os vencimentos dos funcionarios publicos do Estado, inclusive os officiaes e praças da Força Publica, ficam elevados, a partir de 1.º de janeiro de 1923, de accôrdo com a seguinte tabella:

TABELLA**§ 16 - ESCOLA NORMAL DE PIRACICABA**

Pessoal :			
1	Director	6:000\$000	7:800\$000
1	Vice-director.	4:800\$000	6:480\$000
9	Lentes.	54:000\$000	70:200\$000
4	Professores	19:200\$000	25:920\$000
1	Professora inspectora	3:600\$000	5:040\$000
1	Escriptuario	3:600\$000	5:040\$000
1	Bibliothecario.	4:800\$000	6:480\$000
2	Continuos.	4:800\$000	5:280\$000

1925

DECRETO N. 3.858, DE 11 DE JUNHO DE 1925**REFORMA A INSTRUÇÃO PÚBLICA**

Artigo 56. - O pessoal administrativo das **escolas normaes** compõe-se de :

- 1) 1 director ;
- 2) 1 vice-director ;
- 3) 1 secretario ;
- 4) 1 bibliothecario ;**
- 5) 1 3.º escriptuario ;
- 6) 1 inspectora, accumulando o cargo de professora de trabalhos ;
- 7) 1 porteiro ;
- 8) 4 continuos (um do sexo feminino) ;
- 9) o numero de serventes necessarios ;
- 10) um jardineiro ;

1925

LEI N. 2.095, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1925

Approva o decreto n. 3.858, de 11 de Junho de 1925, expedido pelo Poder Executivo, e que reformou a Instrucção Publica do Estado.

Onde convier accrescente-se :

Art... - Os actuaes amanuenses de gymnasios e **escolas normaes** passarão a ter a denominação de 3º escripturarios.

1926

DECRETO N. 4.101, DE 14 DE SETEMBRO DE 1926

Regulamenta a lei n. 2.095, de 24 de Dezembro de 1925, que, approvando, com modificações, o Decreto n. 3858, de 11 de Junho de 1925, reforma a Instrucção Publica do Estado.

Artigo 340 - Para formar professores de **cursos preliminares e complementares**, haverá, no Estado de São Paulo, alem **da Escola Normal** da Praça da Republica, mais outras escolas normaes de typo equal entre si.

Artigo 341. - Emquanto não comportarem a secção masculina separada, funcckionarão as **escolas normaes** com classes mixtas, excepto a do Braz, que será feminina.

§ unico. - As Escolas Normaes, que não tiverem matriculados cem alumnos pelo menos, serão gradativamente, por annos, substituidas por escolas profissionaes, mixtas ou de um sexo apenas, a criterio do Governo.

Artigo 422. - O pessoal administrativo das **escolas normaes** compõe-se de:

- 1) um director;
- 2) um vice-director;
- 3) um secretario;
- 4) um bibliothecario;**
- 5) um 3,º escriptuario ;
- 6) uma inspectora, accumulando o cargo de professora de trabalhos manuaes ;
- 7) um porteiro ;
- 8) quatro continuos (um do sexo feminino);
- 9) o numero de serventes necessarios;
- 10) um jardineiro.

Artigo 437. - As escolas normaes terão **um bibliothecario** de nomeação livre do Governo, sob proposta do director, sendo preferido para esse emprego, professor normalista.

Artigo 438 - Ao bibliothecario compete :

- 1.º - organizar os catalogos da **bibliotheca** ;
- 2.º - addiccionar a esses catalogos todas as novas aquisições que a **bibliotheca** fizer ;
- 3.º - ter sob sua guarda e vigilancia os livros, revistas, folhetos, mappas, jornaes e tudo quanto formar o patrimonio da **bibliotheca**, zelando pela sua conservação;
- 4.º - propor ao director a aquisição de novas obras, principalmente das indicadas pelos lentes e professores, bem como quaesquer outras medidas em beneficio da sua repartição ;
- 5.º - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as instrucções do director, nas salas destinadas á leitura ;
- 6.º - guiar os alumnos nas consultas das obras, exercendo a maior vigilancia para que não as damnifiquem, caso em que os fará responsabilizar, perante o director, pelos prejuizos e danos causados;
- 7.º - não permittir a retirada de qualquer livro ou papel da **bibliotheca**, a titulo de consulta, para fóra das salas da leitura, salvo quando reclamados por membros da corporação docente, que, neste caso, assignarão a carga devida.

Artigo 450. - Para a escripturação escolar haverá;

- a) 1 livro de matricula e notas ;
- b) 1 livro de inventario geral;
- c) 1 livro de inventario para cada laboratorio ;
- d) 1 livro de ponto ;
- e) 1 livro de registo de nomeações, licenças, etc. do pessoal;
- f) 1 livro de termos de compromisso;
- g) 1 livro de inscripção para exames de sufficiencia
- h) 1 livro de notas de exames de sufficiencia para cada curso;
- i) 1 livro da chamada para cada aula;
- j) 1 livro de escripturação e actas para concurso;
- k) 1 livro de termos de visitas;
- l) 1 livro da despesas de expediente ;
- m) 1 livro de protocollo da secretaria;
- n) 1 livro de catalogo da bibliotheca ;**
- o) 1 livro para actas de exames de segunda época

CAPITULO VIII

Da bibliotheca escolar

Artigo 585. - A bibliotheca será composta de obras technicas e literarias, para estudo e consulta dos alumnos e mestres.

Artigo 586. - As obras da **bibliotheca** podarão ser da- das á leitura na sala propria, ou confiadas por emprestimo, até 10 dias, mediante recibo de responsabilidade, passado pelo consultante em livro destinado a esse fim.

Artigo 587. - O **bibliothecario** deverá, pelo menos uma vez por anno, fazer a desinfecção dos livros e apresentar um balanço do movimento geral.

Artigo 588. - As obras seleccionadas ou de elevado custo ou raridade não poderão ser consultadas fóra do estabelecimento.

Artigo 589. - Os alumnos de todas secções do curso profissional deverão frequentar a bibliotheca, organizando os respectivos professores, mensalmente, de accordo com as exigencias das disciplinas, a lista systematica dos livros e revistas, cuja consulta seja mais conveniente, apresentando-a ao director com a devida antecedencia.

Artigo 590. - A **bibliotheca** estará a cargo do escriptuario sendo fiscalizada pelo director e pelo auxiliar do director.

Artigo 591. - Nos casos de extravia ou estragos de obras da **bibliotheca**, quando as não possa averiguar a responsabilidade do consulente, será responsabilizado o **bibliothecario**, que deverá repôr ou substituir a obra por outra igual, perfeitamente nova.

1926

LEI N. 2.182, DE 30 DEZEMBRO DE 1926

Fixa a Despesa e orça a Receita do Estado, para o exercicio de 1927

CAPITULO I

Da Despesa

Artigo 2.º - Por conta da importancia fixada no artigo 1.º, é o Governo autorizado a despender com a os serviços a cargo da Secretaria do Interior, a quantia de 81.088:266\$420.

§ 16 - ESCOLA NORMAL DE PIRACICABA

Para pagamento ao respectivo pessoal	257:520\$000		
Escola Complementar			
Para pagamento ao respectivo pessoal	33:600\$000		
Escola Modelo			
Para pagamento ao respectivo pessoal	63:430\$000		
Escolas Modelo Isoladas			
Para pagamento ao respectivo pessoal	9:820\$000		
Diversas despesas			
a) Para pagamento a dois professores addidos	11:520\$000		
b) Para pagamento da 4.ª parte do ordenado ao director e a um lente, que contam mais de 30 annos de serviço	4:400\$000		
c) Para pagamento da gratificação <i>pro labore</i> de 25 %	35:660\$000		
d) Para os Gabinetes de Psychologia Experimental, Physica e Chimica, Historia Natural e Hygiene e para a bibliotheca, expediente e outras despesas	8:010\$000	59:580\$000	424:350\$000

1927

LEI N. 2.269, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1927

Reforma a Instrucção Publica do Estado

Artigo 4.º - O pessoal das **Escolas Normaes**, com excepção da Escola Normal da Praça da Republica, compor-se-á de Corpo decente: um lente de portuguez e calliphasia, um lente de francez, um lente de geographia, um lente de historia da civilização, do Brasil e de educação civica, um lente de mathematica, um lente de physica e chimica, um lente de historia natural e hygiene, um lente de psychologia e pedagogia, um professor de didactica, um professor de desenho, um professor de musica, um professor de gymnastica para cada secção, um professor de trabalhos manuaes, um preparador de physica e chimica e auxiliar das aulas de historia natural

Corpo administrativo:

um director,
um vice-dírector,
um secretario,
um bibliothecario,
um 3.º escriptuario,
uma inspectora,
um porteiro,
dois continuos e uma continua,
o numero de serventes necessários

1929

DECRETO N. 4.600, DE 30 DE MAIO DE 1929

REGULAMENTA AS LEIS NºS 2269, DE 31-12-1927, E 2315, DE 31-12-1928,
QUE REFORMARAM A INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO

Artigo 59. - O ensino publico divide-se em primario, **complementar**, secundario, profissional e superior e é leigo em todos os graus.

§ 1.º - O ensino primario compreende quatro annos de curso nos grupos escolares, tres nas escolas isoladas e reunidas urbanas a dois nas ruraes.

§ 2.º - O ensino primario é obrigatorio e gratuito para as crianças de ambos os sexos, de 8, 9 e 10 annos e facultativo ás de 7, 11 e 12.

§ 3.º - O ensino **complementar**, de 3 annos de curso, é ministrado nas escolas **complementares**.

§ 4.º - O ensino secundaro é ministrado em seis annos nos gymnasios do estado, em cinco na **Escola Normal** da Praça e em tres nas outras **normaes**.

§ 5.º - O ensino profissional, que se destina ao preparo de alumnos maiores de 12 annos, é ministrado nas escdas profissionaes mantidas pelo Estado.

§ 6.º - O ensino superior é ministrado nas academias e faculdades superiores.

§ 7.º - O Governo manterá um Jardim de Infancia, annexo á **Escola Normal** da Praça, e outros, que serão installados, quando fôr julgado conveniente.

TITULO XIII

ESCOLAS NORMAES

CAPITULO I

DA NATUREZA E FINS

Artigo 294. - Para formar professores de **cursos preliminares e complementares**, haverá, no Estado de S. Paulo, além da **Escola Normal** da Praça da Republica, com o curso de 5 annos, outras com o curso de 3 annos, podendo todas ser mistas.

Artigo 295. - O curso das esc das normaes de tres annos compreenderá as seguintes disciplinas : portuguez, calliphasia, franeez, geographia, historia da civilização, historia do Brasil, educação civica, arithimetica, algebra, geometria, physica, chimica, historia natural, hygiene, psychologia, pedagogia didactica, musica, desenho, gymnastica e trabalhos manuaes.

§ 1.º - As bases para os programmas destas escolas serão organizadas pela Directoria Geral.

§ 2.º - O ensino de physica e chimica visará, além do conhecimento geral dessas disciplinas, a sua applicação ás necessidades da agricultura e industrias nacionaes ; e o de historia natural, aos interesses relativos á zootechnia e á lavoura.

DO PESSOAL ADMINISTRATIVO

Artigo 373. - O pessoal administrativo das **escolas normaes** compõe-se:

- 1) um director;
- 2) um vice-director;
- 3) um secretario ;
- 4) um bibliothecario ;**
- 5) um 3.º escriptuario;
- 6) um porteiro ;
- 7) dois continuos e uma continua; .
- 8) serventes, em numero necessario.

DO BIBLIOTHECARIO

Artigo 387. - As **escolas normaes terão um bibliothecario** de nomeação livre do Governo, sob proposta do director.

Artigo 388. - Ao **bibliothecario compete:**

- 1.º - organizar os catalogos **da bibliotheca**;
- 2.º - addicionar a esses catalogos todas as novas aquisições que a **bibliotheca** fizer;
- 3.º - ter sob sua guarda e vigilancia os livros, revistas, folhetos, mappas, jornaes e tudo quanto formar o patrimonio da **bibliotheca**, zelando pela, sua conservação ;
- 4.º - propor ao director a aquisição de novas obras, principalmente das indicadas pelos lentes e professores, bem como quaesquer outras medidas em beneficio da sua repartição.
- 5.º - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as instrucções do director, nas salas destinadas á leitura ;
- 6.º - guiar os alumnos nas consultas das obras, exercendo a maior vigilancia para que não as damnifiquem, isso em que os fará responsabilizar, perante o director, pelos prejuizos e dam nos causados;
- 7.º - não permittir a retirada de qualquer livro ou papel da **bibliotheca**, a titulo de consulta, para fora das salas de leitura, salvo quando reclamadas por membro da corporação docente, que, neste caso, assignará a carga devida.

DA ESCRIPTURAÇÃO ESCOLAR

Artigo 394. - Para a escripturação escolar haverá:

- a) um livro de matricula e notas;
- b) um livro de inventario geral;
- c) um livro de inventario para cada laboratorio;
- d) um livro de ponto e registo de lições ;
- e) um livro de registo nomeações, licenças, etc. do pessoal;
- f) um livro de termos de compromisso ;
- g) um livro de inscripção para exames de sufficiencia;

- h) um livro de notas de exames de suficiencia para cada curso ;
- i) uma caderneta de chamada para cada aula;
- j) um livro de escripturação e actas para concurso;
- k) um livro do termos de visitas das autoridades escolares
- l) um livro de despesas de expediente ;
- m) um livro de catalogo da bibliotheca;**
- n) um livro de protocollo da secretaria;
- o) um livro para actas de exames de segunda epoca;
- p) um livro de termos de imposição de penas.

1933

DECRETO N. 5.846, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1933

Regula a formação profissional de professores primarios e secundarios e administradores escolares, transformando o Instituto "Caetano de Campos" em Instituto de Educação, em nivel universitario; reorganizando as escolas normais oficiais do Estado e estabelecendo providenciais para o ajustamento das escolas normais livres á nova organização.

1933

DECRETO N. 5.884, DE 21 DE ABRIL DE 1933

INSTITUE O CÓDIGO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

PARTE I

DA EDUCAÇÃO EM GERAL

TITULO I

Da compreensão da educação publica

Art. 1.º - A educação publica no Estado de São Paulo compreende:

- a)** a educação pre-primaria ministrada nas escolas maternais em curso de dois anos a criança de 2 a 4 anos e nos jardins da infancia em curso de 3 anos , a criança de 4 a 7 anos ;
- b)** a educação primaria ministrada a criança de mais de 7 anos nas escolas isoladas em curso de 3 anos nos grupos escolares em curso de 4 anos;
- c)** a educação pre-vocacional ministrada no curso pre-vocacional que é o 5.º ano de grupo escolar;
- d)** a educação tecnico -profissional primaria e secundaria ministrada nos patronatos profissionais nas escolas profissionais de professores primarios em cursos de 5 a 7 anos;
- f)** a educação secundaria complementar pre-pedagogica , ministrada na Escola

Secundaria do Instituto de Educação como introdução aos estudos do nível superior da Escola de Professores em curso de 1 ano;

g) a educação pedagógica de grau secundário ministrada nos dois anos do curso de formação profissional do Professor das **escolas normais**.

h) a educação pedagógica de grau superior ministrada na Escola de Professores do Instituto de Educação nos seguintes cursos:

- 1 - Curso para Formação de Professores Primários de dois anos de duração
- 2 - Curso para Formação de Professores Secundários de três anos de duração ;
- 3 - Curso para Formação de Diretores e Inspectores escolares, de três anos de duração;
- 4 - Cursos de aperfeiçoamento para os membros efetivos do magisterio;

i) - a educação profissional de grau superior ministrada nas faculdades de ensino superior, em cursos de 5 e 6 anos;

j) - a educação especializada, para crianças ou adolescentes que dela necessitem por suas condições peculiares, ministrada nas seguintes escolas;

- 1 - escolas para débeis físicos;
- 2 - escolas para débeis mentais;
- 3 - escolas de segregação para doentes contagiosos;
- 5 - colônias escolares;
- 6 - escolas para cégos;
- 7 - escolas para surdo-mudos;
- 8 - escolas ortofônicas;
- 9 - escolas de educação emendativa dos delinquentes.

PARTE V

DA EDUCAÇÃO SECUNDARIA

TÍTULO I

Da escola secundaria em geral

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 539 - A escola secundaria, destinada á educação dos adolescentes, tem por fim desenvolver-lhes em extensão e profundidade a cultura geral comum, iniciada na escola primaria, com que se deve articular, e orientá-los ás diversas atividades profissionais, de base científica.

Art. 540 - A escola secundaria terá dois cursos seriados: o fundamental e o complementar.

Art. 541 - Para ministrar o ensino secundario o governo manterá:

- a) a escola secundaria do Instituto de Educação;
- b) os cursos ginasiais fundamentais anexos ás **escolas normais**;
- c) quatro ginasios, localizados na Capital, em Campinas, em Ribeirão Preto e em Tatuí;
- d) o curso ginasial fundamenta da Escola de Comercio.

TÍTULO III

Dos cursos ginasios fundamentais anexos ás **Escolas Normais** e da Escola de Comércio

Art. 591. - Haverá, anexos ás **Escolas Normais** e na Escola de Comércio, cursos

ginasios fundamentais, de cinco anos, organizados de acôrdo com a legislação federal sôbre o ensino secundario.

Art. 592. - Os cursos ginasiais fundamentais de que trata o artigo anterior, poderão ser acrescidos de um curso complementar de um ano, destinados á preparação para o curso de formação profissional existente no estabelecimento.

§ Unico. - Esses cursos complementares só serão organizados depois de cumprido o disposto no art. 549 deste Código.

TITULO VIII

Das escolas normais

CAPITULO I

Da sua organização e de seus cursos

Art. 753. - As **escolas normais** do Estado compreendem:

- a) um curso de formação profissional do professor de dois anos.
- b) um curso secundario fundamental, de cinco anos;
- c) um curso primario, de quatro anos.

CAPITULO II

Do curso de formação profissional do professor

Art. 754. - O curso de formação profissional do professor destina-se á preparação de professores primarios, e seu programa distribue-se pelas seguintes secções:

- 1.^a Secção: - Educação;
- 2.^a Secção: - Biologia aplicada á Educação;
- 3.^a Secção: - Sociologia;

CAPITULO V

Da administração das escolas normais

Art. 769. - A direção das **escolas normais** será exercida por um diretor, nomeado em comissão, entre professores do quadro oficial do magisterio secundario, e de preferencia entre professores dos cursos ginasiais, fundamentais e de formação profissional das **escolas normais**.

§ Uncio - O diretor será auxiliado na administração da Escola por um assistente eral.

CAPITULO VI

Do pessoal administrativo das escolas normais

Art. 771. - Além do diretor e do assistente geral, cada **escola normal** terá o seguinte pessoal administrativo:

- 1 - um secretario;
- 2 - um 3.^o escrivario;
- 3 - um bibliotecario;**
- 4 - uma inspetora de alunos;

- 5 - um porteiro;
- 6 - dois continuos;
- 7 - serventes.

Art. 772. - As atribuições do pessoal administrativo das escolas normais são as mesmas estabelecidas para o Instituto de Educação, em tudo que lhe fôr aplicável. [conforme artigos 599 a 743 – acréscimos e grifo nosso]

TABELA DE VENCIMENTOS ANUAIS

Departamento de Educação e estabelecimentos a ele subordinados

Pessoal	Vencimentos
Diretor Geral	36:000\$000
Assistente técnico do Diretor com a gratificação de	2:400\$000
Oficial de Gabinete com a gratificação de	2:400\$000
Auxiliar de Gabinete com a gratificação de	2:400\$000
Secretario Geral	21:600\$000
Sub-Secretario	16:800\$000
Chefe de Secção	14:400\$000
Bibliotecario	14:400\$000
Tesoureiro	14:400\$000
Primeiro escriptorio	12:000\$000
Segundo escriptorio	9:600\$000
Tercero escriptorio	7:200\$000
Quarto escriptorio	6:000\$000
Remessista da "Revista de Educação"	4:200\$000
Cartografo contratado	12:000\$000
Porteiro	6:300\$000
Continuo	4:500\$000
Servento	3:750\$000
Motorista	4:800\$000

PARTE VI

DA EDUCAÇÃO PEDAGÓGICA

TÍTULO I

Do Instituto de Educação

CAPÍTULO ÚNICO

Da sua organização e de seus fins

Art. 599. - O Instituto de Educação tem por fim:

- a) - formar professores primarios secundarios e inspetores e diretores de escolas;
- b) - manter cursos de aperfeiçoamento e de divulgação, para os membros do magistério;
- c) - ministrar ensino primario e secundario a alunos de ambos os sexos, em estabelecimentos que permitam a observação, a experimentação e a pratica de ensino, por parte dos candidatos ao professorado.

Art. 600. - O Instituto de Educação se constitui das seguintes escolas e anexos:

- a) - Escola de Professores
- b) - Escola Secundaria
- c) - Escola Primaria
- d) - Jardim da Infancia
- e) - Biblioteca

TITULO VI

Da biblioteca

CAPTULO I

Da sua organização e fins

Art. 738. - O Instituto de Educação tem uma **bibliotéca** que, oferecendo as fontes de consulta e informação indispensaveis aos professores e alunos do estabelecimento, é o complemento necessario do trabalho escolar.

Art. 739. - A **biblioteca** compreende as seguintes secções:

- a) consultas;
- b) referencias e investigações;
- c) classificação;
- d) catalogação;
- e) estatística;
- f) inventario; e
- g) conservação de livros.

CAPITULO II

Da administração

Art. 740. - A biblioteca tem um **bibliotecario**, um quarto escrivuario e um servente.

Art. 741. - Compete ao **bibliotecario**:

- a) organizar, administrar e fiscalizar as várias secções da biblioteca;
- b) manter em dia a classificação, catalogação e inventario do livros;
- c) propôr ao diretor do Instituto de Educação a compra e permuta de livros e outras publicações;
- d) orientar e auxiliar a leitura dos alunos do Instituto;
- e) incumbir-se de aulas de biblioteconomia, quando solicitadas;
- f) colaborar com os professores na elaboração de resenhas bibliograficas;
- g) manter correspondencia com bibliotécas nacionais e estrangeiras;
- h) incumbir-se da preparação do catálogo geral;
- i) apresentar semestralmente ao diretor do Instituto relatorio dos trabalhos realizados e, anualmente, inventario dos livros.
- j) organizar e manter em dia cópia do catalogo de bibliotécas e, livrarias que publiquem boas obras sobre educação;
- k) dirigir e orientar os trabalhos do escrivuario e do servente.

CAPITULO III

Da biblioteca circulante

Art. 742. - A biblioteca deverá ter serviço de circulação que permita a retirada de livros aos professores e alunos do estabelecimento e demais pessoas interessadas.

§ 1.º - Compete ao **bibliotecário** a fiscalização rigorosa deste serviço, afim de que seja garantida a devolução, em tempo, da obra retirada, com taxas estipuladas no caso de devolução tardia de não haver devolução ou de danificação de livros.

§ 2.º - Essa taxa é estipulada pelo bibliotecario, com audiencia do diretor do Instituto, e constará do regulamento interno.

§ 3.º - Essas taxas serão recebidas diretamente pela biblioteca e empregadas na aquisição de livros e outras publicações.

Art. 743. - Faz parte dos serviços de circulação uma secção de gravuras, destinada a auxiliar o ensino e que poderão ser solicitadas pelo professores e alunos da Escola de Professores.